

Globalização Pobreza e Desigualdade

Telma Maria Alves Rebelo

**Relatório
de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais-
Globalização e Ambiente**

Setembro, 2016

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política e Relações Internacionais na área de especialidade de Globalização e
Ambiente, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora
Ana Isabel Xavier

Setembro, 2016

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais por todo o apoio e força que me deram ao longo do meu percurso académico e por todos os sacrifícios que fizeram, sem eles este caminho não seria possível.

Quero também agradecer ao meu tio António e tia Jaçanã pelo apoio e ajuda imprescindível, com quem pude sempre contar ao longo desta jornada.

Aos meus avós por serem pessoas que me inspiram e com quem aprendi valores que vou levar sempre comigo para o resto da minha vida, tanto pessoal como profissional.

À professora Ana Isabel Xavier pela sua disponibilidade, pela sua orientação ao longo deste trabalho, e também pela sua exigência.

À Dra. Maria José Domingos pela sua orientação e por me proporcionar experiências profissionais e aprendizagens diferentes ao longo do estágio na EAPN.

A todas as minhas colegas na EAPN que me ajudaram e apoiaram desde o início.

A toda a minha família.

GLOBALIZAÇÃO POBREZA E DESIGUALDADE

TELMA REBELO

RESUMO

Este trabalho de pesquisa incidiu sobre a temática da Pobreza e Desigualdade na era da Globalização. Ao longo da história o conceito de pobreza tem-se alterado, tornando-se hoje mais do que a simples falta de necessidades básicas, mas também a ausência de necessidades não-materiais para viver uma vida digna. Os efeitos do fenómeno da globalização na pobreza e na desigualdade são complexos e difusos, com resultados desiguais de região para região, e por este motivo, existem diferentes perspetivas ideológicas em torno do seu debate. Nas recentes décadas têm havido um esforço por parte da comunidade internacional em combater e reduzir o fenómeno da pobreza em todo mundo. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem marcos importantes na história da luta contra a pobreza no séc. XXI. Embora com resultados positivos e muitos objetivos alcançados, ainda existem várias metas por alcançar até ao ano de 2030. Também a nível Europeu se tem feito um esforço para combater a pobreza e a desigualdade. Organizações como a EAPN têm tido um papel importante para a consciencialização e combate à pobreza e exclusão social, quer a nível europeu quer a nível nacional

ABSTRACT

This research work focused on the theme of Poverty and Inequality in the era of Globalization. Throughout history the concept of poverty has changed, becoming today more than the simple lack of basic needs, but also the absence of non-material needs to live a dignified life. The effects of globalization on poverty and inequality are complex and diffuse, with uneven results from region to region, and as a result, it has produced different ideological perspectives around its debate. In recent decades there has been an effort by the international community to tackle and reduce the phenomenon of poverty worldwide. The Millennium Development Goals and Sustainable Development Goals are important marks in the history of fight against poverty in the 21st century. Although with positive results and many achieved goals, there are still several goals to achieve by the year 2030. Also at the European level efforts have been made to fight poverty and inequality. Organizations such as EAPN have played an important role in raising awareness and fight against poverty and social exclusion, not only at European level but also at national level.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, Pobreza, Nações Unidas, Europa 2020, Rede Europeia Anti-Pobreza

KEYWORDS: Globalization, Poverty, United Nations, Europe 2020, European Anti-Poverty Network

ÍNDICE

Capítulo I: Introdução	1
1. Definir o Conceito de Pobreza.....	4
2. O impacte da globalização nas desigualdades e na pobreza	8
3. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	11
3.1. “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”	14
4. A Estratégia Europa 2020	17
4.1. Crescimento inclusivo - uma economia com elevadas taxas de emprego que assegura a coesão económica, social e territorial.	19
4.1.1. Iniciativa: “Plataforma europeia contra a pobreza”	20
Capítulo II: Estágio Curricular na Rede Europeia Anti-Pobreza.....	24
5. Caracterização da Instituição	25
5.1. Localização	25
5.2. Missão	26
5.3. Visão.....	26
5.4. Valores	26
5.5. Natureza Jurídica	26
5.6. Objetivos Gerais	27
5.6.1. Princípios	28
5.7. Objetivos Específicos.....	28
5.7.1. Formação	28
5.7.2. Informação	29
5.7.3. Investigação e Projetos	29
5.8. Linhas Editoriais da EAPN.....	33

6. Trabalho Desenvolvido na EAPN	34
7. O papel da EAPN no combate à pobreza e desigualdade em Portugal	36
Conclusão	38
Referências Bibliográficas	39
Anexo 1.	43
Anexo 2.	55
Anexo 3.	58
Anexo 4.	129

LISTA DE ABREVIATURAS

CLC- Concelho local de cidadãos

EAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza

ESCAP- *Economic and Social Community Action Programme*

FIL- Feira Internacional de Lisboa

FMI- Fundo Monetário Internacional

INE- Instituto Nacional de Estatística

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG- Organização Não Governamental

ONGD- Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU- Organização das Nações Unidas

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UE- União Europeia

UN- *United Nations*

UNDESA- *United Nations Department of Economic and Social Affairs*

Capítulo I

Introdução

Os desafios no desenvolvimento e na redução da pobreza têm-se tornado cada vez mais intensos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Numa face inicial, a descolonização falhou em trazer desenvolvimento social e económico aos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que a economia e a indústria nos países ocidentais se desenvolvia a um ritmo acelerado. Com as desigualdades económicas cada vez mais alargadas, alguns autores defendem que o colonialismo deu origem ao “neocolonialismo”, em que o domínio político deu origem, de um modo mais subtil, ao domínio económico. Outros defendem a emergência de uma divisão “Norte-Sul”. (Heywood, 2011) Neste contexto, diferentes grupos como o Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional), ONGs (Organizações não Governamentais), ONGDs (Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento) entraram na arena internacional, com o principal objetivo de reduzir a lacuna entre países ricos e países pobres.

Mais recentemente, a globalização e as políticas económicas de liberalização dos mercados em conjunto com as alterações climáticas estão a alterar por completo o modo de vida da sociedade a nível mundial. A população mundial está a aumentar, assim como o fosso económico entre os países ricos e pobres, questões como a pobreza, o aumento da escassez de recursos naturais, a destruição do meio ambiente, fome e doenças, permanecem problemas amplamente difusos e interligados numa sociedade globalizada. A promoção das políticas neoliberais por instituições de governação global vieram acompanhadas por um aumento das desigualdades tanto dentro dos Estados como entre Estados.

Com o intuito de combater os problemas relacionados com o aumento das desigualdades e o continuado aumento da pobreza e todos os problemas a estas associados, foi realizada pelas Nações Unidas em Março de 1995 a cimeira *World Summit for Social Development* em Copenhaga. Os governos chegaram a um consenso, a necessidade de colocar as pessoas no centro do desenvolvimento. A cimeira social foi a maior reunião de líderes mundiais na altura, que teve como principais compromissos

a erradicação da pobreza, do desemprego/trabalho precário, e a promoção e integração social como os principais objetivos do desenvolvimento.

Em Setembro de 2000, na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, os dirigentes mundiais acordaram um conjunto de objetivos e metas com prazos específicos que veio lançar um processo decisivo da cooperação internacional no século XXI. A Declaração do Milénio deu um enorme impulso às questões do desenvolvimento. Foram identificados os desafios centrais enfrentados pela humanidade e foram definidos objetivos de desenvolvimento novos, interdependentes, com metas concretas e mensuráveis, que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e que os dirigentes dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento se comprometeram a atingir até 2015.

No seguimento de vários compromissos internacionais, da Cimeira de Copenhaga dedicada ao Desenvolvimento Social em 1995 e da adesão aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio subscritos em 2000, também a União Europeia marcou o seu próprio caminho nas questões do desenvolvimento social. Em 2010, o Conselho Europeu aprovou a nova estratégia Europa 2020 na qual definiu três grandes prioridades: a) o crescimento inteligente, que visa desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; b) o Crescimento sustentável, em que se pretende promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; c) e o crescimento inclusivo, que tem como objetivo fomentar uma economia com níveis elevados de emprego, que assegure a coesão social e territorial.

Em 2015, com os ODM a chegar ao prazo final, foram definidos pelas Nações Unidas os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam dar continuidade ao trabalho feito nos ODM. Trata-se da nova agenda de ação até 2030, que se baseia nos progressos e lições aprendidas com os ODM. Com esta agenda pretende-se criar um novo modelo global para acabar com a pobreza em todas as suas formas, promover a prosperidade e o bem-estar comum, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

A relação entre a globalização e o aumento da pobreza e da desigualdade é um tema complexo que merece uma análise profunda. A comunidade internacional tem nos

últimos anos feito um esforço para combater a pobreza, e por isso ao longo do meu relatório tentarei responder à seguinte questão: Qual o impacto das agendas das Nações Unidas no combate à pobreza? A componente metodológica de investigação do presente relatório de estágio tem uma abordagem quantitativa e qualitativa. Abordagem quantitativa na medida em que serão analisados vários documentos onde o objetivo é trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Com uma abordagem mais qualitativa, na medida que são analisados textos e documentos onde será cruzada a opinião de vários autores sobre o tema abordado, de carácter mais compreensivo e indutivo.

Neste presente relatório de estágio numa primeira parte será explicado o conceito de pobreza. Na segunda parte será feita uma abordagem ao fenómeno da globalização na tentativa de perceber se de facto trouxe ou não impactos positivos ou negativos nos índices de desigualdade e pobreza. Numa terceira parte será feita a análise de vários documentos produzidos por Organizações Internacionais como a ONU e a UE, que permitirão recolher dados qualitativos e quantitativos sobre a questão da pobreza e que permitam compreender melhor as mudanças que existiram nos últimos anos, se este fenómeno aumentou ou diminuiu, o que foi alcançado, o que ainda precisa de ser feito. Por último, será feita também uma descrição do estágio na EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza) Portugal¹ assim como a apresentação da mesma e o seu papel no combate à pobreza em Portugal.

¹ A EAPN é uma ONGD que tem como campo de atuação o combate à pobreza e exclusão em Portugal

1. Definir o conceito de Pobreza

Nas últimas décadas tem havido uma crescente insatisfação por parte das Instituições Internacionais em definir pobreza com base numa renda monetária. Atualmente é reconhecido que as pessoas em situação de pobreza sofrem de múltiplas carências que envolvem falhas não só para satisfazer as suas necessidades materiais, mas também as suas necessidades não materiais. Um bom exemplo desta envolvimento são as situações de fome, que muitas vezes não surgem da falta de alimentos, mas sim devido a um conjunto de fatores sociais, económicos e políticos, como o aumento do preço dos alimentos, maus sistemas de distribuição de alimentos e ineficiência por parte dos governos. (Heywood, 2011)

Deste ponto de vista a pobreza está tão relacionada com a falta de oportunidades e liberdades como com a falta de recursos e rendimentos. Este pensamento tem colocado grande ênfase na noção de desenvolvimento humano que se tornou a abordagem central da ONU e vem refletido no seu Relatório Anual do Desenvolvimento Humano². As Nações Unidas atualmente tentam definir e dar números que reflitam a diversa realidade da pobreza, criando medidas como o HDI (*Human Development Index*)³ que tem em conta fatores como a saúde e a educação. Por outro lado o Banco Mundial tem uma abordagem mais antagónica, isto porque reconhece que a pobreza é um problema multidimensional, mas mesmo assim prende-se a uma visão monetária unidimensional, definindo simplesmente pobreza como a falta de recursos monetários. Existe hoje o consenso que são várias e diferentes as causas que levam à pobreza e não pode ser apenas um problema relacionado com o dinheiro.

Se a redução da pobreza é um objetivo político a nível regional, nacional e internacional, é necessário entender o que é a pobreza, e como pode ser medida. No entanto, pobreza é um conceito complexo e contestado. Aparentemente, pobreza significa ser privado das necessidades básicas para viver, isto é, falta de comida, abrigo, roupa, que mantém a eficiência física. Na sua origem, este significado era visto como o

² Relatório disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf (Acedido a: 20/09/2016)

³ Mais informação em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi> (Acedido a: 16/09/2016)

padrão do qual abaixo a vida humana seria difícil de se manter. Nesta perspetiva um homem adulto deve consumir cerca de 2,000-2,500 calorias por dia para manter o peso corporal. De acordo com esta visão, a pobreza dificilmente existe em países desenvolvidos e industrializados como EUA, Canadá, Reino Unido e Austrália, isto porque mesmo os pobres nestes países vivem melhor do que grande parte da população mundial. O conceito de pobreza absoluta⁴ é fundado na ideia das necessidades básicas correspondem às necessidades fisiológicas. (Heywood, 2011:353)

No entanto existem muitas críticas a este conceito de pobreza, devido à falta de uma dimensão importante, as pessoas podem sentir que são pobres não porque têm falta de recursos e necessidades básicas, mas porque têm falta de outras necessidades (não-materiais), sentem-se privadas de normas, condições e prazeres que a maioria das pessoas na sociedade desfruta. Neste sentido, pobreza é um fenómeno social e não apenas fisiológico. É aqui que entra o conceito de pobreza relativa⁵. Este conceito refere-se a um padrão que é definido de acordo com a sociedade em que o indivíduo vive e que difere entre países e ao longo do tempo. É na Cimeira de Copenhaga em 1995 que este conceito ganha importância e é defendido pelas Nações Unidas, que definem pobreza como:

Poverty has various manifestations, including lack of income and productive resources sufficient to ensure sustainable livelihoods; hunger and malnutrition; ill health; limited or lack of access to education and other basic services; increased morbidity and mortality from illness; homelessness and inadequate housing; unsafe environments; and social discrimination and exclusion. It is also characterized by a lack of participation in decision-making and in civil, social and cultural life. It occurs in all countries: as mass poverty in many developing countries, pockets of poverty amid wealth in developed countries, loss of livelihoods as a result of economic recession, sudden poverty as a result of disaster or conflict, the poverty of low-wage workers, and the utter destitution of people who fall outside family support systems, social institutions and safety nets. (UN, 1995: 38)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a União Europeia (UE) usam uma definição de “limiar de pobreza relativa” (*poverty line*)

⁴ Pobreza Absoluta é um padrão da pobreza que é baseado na falta de rendimentos ou acesso a recursos, especialmente alimentos, roupa e abrigo, que põe em perigo a vida ou pode causar-lhe danos.

⁵ Pobreza Relativa é um padrão de pobreza em que as pessoas são privadas das condições de vida e conforto que são habituais na sociedade a que pertencem.

em que as pessoas são consideradas pobres quando o seu rendimento é substancialmente menor do que o rendimento normal/típico de uma pessoa no seu país de residência. (Heywood, 2011:353-354) O conceito de pobreza relativa levanta assim questões políticas importantes porque estabelece uma ligação entre a pobreza e a desigualdade, e ao fazer isso sugere que a erradicação da pobreza só pode ser alcançada através da redistribuição da riqueza e da promoção de igualdade. Como o Autor Heywood argumenta: “Questions about poverty are often linked to the issue of inequality. Indeed, from the perspective of relative poverty, the two concepts are intrinsically linked, in the sense that widening inequality effectively means increased poverty” (Heywood, 2011:360)

Os debates em torno da pobreza incidem não só sobre a sua natureza e como esta deve ser entendida, mas também como é que deve ser combatida. É em torno deste debate que surge o conceito de desenvolvimento. No entanto, a noção de desenvolvimento está rodeada por controvérsia ideológica e política. Segundo a autora Caroline Thomas as perspetivas sobre o desenvolvimento dividem-se em duas categorias: a perspetiva ortodoxa (*orthodox approach*) e a perspetiva alternativa crítica (*critical alternative approach*). Segundo a autora a maioria dos governos, organizações internacionais e cidadãos ocidentais defendem um conceito ortodoxo de pobreza (*orthodox approach*). Neste conceito defendem que pobreza é uma situação em que as pessoas não têm dinheiro para comprar comida e para satisfazer as necessidades materiais básicas, e estão muitas vezes desempregadas ou em trabalhos precários. Este conceito de pobreza baseado no dinheiro é resultante do modelo de sistema capitalista das sociedades ocidentais, assim, comunidades que sejam autossustentáveis fora deste sistema económico, como caçadores recolectores, são consideradas pobres. Segundo esta perspetiva a redução da pobreza só poderá ser feita através do crescimento económico, e neste sentido o desenvolvimento é entendido como crescimento económico. (Thomas, 2005:560-561)

Por sua vez, a perspetiva crítica alternativa (*critical alternative approach*) argumenta que o dinheiro não é o foco central, existem também valores humanos não-materiais associados à pobreza, como a liberdade, o empoderamento, o acesso a recursos e o meio ambiente. Segundo a perspetiva crítica é defendido que a pobreza vai

para além da falta de recursos monetários, e por sua vez defende que muitas vezes nos sistemas capitalistas ocidentais existe outro tipo de pobreza, onde se inserem a falta de humanismo, espiritualidade e solidariedade. A importância que o Ocidente dá ao dinheiro e aos valores monetários levou à criação de um sistema de produção que destrói a natureza e a sociedade. (Thomas, 2005:563) Esta perspetiva, ao contrário da ortodoxa, defende que desenvolvimento é muito mais do que crescimento económico, as questões sociais, humanas e ambientais são mais importantes do que os valores monetários.

Assim como a pobreza, o desenvolvimento não pode ser visto apenas como uma questão económica, mas sim, como uma questão social e humana. A Cimeira de Copenhaga deixou isso bem claro ao afirmar a necessidade de balançar os objetivos económicos e sociais do desenvolvimento. Na Declaração de Copenhaga, os governos comprometeram-se a criar um ambiente económico, político, social, cultural e jurídico que permita às pessoas alcançar o desenvolvimento social. (UN, 1995)

2. O impacto da globalização nas desigualdades e na pobreza

O processo de globalização cria um cenário em que assistimos a uma crescente interdependência entre eventos, pessoas e governos, cada vez mais interligados por uma economia e política mundial, mas também por uma liberalização de mercados, que permitiram o esbater das divisões e fronteiras. O conceito de globalização pode ser então definido como um fenómeno multifacetado com dimensões económicas políticas, culturais, religiosas, jurídicas interligadas de um modo complexo. Sucintamente pode-se entender globalização como um evento que ocorre numa parte do mundo e que pode afetar, ou ser afetado, por outras partes distantes.

Os estudos da globalização focam-se em vários fenómenos que tem vindo a chamar a atenção dos estudiosos desde 1970. Um deles é a emergência de uma economia global que envolve novos sistemas financeiros, de produção e consumo, numa economia mundial integrada. Um segundo fenómeno são as alterações dos padrões culturais, práticas, mobilidade, interligados numa cultura global. Um terceiro é a alteração dos processos de política mundial, influenciados pelo nascimento de instituições/organizações transnacionais, e consequentemente a propagação de novas estruturas de autoridade e governação de diferentes tipos. Um quarto fenómeno é os movimentos em grande escala sem precedentes por todo o mundo. Finalmente o quinto foi identificado como as novas hierarquias sociais, novas formas de desigualdade, e relações de domínio e poder pelo mundo e no sistema global. Pode-se afirmar que a globalização veio alterar em vários domínios os padrões de vida de toda a população mundial. (Williams, 2007:125)

Segundo o autor Robinson William é impossível falar de globalização sem fazer referência á natureza de conflitualidade do processo. Vários autores tem associado a globalização com a expansão das desigualdades a nível mundial, com novos modelos de exploração e domínio, conflitos, migrações, marginalização e degradação ambiental. Pelo contrário outros autores defendem que este processo trouxe consigo a prosperidade, liberdade, emancipação e democracia. Apesar das discórdias, existem vários pontos em que os autores encontram consenso, entre eles estão as mudanças sociais que rapidamente se alteraram nas últimas décadas e que, os efeitos económicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos da globalização são ubíquos. (Williams, 2007)

De acordo com a autora Lilian Emirique, os problemas que a sociedade atual enfrenta como a explosão demográfica, a destruição ambiental, a guerra, o desemprego e a fome e a pobreza, resultam de um sistema de governação mundial capitalista e competitivo em que o lucro e a exploração são os principais objetivos presentes. (Emirique, 2009:2) No entanto o processo de globalização não pode ser inteiramente responsabilizado pela destruição do ambiente e pelo aumento da pobreza mundial, pois enquanto em algumas partes do mundo a globalização intensificou as desigualdades entre pobres e ricos, noutras aconteceu o contrário, trouxe oportunidades de acesso ao desenvolvimento.

Uma das teorias que pode servir de base explicativa das desigualdades presentes no mundo inteiro é a teoria dos sistemas mundiais. O sistema capitalista mundial é um componente chave inserido na teoria dos sistemas mundiais, que defende que o mundo está dividido em três grandes regiões hierárquicas. A primeira e no topo da hierarquia é a mais poderosa que engloba os países desenvolvidos do sistema, originalmente estabelecidos pela Europa Ocidental, América do Norte e Japão. A segunda diz respeito às regiões que foram forçosamente subordinadas às primeiras, através do colonialismo e outros métodos e que nos anos iniciais do sistema de capitalismo mundial incluíam a América latina, África, Ásia, Médio-Oriente e a Europa de Leste. As terceiras incluem regiões que comprimidas dentro das principais que foram descendo na hierarquia por vários fatores, e normalmente tem um papel de trabalho específico dentro do sistema mundial, que representam a estrutura base da exploração e desigualdade. (William, 2007)

Dentro da teoria dos sistemas mundiais há dois autores que argumentam pontos de vista diferentes, Sklair defende que são atores não estatais que têm um papel importante no sistema mundial e são chamados de *transnational capitalist class*, excluindo o papel do Estado neste sistema mundial. Por outro lado Robison defende que os Estados-nação são componentes do sistema, a quem o autor dá o nome de *Transnational state*, e argumenta que os Estados-nação têm como tendência servir os interesses deste sistema mundial em vez dos interesses nacionais. (citado em: William, 2007:131)

A complexidade do fenómeno da Globalização torna muito difícil de afirmar se a globalização trouxe ou não desigualdade. Nos últimos anos tem existido cada vez mais

debates sobre a globalização e a desigualdade. Alguns académicos defendem que este fenómeno contribuiu para a riqueza das nações abrindo oportunidades e tornando-as mais eficientes. Outros defendem que a globalização catapultou a maioria das pessoas para a pobreza e só beneficiou apenas uma classe privilegiada. Apesar de existirem opiniões bastante contraditórias é importante tentar perceber se a globalização trouxe ou não o aumento das desigualdades.

Segundo o autor François Bourguignon grande parte deste discurso contraditório deve-se ao facto de existir a tendência de olhar-mos para o que nos rodeia em vez de olhar-mos para além disso, ele defende que o que está a acontecer é que o aumento das desigualdades a nível nacional, tem muitas vezes eclipsado a queda das desigualdades a nível global. Embora existam perspetivas contrárias em relação aos efeitos da globalização na desigualdade, no fundo estas perspetivas estão ambas corretas e relacionadas. Por exemplo, o aumento das desigualdades em países desenvolvidos como a Europa ou os EUA são consideradas consequências da globalização, mas, ao mesmo tempo houve uma redução drástica nas diferenças de rendimentos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. (Bourguignon, 2015:5)

A diminuição da desigualdade a nível mundial é, acima de tudo, o resultado da diminuição das desigualdades entre países, particularmente entre os ricos e os pobres⁶. Apesar da divisão Norte-Sul ainda ser evidente, os países do Sul estão atualmente a apanhar os países do Norte e assim regista-se uma diminuição das desigualdades a nível mundial. Por outro lado, evidencia-se um aumento das desigualdades dentro dos países, mas que teve até agora pouco impacto nos níveis de desigualdade mundial. (Bourguignon, 2015)

⁶ Há cerca de vinte anos o custo médio de vida em França e na Alemanha era vinte vezes superior que na China ou na Índia, atualmente esta diferença caiu para cerca de metade. (Bourguignon, 2015:2)

3. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Com os efeitos da globalização presentes na sociedade atual, as questões em torno da pobreza, assim como os seus efeitos, já não podem ser meramente circunscritos às fronteiras dos Estados. Foi nesta perspetiva que as medidas para reverter este fenómeno foram incorporadas num compromisso conjunto, estabelecido pela comunidade internacional. Em 2000 foi adotada pelos países integrantes da Assembleia Geral da ONU a Declaração do Milénio, que lançou as bases de um processo decisivo na história da cooperação internacional do séc. XXI. Nesta declaração foram descritos os principais problemas enfrentados pela humanidade, entre eles a extrema pobreza. Neste contexto, surgiram os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio), que são constituídos por 8 objetivos⁷ cada um deles com metas específicas, que constituem um ponto de referência para dar resposta aos principais problemas da humanidade no séc. XXI, com um prazo de alcance até 2015.

A erradicação da extrema pobreza e da fome até 2015 foi um dos 8 ODM estabelecidos. Com a finalidade de alcançar este objetivo foram propostas as seguintes metas: a) Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas com rendimentos inferiores a 1 US dólar por dia; b) Alcançar o pleno emprego e assegurar a todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, um trabalho digno e produtivo; c) Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população que sofre de fome. Apesar dos esforços notórios para assegurar o cumprimento destas metas até 2015, é afirmado no relatório dos ODM em 2010, que o objetivo de erradicar a extrema pobreza e a fome foi comprometido pela crise económica mundial de 2008, que fez abrandar os progressos para a concretização das metas. Os países mais afetados com esta crise foram, sobretudo, os mais pobres onde os níveis de resiliência são mais baixos. (UNDESA, 2010:6)

No entanto o último relatório dos ODM em 2015 mostra que os resultados alcançados foram positivos. O esforço ao longo de 15 anos “produziu o mais bem-

⁷ Os 8 objetivos podem ser consultados em: <http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml> (Acedido a: 15/09/2016)

sucedido movimento de combate à pobreza na história”. (Ki-Moon, em: The Millenium Goals Report, 2015:3) Os índices de extrema pobreza nos países em desenvolvimento baixaram de 47% em 1990, para 14% em 2015. A nível mundial o número de pessoas a viver em situação de extrema pobreza baixou de 1,926 biliões em 1990, para 836 milhões em 2015. O número de trabalhadores de classe média⁸ quase triplicou entre 1991 e 2015. Este grupo perfaz cerca de metade da mão-de-obra nas regiões em desenvolvimento, face aos 18% em 1991. O número de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento também desceu de 23,3% entre 1990-1992, para 12,9% entre 2014-2015. (UNDESA, 2015:4)

De facto, houve um grande progresso na redução da pobreza nas últimas décadas. A primeira meta dos ODM em reduzir a taxa de pobreza para metade de 1990 até 2015 foi alcançada. Mas apesar dos progressos o número de pessoas a viver na extrema pobreza continua a ser para a comunidade internacional inaceitavelmente elevado. Mesmo com os resultados significantes que foram alcançados em muitos dos ODM, é necessário olhar para estes números com mais atenção, pois os progressos a nível mundial têm sido desiguais entre países e regiões, apresentando lacunas significativas.

Uma análise mais detalhada sobre estes dados demonstra que o Leste Asiático foi a região que alcançou a maior redução nos níveis de extrema pobreza, devido sobretudo à China que sozinha reduziu a percentagem de pobreza de 61% em 1990, para apenas 4% em 2015. Os progressos feitos no sul Asiático são também bastante positivos, com uma redução de 52% em 1990 para 17% em 2015. Em contraste, a taxa de pobreza na África Subsariana não desceu do nível de 1990 até 2002. Embora o declínio da pobreza tenha acelerado na última década, a região continua a ficar para trás. Em 2015 mais de 40% da população na África Subsaariana ainda vive em situação

⁸ Neste contexto considera-se classe média as pessoas que vivem com cerca de 4 dólares por dia.

de extrema pobreza. A China⁹ e a Índia¹⁰ destacam-se por serem os países onde se registou a maior queda nos índices de pobreza, no entanto, se a ambas forem retirada da equação, os progressos não foram muito animadores. A maioria das pessoas que vivem com menos de 1,25 US dólares por dia concentram-se em duas regiões, no sul da Ásia e na África Subsariana, e juntos equacionam o total de 80% das pessoas no mundo que vivem em extrema pobreza. (UNDESA, 2015:14-15) A situação é ainda mais grave quando se consideram outras dimensões da pobreza reconhecidas na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Económico, de 1995, como a privação, a exclusão social e a falta de participação.

Segundo o relatório final dos ODM, também é enaltecido que apesar dos esforços e objetivos alcançados, ainda continuam a existir problemas significativos no mundo tais como: - A existência de enormes lacunas entre as famílias ricas e pobres, e entre zonas rurais e urbanas; - As alterações climáticas e a destruição do meio ambiente ameaçam destruir o progresso alcançado, e as pessoas em situação de pobreza são as mais afetadas; - Os conflitos continuam a ser a maior ameaça ao desenvolvimento humano; - Milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza e fome, sem acesso a serviços básicos. A nível mundial os níveis de pobreza continuam predominantemente concentrados em algumas partes do mundo. Existe a necessidade de fazer um maior esforço para alcançar as pessoas mais vulneráveis e integrar as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. (UNDESA, 2015:8-9) É neste sentido que surge a agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

⁹ Os índices de pobreza na China baixaram de 689 milhões em 1990 para 250 milhões em 2011 (UNDESA, 2015: 15) Disponível em: [http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf) (Acedido a: 22/09/2016)

¹⁰ Os índices de pobreza na Índia passaram de 47,8% em 1990 para 21,9% entre 2011-2012, tendo alcançado o objetivo de reduzir a pobreza. No entanto no que diz respeito à fome os valores deixam muito a desejar. Dados disponíveis em: <http://www.in.undp.org/content/india/en/home/post-2015/mdgoverview.html> (Acedido a: 24/08/2016)

3.1. “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”

O desenvolvimento económico e social, que caracteriza as últimas décadas da sociedade contemporânea, têm sido alcançado à custa da acelerada e algumas vezes irreversível degradação dos recursos naturais que coloca por sua vez em risco a própria existência humana. Situações como a contaminação de águas, o uso abusivo de agrotóxicos, as secas provocadas pelas alterações climáticas, a destruição de habitats e desflorestação, estão a ter impactes cada vez mais acentuados na vida e qualidade de vida das pessoas. A crise ambiental que a sociedade enfrenta nos dias de hoje converteu-se num processo social, na medida em que existe hoje na sociedade a percepção que a degradação ambiental têm impacto direto na vida da sociedade e constitui uma ameaça à vida humana. Os efeitos da globalização, principalmente sobre os países pobres, têm conduzido a um aumento do número de pessoas mais vulneráveis. A pobreza muitas vezes força a migração de pessoas para centros urbanos já sobrelotados e desprovidos de recursos essenciais de saneamento básico, o que também põe em risco o ambiente pela inevitável contaminação dos recursos naturais. Por outro lado, para combater a pobreza, é necessário que o meio ambiente esteja em bom estado para que as suas potencialidades sejam exploradas adequadamente, pois só assim é possível produzir e extrair bens que são fundamentais não só à sobrevivência, mas também ao desenvolvimento humano. (Emerique, 2009)

Uma das lições aprendidas dos ODM é que o ambiente não pode ser retirado desta equação, pois a degradação ambiental exacerba a pobreza contribuindo para uma maior instabilidade social. É reconhecida a impossibilidade de assegurar paz duradoura e estabilidade enquanto existirem enormes desigualdades no mundo e enquanto os sistemas naturais que sustentam a vida permanecerem sob ameaça. Neste sentido, em 2015 foi aprovada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na cimeira da ONU em Nova Iorque. Esta nova Agenda 2030 contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹¹ (ODS) e 169 metas relacionadas. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos ODM, de maneira a completar o trabalho que ficou

¹¹ Todos os 17 ODS podem ser vistos em: <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300> (Acedido a: 13/09/2016)

por alcançar e responder aos novos desafios globais. Um dos pilares que caracteriza os ODS é a facto de ser defendido que o desenvolvimento só é possível se for feito de forma sustentável, e mais do que nunca os problemas que existem no mundo estão direta ou indiretamente ligados aos fatores ambientais. (UN, 2015)

The global community stands at a historic crossroads in 2015. As the MDGs are coming to their deadline, the world has the opportunity to build on their successes and momentum, while also embracing new ambitions for the future we want. A bold new agenda is emerging to transform the world to better meet human needs and the requirements of economic transformation, while protecting the environment, ensuring peace and realizing human rights. At the core of this agenda is sustainable development, which must become a living reality for every person on the planet (Hongbo, citado em: *The Millennium Development Goals Report*, UN, 2015:9)

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável “Rio+20” foi aprovado, por consenso, por todos os líderes de governo e de Estado. O documento intitulado: “*Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*”, defende que esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que procura fortalecer a paz mundial e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global para o desenvolvimento sustentável.

O conjunto de objetivos e metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda Mundial. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos ODM, estão interligados, são indivisíveis, e misturam de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental. A sua implementação é um desafio, que requerer uma parceria global com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil e setor privado. Embora de natureza global e universalmente aplicáveis, os ODS defendem também a importância de uma ação e consciencialização a nível local para o alcance das metas estabelecidas. (UN, 2015)

É evidente que apesar dos progressos, ainda há muitos obstáculos para conquistar. Acesso a boas escolas, saúde, energia elétrica, água potável e outros serviços essenciais permanecem ilusórios para muitas pessoas, muitas vezes condicionadas pelo *status* socioeconómico, género, etnia e localização geográfica. Além disso, para as

peessoas que têm sido capazes de sair da pobreza, o progresso é muitas vezes temporário: crises económicas, insegurança alimentar e alterações climáticas ameaçam retirar-lhe as suas conquistas e lança-las de novo para a pobreza. Será fundamental encontrar formas de abordar estas questões à medida que se avança em direção a 2030. (United Nations, 2015)

4. A Estratégia Europa 2020

Assim como o resto do mundo, a Europa está a atravessar um período de transformação. A crise económica de 2008 anulou anos de progresso económico e social e expôs as fragilidades estruturais da economia europeia. O mundo está a evoluir rapidamente e os desafios a longo prazo da globalização, pressão sobre os recursos, envelhecimento da população são alguns dos fenómenos cada vez mais evidentes. Foi neste sentido que a Comissão Europeia elaborou a estratégia da Europa 2020, que representa uma visão da economia social de mercado para a Europa do século XXI. Esta estratégia visa uma saída fortalecida da crise e transformar a UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. A estratégia Europa 2020 estabelece assim três prioridades que se reforçam mutuamente que são:

- a) Crescimento inteligente: que visa desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- b) Crescimento sustentável: que pretende promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- c) Crescimento inclusivo: este ultimo consiste em fomentar uma economia com elevados níveis de emprego, que assegure a coesão social e territorial.

Neste contexto, a UE definiu também os cinco grandes objetivos que pretende alcançar até 2020, que são:

1. Procurar elevar para 75% a taxa de emprego das mulheres e dos homens com idades compreendidas entre os 20 a 64 anos, inclusivamente através de uma maior participação dos jovens, dos trabalhadores mais velhos e dos trabalhadores menos qualificados, e de uma melhor integração dos migrantes legais;
2. Melhorar as condições para a Investigação e o Desenvolvimento, em especial com o objetivo de elevar para 3% do PIB o nível de investimento conjugado dos sectores públicos e privados neste domínio;
3. Reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa em 20% relativamente aos níveis de 1990; aumentar para 20% a percentagem das energias renováveis no consumo energético final, e avançar no sentido de um aumento de 20% da eficácia energética;

4. Melhorar os níveis de educação, em particular procurando reduzir a taxa de abandono escolar para um nível inferior a 10 % e aumentando para pelo menos 40 %, a percentagem da população na faixa etária de 30-34 anos que conclui o ensino superior ou equivalente;

5. Promover a inclusão social, em especial através da redução da pobreza, tendo em vista retirar pelo menos 20 milhões de pessoas de situações de risco de pobreza e de exclusão.

Todos os objetivos acima referidos estão interligados, por exemplo, a melhoria dos níveis de habilitações contribui para a empregabilidade e o aumento das taxas de emprego contribuiu para reduzir a pobreza. Uma maior capacidade de investigação e desenvolvimento e de inovação em todos os sectores da economia, combinada com uma utilização mais eficiente dos recursos, melhorar a competitividade e promove a criação de emprego. O investimento em tecnologias mais limpas é favorável para o ambiente, contribuiu para combater as alterações climáticas e cria novas oportunidades comerciais e novos postos de trabalho. Estes objetivos são representativos das três prioridades constituídas pelo crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A Comissão Europeia apresentou também sete iniciativas¹² que visam estimular os progressos no âmbito de cada tema prioritário, entre elas destaca-se a “Plataforma Europeia Contra a Pobreza”. O objetivo desta iniciativa é assegurar a coesão social e territorial, que permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade. (Comissão Europeia, 2010:12-13)

¹² Restantes iniciativas disponíveis em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF> (Acedido a: 12/09/2016)

4.1. Crescimento inclusivo - uma economia com elevadas taxas de emprego que assegura a coesão económica, social e territorial.

A aprovação pelo Conselho europeu em Junho de 2010 da estratégia Europa 2020 representou um avanço significativo da definição da política social a nível europeu. De acordo com a estratégia Europa 2020 o crescimento inclusivo tem como objetivo capacitar as pessoas através de taxas elevadas de emprego, investimento nas qualificações, lutar contra a pobreza e modernizar os mercados de trabalho e os sistemas de formação e de proteção social, para ajudar pessoas em situações vulneráveis e construir uma sociedade coesa. É igualmente essencial garantir que os benefícios do crescimento económico beneficiem igualmente todas as regiões da UE, para desta forma ser reforçada a coesão territorial. (Comissão Europeia, 2010: 21) No documento Europa 2020 é também referido a necessidade de assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades para todos ao longo da vida, definir políticas que promovam a igualdade de género, a fim de melhorar as taxas de participação no mercado de trabalho, reforçando assim o crescimento e a coesão social. Para esta finalidade é reforçada a necessidade da Europa atuar nas seguintes áreas:

- Emprego: devido à evolução demográfica, estima-se que brevemente a população ativa europeia irá diminuir. Atualmente, só dois terços da população em idade ativa está empregada. As taxas de emprego das mulheres e dos trabalhadores idosos são particularmente baixas. Os jovens foram gravemente atingidos pela crise, registando uma taxa de desemprego superior a 21 %;

- Qualificações: embora cerca de 80 milhões de pessoas tenham apenas qualificações baixas ou básicas, a aprendizagem ao longo da vida beneficia sobretudo as mais qualificadas. Até 2020, serão criados 16 milhões de postos de trabalho que exigem qualificações elevadas, enquanto a procura de trabalhadores pouco qualificados irá diminuir em 12 milhões. Devido ao prolongamento da vida ativa, será igualmente necessário adquirir e desenvolver novas competências ao longo da vida;

- Luta contra a pobreza: antes da crise, 80 milhões de pessoas, das quais 19 milhões de crianças viviam em risco de pobreza. Por outro lado, 8% das pessoas com um

emprego não ganham o suficiente para ultrapassar o limiar da pobreza. As pessoas desempregadas são particularmente mais vulneráveis.¹³ (Comissão Europeia, 2010:21)

4.1.1 Iniciativa: “Plataforma europeia contra a pobreza”

A Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social é uma das sete iniciativas da estratégia Europa 2020¹⁴ para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O objetivo desta iniciativa é assegurar a coesão económica, social e territorial, e permitir às pessoas em situação de pobreza e exclusão social viver dignamente e ter um papel ativo na sociedade. Neste sentido é definido na estratégia que a nível da UE a Comissão Europeia pretende atuar nos seguintes campos:

- Transformar o método aberto de coordenação a nível da exclusão social e da proteção social numa plataforma de cooperação, avaliação pelos pares e troca de boas práticas e num instrumento de promoção do empenhamento dos atores públicos e privados na redução da exclusão social, e tomar as medidas concretas, nomeadamente através do apoio específico do Fundo Social Europeu;

- Conceber e executar programas de promoção da inovação social destinados às camadas mais vulneráveis, em especial propondo às comunidades desfavorecidas soluções inovadoras em matéria de educação, formação e oportunidades de emprego para combater a discriminação (por exemplo, dos deficientes) e desenvolver uma nova agenda de integração dos migrantes que lhes permita aproveitar o plenamente o seu potencial;

- Realizar uma avaliação da adequação e sustentabilidade dos sistemas de proteção social e de pensões e identificar vias que permitam assegurar um melhor acesso aos sistemas de saúde.

¹³ Atualmente dados mais recentes mostram que 122,3 milhões de pessoas na União Europeia estão em risco de pobreza e exclusão social. Dados retirados da Convenção Anual para o Crescimento Inclusivo, disponíveis em: <http://www.eapn.pt/documento/479/convencao-anual-para-o-crescimento-inclusivo-2016> (Acedido a: 22/09/2016)

¹⁴ Estratégia Europa 2020 completa disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF> (Acedido a: 12/09/2016)

A nível nacional, é sugerido aos estados-membros:

- Promover a responsabilidade partilhada, coletiva e individual, na luta contra a pobreza e a exclusão social;

- Definir e aplicar medidas adaptadas às características específicas dos grupos de risco (famílias monoparentais, mulheres idosas, minorias, ciganos, pessoas com deficiência e sem-abrigo);

- Mobilizar plenamente os seus sistemas de segurança social e de pensões para assegurar os apoios adequados ao rendimento e o acesso aos cuidados de saúde. (Comissão Europeia, 2010:23)

Apesar da iniciativa da Comissão Europeia em reduzir e combater a pobreza na Europa, existe atualmente uma grande crítica à sua atuação. De acordo com um relatório da EAPN¹⁵ que avalia a estratégia da Europa 2020, a desigualdade, assim como a pobreza continua a aumentar na maioria dos países, particularmente no Sul e Leste Europeu. Divergências, que refletem desequilíbrios sociais e macroeconómicos continuam a crescer em toda a Europa com as regiões mais pobres a pagar o preço mais alto e de frente para o impacto social mais grave da crise. Os países com as maiores taxas, são geralmente os mesmos que estiveram sob o regime da *Troika* ou sob maior pressão para reduzir a despesa pública com cortes de austeridade. A crise económica gerou uma crise social que levou a um ataque ao nível de vida das pessoas e ao direito a uma vida digna. Embora algum do impacto social é notoriamente devido à crise e ao aumento do desemprego, há um claro impacto das políticas de austeridade que têm sido apoiados pela UE. (EAPN, 2014:5-6)

De acordo com o Eurostat¹⁶, em 2014, cerca de 122,258 milhões de pessoas na UE (24,4 % da população total) encontrava-se em risco de pobreza ou de exclusão social. Estes números escondem, porém, uma grande heterogeneidade entre os 28 estados-membros. Num extremo, com elevadas taxas de pobreza e exclusão social encontram-

¹⁵ Relatório completo disponível em: <http://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2016/01/2014-EAPN-Position-Mid-Term-Review.pdf> (Acedido a: 22/09/2016)

¹⁶ Dados da Eurostat disponíveis em: http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=t2020_50&language=en (Acedido a: 23/09/2016)

se países como a Bulgária (40 %), a Roménia (40 %), a Letónia (33 %), a Grécia (36%) e a Hungria (32 %). No outro extremo situam-se os países como a República Checa (15%), a Suécia (17%) e a Holanda (17%). Através da análise dos dados é possível concluir que ao contrário do que foi proposto na estratégia Europa 2020 em reduzir a pobreza, na verdade o número de pessoas em risco de pobreza aumentou na sua generalidade em quase todos os estados-membros da UE.

Uma das maiores críticas que a EAPN faz à atuação dos órgãos de governação da UE é o facto de que em vez de aumentar sinais de investimento social, os objetivos económicos de curto prazo têm sido priorizados sobre os direitos sociais e os retornos sociais e económicos de longo prazo. O foco macroeconómico da UE na austeridade é visto não só como o responsável pelo aumento da pobreza, mas também de continuar a promover um ataque inaceitável aos direitos humanos e à dignidade dos mais vulneráveis, fazendo com que os mais pobres paguem por uma crise que não criaram. (EAPN, 2014:6-7)

As desigualdades económicas ocupam também um lugar menos destacado na estratégia Europa 2020 do que as questões de pobreza e de exclusão social. Apesar de se reconhecer a importância de monitorizar regularmente as assimetrias na distribuição do rendimento não é proposto nenhum objetivo quantificado para a redução das desigualdades. Tal não significa que este não seja um problema importante, e crescentemente importante, na realidade socioeconómica dos países da UE. De acordo com Carlos Rodrigues as sociedades mais desiguais são igualmente aquelas que evidenciam maiores níveis de pobreza. A fortíssima associação entre níveis de desigualdade e níveis de pobreza é indiscutível. (Rodrigues, 2012:175) A taxa de risco de pobreza ou de exclusão social subiu para de 23,7% em 2010, para 24,4 % em 2014 no conjunto da união europeia, significando um aumento em cerca de mais de quatro milhões de pessoas em situação de precariedade social. Quase todos os 28 países da UE viram a sua taxa de pobreza e exclusão social agravar-se entre 2010 e 2014.¹⁷

¹⁷ Fonte: Eurostat:

http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&pcode=t2020_50&language=en (Acedido a: 23/09/2016)

A defesa dos sectores mais desprotegidos da sociedade constitui não só um imperativo da estratégia Europa 2020 mas também uma resposta necessária à profunda crise económica que a Europa atravessa. É em períodos de crise que as políticas sociais são mais necessárias, pois funcionam como um estabilizador que assegura um mínimo de coesão social indispensável para o funcionamento da sociedade. Parece pois inequívoco afirmar que o caminho recente seguido pela UE afasta-se dos objetivos definidos na Europa 2020 no que concerne à pobreza e à exclusão social. Uma política predominantemente assente na contenção e na retração das políticas sociais apenas gera um agravamento das condições de precariedade social, de exclusão e das desigualdades. (Rodrigues, 2012:174-175)

Capítulo II

Estágio Curricular na Rede Europeia Anti-Pobreza

Este relatório de estágio surge no âmbito do 2º ano de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em globalização e ambiente) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizado na Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (EAPN) no Núcleo Distrital de Lisboa. A orientação do estágio institucional esteve a cargo da Dra. Maria José Domingos, Técnica Superior da EAPN, e a orientação tutorial ficou a cargo da Professora Ana Isabel Xavier, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O estágio decorreu na EAPN que na sua forma jurídica se constitui como ONGD (Organização não Governamental para o Desenvolvimento), é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como associação de solidariedade social, de âmbito nacional, cuja missão é defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício de cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil.

5. Caracterização da Instituição

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) que deve a sua sigla ao inglês *European Anti Poverty Network* é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1990, em Bruxelas. A organização está representada em 30 países, nomeadamente em Portugal, através de redes nacionais. Há mais de 25 anos a atuar em Portugal a EAPN é uma organização, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, obtendo em 1995, o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). A ação da EAPN Portugal estende-se a todo o país, através de 18 núcleos distritais. Em 2010 foi-lhe atribuído, pela Assembleia da República, o Prémio Direitos Humanos. A criação de uma Rede Europeia Anti-Pobreza surge com a preocupação da Comissão Europeia perante o aumento dos fenómenos da pobreza e da exclusão social na Europa. Neste contexto, esta Instituição solicitou às Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social, que se organizassem e constituíssem um grupo de pressão, de modo a imprimirem uma maior eficácia nas ações destinadas ao combate à pobreza e à exclusão social. Este apelo concretiza-se com a organização de um Colóquio, por parte da Comissão Europeia e da ESCAP (*Economic and Social Community Action Programme*), em junho de 1989, do qual resulta um grupo piloto encarregue de lançar o projeto. A Assembleia Constituinte da Rede Europeia Anti-Pobreza veio a ter lugar no ano seguinte, em Bruxelas. A EAPN define-se como uma coligação independente de ONGs e de grupos empenhados na luta contra a pobreza e a exclusão social. É constituída através de Redes Nacionais, que atuam aos níveis local, regional e nacional, e por organizações Europeias, que atuam ao nível internacional e europeu.¹⁸

5.1 Localização

As instalações da EAPN-Núcleo de Lisboa situam-se na Avenida de Berna, nº 11, 2º andar, Lisboa.

¹⁸ Informação retirada do site oficial da EAPN Portugal, disponível em: <http://www.eapn.pt/>

5.2 Missão

A missão da EAPN é defender os direitos humanos fundamentais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de cidadania informada, participativa e inclusiva, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil.

5.3 Visão

Ser coerentes com o princípio fundamental da dignidade humana, almejando um mundo livre de pobreza e de exclusão social, sustentado nos seguintes valores: dignidade, justiça, solidariedade e igualdade.

5.4 Valores

- Dignidade: Defesa das condições de vida adequadas às necessidades e expectativas legítimas da população;
- Justiça: Defesa dos direitos e deveres fundamentais das pessoas, consubstanciados nas condições materiais e culturais de vida;
- Solidariedade: Atuação assente na partilha de fins e de meios de construção de uma sociedade mais justa;
- Igualdade: Condição comum face aos direitos e aos deveres baseada na ausência da discriminação.

5.5 Natureza Jurídica

A EAPN Portugal é uma organização, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, obtendo em 1995, o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). A EAPN deve a sua sigla ao inglês “*European Anti Poverty Network*” (Rede Europeia Anti-Pobreza), fundada em 1990. A EAPN é uma organização sem fins

lucrativos sediada em Bruxelas, estando representada em cada um dos Estados-Membro da UE por Redes Nacionais.

5.6 Objetivos Gerais

- Estabelecer uma interligação (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno na Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social.
- Promover e aumentar a eficácia e a eficiência das ações de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, fazendo com que tenham expressão, dando voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de ação e de iniciativa e promovendo a sua efetiva participação.
- Promover junto de pessoas ou grupos que se encontrem em situação de pobreza e, ainda, junto de profissionais e dirigentes institucionais, a integração/inclusão social e a organização de serviços e outras atividades que visem o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas, reforçando a autonomia, quer sejam idosos, deficientes, desempregados, famílias monoparentais, jovens em situação de risco, imigrados, minorias étnicas e culturais, crianças maltratadas, pessoas sem-abrigo ou outras.
- Contribuir para a mobilização de outros sectores, envolvendo-os no desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de proteção social alternativas e de melhoria da qualidade de vida de pessoas ou grupos, prestando e dinamizando o necessário atendimento em centros especialmente construídos para esses fins, utilizando técnicas de ação social, apoio direto, de acordo com os meios materiais e técnicas próprias, encaminhamento com vista à resolução dos seus problemas, e formação em ordem à sua integração social e inserção sócio profissional.
- Intervir por meio de projetos e ações nas áreas de promoção da igualdade de oportunidades para todos.

5.6.1 Princípios

- Participação: Atuação ativa e congruente com os valores organizacionais
- Subsidiariedade: Potenciação das diferenças de capacidades e de iniciativas.
- Trabalho em rede: Potenciação das sinergias permitidas pela diversidade e pelo trabalho em rede.
- Inovação: Procura medidas potenciadoras de eficácia e eficiência para realizar os valores e respeitar os princípios.
- Responsabilidade: Assunção dos efeitos das ações e contribuição para realizar a missão organizacional.
- Transparência: Dever de informar e dar a conhecer planos, atividades e recursos aplicados na sua execução.

5.7 Objetivos Específicos

5.7.1 Formação

A EAPN é uma entidade acreditada pelo Instituto para a Qualidade na Formação, desenvolve ações de formação em diagnósticos de necessidade e definição de objetivos destinados sobretudo a quadros dirigentes, técnicos, voluntários e outros colaboradores de instituições. Os principais objetivos das formações são:

- Capacitação e qualificação dos agentes sociais e institucionais
- Sensibilização e esclarecimento de forma a modificar representações sociais existentes sobre as questões e os vários modelos de intervenção na pobreza e na exclusão;
- Contribuir para a alteração de práticas institucionais de intervenção social;- Desenvolver uma nova postura de ação junto dos seus associados através do debate e discussão de problemáticas.

5.7.2 Informação

Um dos objetivos do trabalho em rede é a troca de Informação. A comunicação é uma ferramenta decisiva e trabalha com vários públicos e se pretende promover a partilha e o intercâmbio de informação, conhecimentos, opiniões práticas e ideias. A aplicação destas práticas políticas, passam pela organização de encontros, seminários, conferências, edição de publicações e outros materiais.

5.7.3 Investigação e Projetos

A EAPN é responsável pela conceção, desenvolvimento e avaliação de vários projetos de âmbito nacional e transnacional, através dos quais procura aprofundar e atualizar conhecimentos sobre as questões da Pobreza e da Exclusão Social, mas também delinear estratégias na intervenção com estas problemáticas numa lógica de investigação/ação. A Rede Europeia Anti-Pobreza dá respostas a nível nacional e regional pois aposta na constituição de grupos de trabalho interinstitucionais dentro dum espírito e cultura de rede. Os núcleos da EAPN são um exemplo disso, pois assumem um papel fundamental quer ao nível da investigação quer ao nível em que a proximidade de realidades regionais é uma constante, onde permitem um conhecimento mais fundamentado desses contextos.

Projetos Nacionais:

- “CLICK – Ativar competências de Empregabilidade” é um projeto desenvolvido através de um acordo de cooperação entre a EAPN Portugal e o IEFP que trabalha as áreas da empregabilidade de públicos vulneráveis e da responsabilidade social das empresas.

- “Grupos de Apoio a Famílias”, visam apoiar Famílias que, residindo em qualquer ponto do território nacional continental, passaram a encontrar-se em situação económica muitíssimo difícil, seja em virtude de desemprego, seja por ter surgido causa impeditiva de exercício de atividade laboral, nomeadamente as radicadas em doença grave, ou situação de incapacidade, de um dos membros da Família.

- “Projeto Janus III” - Formação para a Inclusão
- “Projeto de Investigação- a adequação do rendimento”, entendida como o valor dos recursos considerados suficientes para realizar um nível de vida digno, tornou-se um conceito central no debate europeu de política social. Este projeto traz este assunto para o seio da Universidade portuguesa e, pela sua abordagem científica, pretende contribuir para enriquecer o seu debate na sociedade portuguesa.
- “Literacia para a Igualdade de Género e Qualidade de Vida: Lideranças Partilhadas” visa mobilizar a sociedade civil no empoderamento de comunidades desfavorecidas introduzindo a perspetiva da igualdade de género na abordagem ao desenvolvimento e à qualidade de vida das populações.
- “Microcrédito”, uma parceria da EAPN com o Montepio Geral que procura fomentar o acesso ao crédito junto de pessoas que, devido à situação de pobreza e exclusão social em que se encontram ou por estarem vulneráveis a estas situações, usualmente não têm acesso a este instrumento financeiro para o desenvolvimento de uma atividade económica.
- “Projeto de Cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional”, este projeto surge no âmbito do Protocolo de Cooperação assinado entre a EAPN e o IEFP. O Acordo de Cooperação assinado tem como objeto “estabelecer os princípios genéricos do envolvimento e da cooperação mútua para fomentar ações no âmbito do mercado social de emprego, enquanto contributo para a solução de problemas de emprego, de formação e de outros problemas sociais, com especial incidência no combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social”.
- “Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa” Este projeto surge no âmbito do Protocolo de Cooperação Institucional assinado entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e a Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal, com o objetivo Dar respostas concretas a problemas de combate à exclusão social e à pobreza no contexto específico da cidade de Lisboa.

A EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza no seu âmbito de intervenção, quer nacional, quer europeu, privilegia as dimensões de análise e investigação como formas estruturais de obter os diagnósticos e as informações necessárias ao bom desenho, implementação e avaliação de políticas de combate à pobreza e à exclusão. Assim, e nesta linha de atuação estratégica, a EAPN Portugal sempre defendeu e procurou disseminar a necessidade de se criarem Observatórios locais, nacionais e europeus de luta contra a pobreza que pudessem, partindo de diferentes abordagens instrumentais e metodológicas, colaborar ativamente para a erradicação da pobreza e da exclusão social. No seguimento desta ambição, em Julho de 2006, a EAPN Portugal celebrou um protocolo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), para a montagem e o desenvolvimento de um Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

A definição e construção deste Observatório tem como objetivo principal contribuir para o conhecimento da realidade socioeconómica da cidade de Lisboa através da adoção de metodologias e construção de instrumentos diversos que permitam apoiar a tomada de decisões estratégicas e a adoção de medidas concretas destinadas à inserção de pessoas socialmente desfavorecidas, estimulando e promovendo projetos e medidas que visem o reforço de dinâmicas de desenvolvimento local e de trabalho em rede. Pretende também constituir-se como um projeto-piloto apto a ser disseminado e adotado por outros concelhos e / ou dimensões territoriais.

Projetos Transnacionais:

- “RE-InVEST Rebuilding an inclusive, value-based europe of solidarity and trust through social investments”, projeto financiado pelo HORIZONTE 2020-Programa-Quadro de Investigação e Inovação da UE (2014-2020). Tem como objetivo Contribuir para um modelo mais equilibrado de desenvolvimento económico e social para a União Europeia, tendo como princípio o investimento social baseado nos direitos humanos e nas capacidades (individuais e coletivas).
- COGNOS - *Virtual intergenerational learning community for adult education*.
- DRIVERS – *For Health Equity*

- *The Third Sector against Pushed Begging* (APB) tem como objetivo principal reverter e combater o tráfico de seres humanos, no que diz respeito à exploração de indivíduos para mendicância, com especial enfoque nos estrangeiros como potenciais vítimas mais vulneráveis a esta situação.

- EMIN – *European Minimum Income Network*

- Torre – *Transnational Observatory for Refugees' Resettlement In Europe*.

Grupos de Trabalho:

- Grupo Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a integração das pessoas sem-abrigo (GIMAE);

- Conselho Nacional de Promoção da Voluntariado;

- Grupo de Técnicos "3ª Parte de Nós";

- Conselho Consultivo Nacional de Cidadãos em Situação de Pobreza e de Exclusão Social;

- Grupo de Trabalho Pobreza Infantil;

- Grupo de Trabalho e Reflexão do Envelhecimento Ativo;

- Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social;

- Grupo de Trabalho sobre Educação e Inclusão.

5.8 Linhas Editoriais da EAPN

Rediteia- é uma revista de política social, pretende-se que a Rediteia seja potenciadora de um espaço de análise e reflexão de vários temas relacionados com as questões da pobreza e da exclusão social e constitua um importante instrumento de informação para todos os que trabalham ou se interessam por questões do domínio/política social.

Cadernos EAPN- A linha editorial Cadernos EAPN tem como objetivo a publicação de estudos, projetos e investigações relevantes, que conduzam à consciencialização e compreensão dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, e de outras temáticas transversalmente relacionadas.

RedAÇÃO- linha editorial que tem como objetivo a divulgação da intervenção da EAPN Portugal em vários domínios de ação, nomeadamente conclusões/atas de eventos (seminários, conferências, etc.), relatórios de projetos, documentos estratégicos e de reflexão.

6. Trabalho Desenvolvido na EAPN:

O estágio de componente curricular na EAPN Lisboa decorreu do dia 1 de Outubro de 2015 até 1 de Junho de 2016 tendo contabilizado um total de 800 horas. No início do meu estágio foi-me solicitado pela minha orientadora que assistisse a uma formação que a EAPN organizou nas suas instalações, que teve como tema “Intervenção Sistémica com Famílias”. A formação ficou a cargo da formadora Catarina Rivero e teve a duração de 3 dias. No final da formação foi-me pedido para elaborar o relatório de avaliação da mesma (Anexo 1) e os certificados de formação. Assisti também à Apresentação do estudo “Empregabilidade na Economia Social: O papel das políticas ativas de emprego” um evento organizado pela EAPN no centro de emprego e formação profissional de Xabregas em Lisboa (Anexo 2). Foi-me solicitado também para assistir a um Workshop formativo organizado nas instalações da EAPN sobre “Intervenção na crise em Saúde Mental Comunitária” ficando a cargo da formadora Maria João Moniz.

Ao longo do estágio elaborei a pedido da minha orientadora um documento que tem como título “BI distrital” (Anexo 3) que é feito por todas as divisões distritais da EAPN em Portugal, e a meu cargo ficou o BI Distrital da cidade de Lisboa. Este documento consiste em apresentar uma análise das principais variáveis sociais, económicas e demográficas do distrito de Lisboa salientando os aspetos que se afiguram como fundamentais para uma caracterização do Distrito. Neste documento são apresentados dados estatísticos relativos aos rendimentos, educação, mercado de trabalho, saúde, habitação, justiça, segurança e demografia. Esta análise implicou a sistematização dos dados estatísticos mais recentes a nível distrital, disponibilizados através das plataformas de vários organismos oficiais como o INE (Instituto Nacional de Estatística), IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), CENSOS 2011 e dados da Segurança Social. Este documento exigiu um grande período de tempo e dedicação até ser finalizado, pois para além do trabalho de pesquisa e recolha de todos os dados foi também necessário inserir os mesmos em Excel e elaborar gráficos que de seguida seriam colocados no documento e analisados. Este documento teve uma especial importância para mim pois foi um trabalho que realizei autonomamente, no entanto, sempre com a supervisão da minha orientadora e o apoio das minhas colegas em qualquer dúvida que surgisse. Durante parte do meu estágio dediquei-me a este projeto

mas intercalando sempre com outras atividades que me iam sendo sugeridas pela minha orientadora. Ajudei na preparação das formações assim como realizei todos os relatórios de avaliação das mesmas durante o período de estágio na EAPN e elaborei também o Relatório Anual de 2015 (Anexo 4).

Na componente mais prática do meu estágio assisti a reuniões da EAPN com os vários associados¹⁹, e também do CLC (concelho local de cidadãos) que é formado por pessoas em situação vulnerável no que toca à pobreza e exclusão social e em que a EAPN tenta dar voz. Assisti também a reuniões da Rede Social²⁰ de Lisboa na qualidade de assistente. O trabalho da Rede Social permite uma maior adequação e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos de um modo geral e, particularmente, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. O que se propõe é que, em cada comunidade, as autarquias e as entidades públicas e privadas: - Tenham uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área; - Definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações; - Utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis. De um modo geral o meu estágio na EAPN foi muito positivo e útil pois tive uma visão prática do que consiste o trabalho em ONG em Portugal, conhecer os seus campos de atuação, as tarefas realizadas e também algumas limitações que as mesmas enfrentam. Participei também na Feira de Empreendedorismo Social na FIL (Feira Internacional de Lisboa), onde a EAPN esteve representada como Instituição e ajudei as minhas colegas na divulgação e informação do nosso trabalho enquanto Instituição de Solidariedade Social.

¹⁹ Mais informações disponíveis sobre os Associados da EAPN em: <http://www.eapn.pt/associados> (Acedido a: 22/09/2016)

²⁰ A Rede Social é um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

7. O papel da EAPN no combate à pobreza e desigualdade em Portugal

Em Portugal, assim como noutros países da União Europeia, a pobreza e a exclusão social são fenómenos que sempre existiram e que em vez de desaparecerem estão a agravar-se. Apesar de para muitos a erradicação da pobreza e exclusão social ser um objetivo quase utópico, já foi demonstrado que os seus efeitos podem ser reduzidos sempre que os atores sociais se dediquem de forma ativa e definam medidas adequadas e eficazes às realidades nacionais. A EAPN Portugal promoveu e coordenou ao longo de quase dois anos um grupo de pessoas/instituições que acreditam que erradicar a pobreza não só é possível, como é uma prioridade nacional. O trabalho deste grupo produziu uma publicação numa revista de política social intitulada de “Rediteia” com o tema “Erradicar a Pobreza em Portugal: Compromisso Para Uma Estratégia Nacional”. Esta publicação sistematiza um conjunto de propostas e resultado de debates internos entre os protagonistas envolvidos que, juntamente com a EAPN Portugal, se empenham diariamente numa luta mais eficaz e eficiente contra a pobreza e a exclusão social. Para uma boa governação assente numa democracia mais participada, a EAPN defende que é fundamental incluir na agenda política de governação do país o objetivo da erradicação da pobreza, que se defina uma estratégia nacional e metas para a eliminação da pobreza e se encontrem os adequados suportes institucionais para fazer valer os direitos humanos e sancionar o seu respetivo incumprimento. (EAPN, 2015)

O clima de austeridade que marca os recentes anos da vida da sociedade portuguesa conduziu a profundas alterações no panorama da pobreza e exclusão social e no modo como estas têm vindo a ser combatidas. A condição em que muitos cidadãos e cidadãs atualmente vivem não é compatível com uma existência digna. Numa sociedade democrática, importa que as condições de vida de toda a população estejam asseguradas, designadamente nos domínios da educação, saúde, habitação, emprego e proteção social. Esta constatação levou a EAPN a tomar a iniciativa de dinamizar um Grupo de Trabalho sobre o tema da pobreza e exclusão social, ao qual denominou “Grupo de Trabalho Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza e Exclusão Social”. Este grupo tem vindo a realizar vários encontros com o propósito de refletir sobre a necessidade urgente de atuar ao nível da erradicação da Pobreza e Exclusão Social. Trata-se de Grupo de trabalho que congrega organizações de âmbito nacional, regional

e local, universidades e centros de investigação e cidadãos e cidadãs com uma missão comum: erradicar a pobreza e a exclusão social. O objetivo é o de colocar em marcha um processo participativo de análise e agregação de ideias e chegar a um consenso para a definição de uma Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza e Exclusão Social em Portugal. (EAPN, 2015)

A EAPN Portugal foi também responsável durante o ano de 2015 pela coordenação da Monitorização da aplicação dos 20% dos Fundos Estruturais da UE no Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A EAPN Portugal apresentou também uma proposta para o novo Programa Nacional de Reformas 2016 (PNR)²¹.

²¹ PNR completo em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/apresentacao-do-programa-nacional-de-reformas> (Acedido a: 23/09/2016)

CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos anos, o conceito de pobreza e de desenvolvimento tem-se afastado de uma explicação estritamente monetária, incluindo também os aspetos sociais e humanos, que são atualmente dimensões fundamentais na sua definição e avaliação. Os efeitos da globalização são ubíquos e desiguais, enquanto em algumas partes do mundo a globalização intensificou as desigualdades entre pobres e ricos, noutras aconteceu o contrário, trouxe oportunidades de acesso ao desenvolvimento. O esforço das Nações Unidas em atingir as metas implementadas nos ODM e nos ODS, resultou na maior redução dos níveis de extrema pobreza das últimas décadas. Apesar de os progressos terem sido assimétricos de região para região, e da crise económica ter regredido algumas metas, os países em desenvolvimento, no geral, alcançaram progressos bastante positivos na redução da extrema pobreza. A Europa foi igualmente afetada pela crise, e apesar do esforço em sair da mesma com o plano estratégico Europa 2020, no que diz respeito ao crescimento inclusivo, o número de pessoas em situação de pobreza e exclusão social aumentou nos últimos anos. Este resultado deve-se predominantemente a uma política assente na contenção económica e na retração das políticas sociais que gerou um agravamento das condições de precariedade social. O estágio curricular na EAPN foi muito enriquecedor, deu-me a oportunidade de ter uma visão prática do que consiste o trabalho em ONG e despertou o meu interesse para questões relacionadas com a pobreza e desigualdades, tanto em Portugal como no resto do mundo.

Referências Bibliográficas

- Banerjee, A. V., Bénabou, R., & Mookherjee, D. (Eds.). 2006. *Understanding poverty*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Baylis, John & Smith, S., ed. 2014 *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 6 ed. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- Bourguignon, F., 2015. *The Globalization of Inequality*. Oxfordshire: Princeton University Press
- Capucha, L., 1998. Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades. em: José Manuel Leite Viegas, António Firmino da Costa (Org.), “*Portugal: que Modernidade?*” Oeiras: Celta Editora, 1998, pp. 209-242.
- Capucha, L., 2005. *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta Editora.
- Chossudovsky, M., 2003. *The globalization of poverty and the new world order*. Montreal: Global Research.
- Coleman, W., Sajed, A., 2013. *Fifty Key Thinkers on Globalization*. New York: Routledge
- Collier, P., 2008. *The bottom billion: Why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Cox, W, R., 1981. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Millennium - Journal of International Studies June 1981 10: pp. 126-155
- EAPN., 2015. *Rediteia nº 48 Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional* Porto: EAPN
- Emerique, L. 2009. *Neoconstitucionalismo e Direitos Sociais: Um Contributo Para a Luta Contra a Pobreza*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora
- Glenn, J., 2007 *Globalization: North-South perspectives* New York: Routledge
- Heywood, A., 2011 *Global Politics*. Basingstoke & New York: Palgrave Macmillan
- Mullard, M., 2004. *The Politics of Globalisation and Polarisation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing
- Kacowicz, A., 2013. *Globalization and the distribution of Wealth: The Latin American Experience 1982-2008*. Cambridge: Cambridge University Press
- Ritzer, G., Dean, P., 2015 *Globalization: A Basic Text*. 2ª Ed. Oxford: Blackwell Publishing

Santos, S., 2001. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento

Smith, D. M. (2007). *Just one planet: Poverty, justice and climate change*. Bourton-on-Dunsmore, UK: Practical Action.

Stiglitz, J., 2006. *"Making Globalization Work"*. New York: W.W. Norton & Company

Thomas, C., 2005. Poverty, development, and hunger. Em: Baylis, John, Smith, Steve and Owens, Patricia (eds.) *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations (Third Edition)*. New York, USA, Oxford University Press, 559-581.

Townsend, Peter, 2002. Poverty, Social Exclusion and Social Polarisation: The Need to Construct an International Welfare State. Em: Townsend, Peter and Gordon, David (eds.), *World Poverty: New Policies to Defeat an Old Enemy*, Bristol: The Policy Press.

Williams, R., 2007. Theories of Globalization. Em: Ritzer, G. (ed) *The Blackwell Companion to Globalization*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 125-143

Documentos eletrónicos:

Comissão Europeia., 2010. *Europa 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. pp.5-38. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF> Acedido a: 20/07/2016

Costa, A., 1984. *Conceito de Pobreza*, em: Estudos de Economia, vol. IV, nº 3, Lisboa, pp. 275-295. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9738/1/ee-abc-1984.pdf> Acedido a: 22/09/2016

EAPN. 2014. *EAPN Input to the Mid-Term Review of the Europe 2020 Strategy: Can the Strategy be made fit for purpose enough to deliver its promises on poverty reduction?* Acedido a: 12/09/2016 Disponível em: <http://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2016/01/2014-EAPN-Position-Mid-Term-Review.pdf>

Guimarães, L, 2010. *A Coordenação Europeia de Políticas de Combate à Pobreza e à Exclusão Social: Vulnerabilidades e Virtualidades do Método de Coordenação Aberto na Área Social, Sociedade e Trabalho* nº 41, p.34. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/revistasociedade/rst41.pdf> Acedido a: 14/05/2016

Guio, A., 2009. "What can be learned from deprivation indicators in Europe? Paper presented at the Indicators Sub-Group of the Social Protection Committee", Eurostat Methodological Working Papers. Disponível em:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-RA-09-007/EN/KS-RA-09-007EN.PDF Acedido a: 14/08/2016

Lourenço, M., 2005. *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal. Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*. Direção Geral da Segurança Social. Lisboa. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/51695/Pobreza_exclusao_social_politicas_sociais_Portugal/3482c68d-461d-432e-9531-2c4821f89eb3 Acedido a: 23/5/2016

PNUD., 2013. *Relatório do Desenvolvimento Humano. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013_portuguese.pdf Acedido a: 5/09/2016

PNUD., 2014. *Relatório do Desenvolvimento Humano. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf Acedido a: 8/09/2016

Rodrigues, C., F., 2012. *Estratégia Europa 2020 e inclusão social: as incertezas da Europa* JANUS 2013: As incertezas da Europa, 174-175. Disponível em: http://janusonline.pt/popups2013/2013_3_3_12.pdf Acedido a: 16/09/2016

UNDESA., 2010. *"Millennium Development goals Report 2010"* New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG%20Report%202010%20En%20r15%20-low%20res%2020100615%20-.pdf> Acedido a: 12/09/2016

UNDESA., 2015. *The Millennium Development Goals Report* New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: [http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf) Acedido a: 22/04/2016

United Nations, 1995. *The Copenhagen Declaration and Programme of Action, World Summit for Social Development*. New York: United Nations Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/116/51/IMG/N9511651.pdf?OpenElement> Acedido a: 13/9/2016

United Nations., 2015. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development* Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf> Acedido a: 22/04/2016

United Nations., 2016. *Global Sustainable Development Report 2016*, Department of Economic and Social Affairs, New York. Disponível em: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2328Global%20Sustainable%20development%20report%202016%20\(final\).pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2328Global%20Sustainable%20development%20report%202016%20(final).pdf) Acessado a: 7/06/2016

United Nations Millennium Project., 2005. *A practical plan to achieve the U.N. Millennium Development goals*. Disponível em: <http://www.unmillenniumproject.org/reports/fullreport.htm>

UNRISD, 2010. *Combating Poverty and Inequality, Social Policy and Politics*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development Disponível em : [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=92B1D5057F43149CC125779600434441&parentdoctype=documentauxiliarypage&netitpath=80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/92B1D5057F43149CC125779600434441/\\$file/PovRep%20\(small\).pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=92B1D5057F43149CC125779600434441&parentdoctype=documentauxiliarypage&netitpath=80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/92B1D5057F43149CC125779600434441/$file/PovRep%20(small).pdf) Acessado a: 22/06/2016

ANEXO 1

+



RELATÓRIO FINAL DA AÇÃO DE FORMAÇÃO

“Intervenção Sistémica com Famílias”

OUTUBRO 2015

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório Final da Ação de Formação
“Intervenção Sistémica com Famílias”

Autor

EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Lisboa

Índice

I. Introdução	3
II. Atividade formativa	4
III. Avaliação da formação	8
IV. Áreas de melhoria/ações corretivas.....	10
V. Anexos.....	11

I. Introdução

No quadro das atividades da EAPN Portugal a formação é uma ação fundamental para o cumprimento dos objetivos globais que se pretende atingir. As estratégias adotadas passam, nomeadamente, pela qualificação e reforço das competências dos técnicos e dirigentes das organizações de intervenção social, pela promoção da troca de experiências, da divulgação de boas práticas e no desenvolvimento de trabalho em rede e parceria.

A importância deste pilar na organização tem vindo a ser reconhecida publicamente pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho que, desde 2014, reconheceu a EAPN PT como entidade formadora certificada nas seguintes áreas de formação:

090 – Desenvolvimento Pessoal;

345 – Gestão e Administração;

347 – Enquadramento na Empresa/Organização

762 – Trabalho social e Orientação

Devido ao elevado volume de formação promovida pela EAPN Portugal, a organização do Plano Anual de Formação é da responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento e Formação que coordena todas as atividades formativas organizadas pelos Núcleos e pela Sede Nacional. No entanto, cada Núcleo produz o seu Plano de Formação Anual, onde estão sistematizados os processos de identificação das necessidades, organização, execução e avaliação das ações de formação.

II. Atividade formativa

1. Objetivos do curso de formação

Este curso de formação teve como objetivo principal aprofundar conhecimentos sobre a abordagem sistémica de modo a otimizar a intervenção familiar e comunitária

2. Público-alvo

Profissionais na área da intervenção social

3. Modalidade de formação e formas de organização do curso de formação

A modalidade de formação é determinada pelas características específicas do público-alvo e pela natureza dos objetivos de aprendizagem, sendo que a modalidade identificada é a **formação contínua/de atualização**. A forma de organização adequada a este curso de formação é a **formação presencial**, centrada em metodologias dinâmicas e de grupo, favorecendo a autonomia e o desenvolvimento pessoal através de trocas de experiências organizacionais e pessoais.

4. Caracterização da intervenção formativa e execução da ação de formação

Para este curso de formação contamos com a colaboração da formadora Catarina Rivero. Segundo a classificação da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, este curso insere-se na área de formação 762 – Trabalho Social e Orientação. A preparação deste curso de formação bem como o secretariado estiveram a cargo da técnica do Núcleo.

Este curso teve lugar no Núcleo Distrital de Lisboa da EAPN Portugal. A organização do dossiê pedagógico e os contatos com a formadora foram assegurados pela técnica, que esteve presente nas sessões prestando apoio ao nível do secretariado. Aos formandos foi entregue uma pasta com informação sobre a EAPN Portugal e o Núcleo de Lisboa e todo o material afeto à ação foi disponibilizado pelo secretariado e incluía, também, cópias de todo o material afeto à formação.

Para esta ação foram definidos os seguintes conteúdos programáticos:

1. Apresentação. Introdução à Abordagem Sistémica e Comunidade enquanto Sistemas
2. Genoma. Ecomapa. O Técnico- entre a Família, a Equipa e a Instituição
3. O Ciclo Vital da Família
4. Terapia Breve Orientada para as Soluções. Terapias Narrativas
5. Inquérito Apreciativo /IA). IA & Sistemas Familiares
6. Operacionalização dos temas abordados-reflexão sobre as suas mais-valias

De forma a avaliar o desempenho dos formandos foi solicitado ao formador que realizasse uma avaliação de aprendizagens. No final da ação de formação foram atribuídos certificados de frequência a todos os participantes que frequentaram pelo menos 80% da sua duração total.

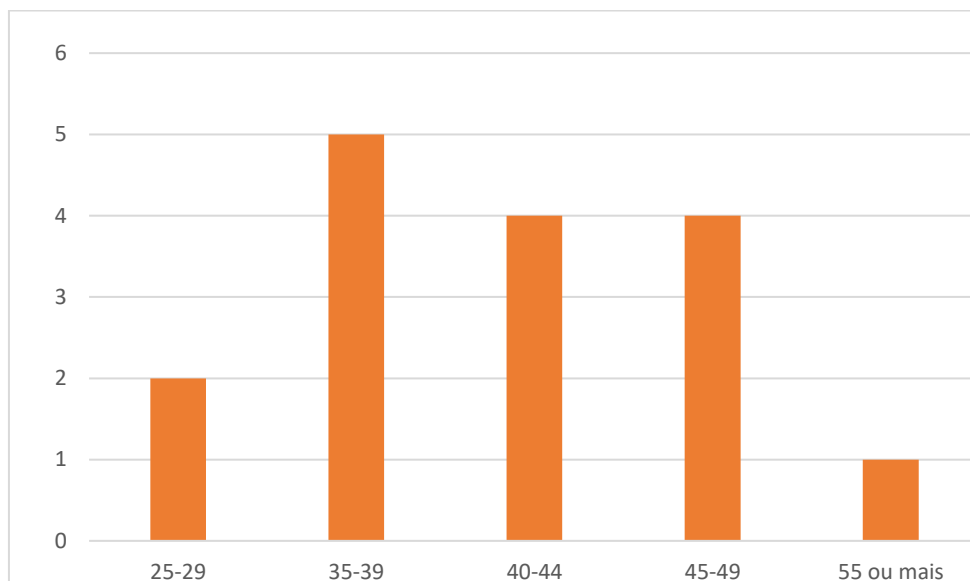
O curso de formação teve uma sessão formativa com a duração de 18 horas e foi frequentada por **19 formandos**. O volume de formação foi de 342 horas, sendo que a formação decorreu nos dias 18, 25 de setembro e 2 de outubro de 2015.

5. Perfil dos formandos

Estiveram representadas 8 entidades, a Associação Meninos de Ouro, Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, ARIA, BIPP, Fundação Pão-de-Açúcar Auchan, o Município de Oeiras, Centro Social Paroquial Nª Senhora Porto Salvo, Liga dos Combatentes e o Município de Aljezur.

A média de idades das participantes foi de **39 anos**.

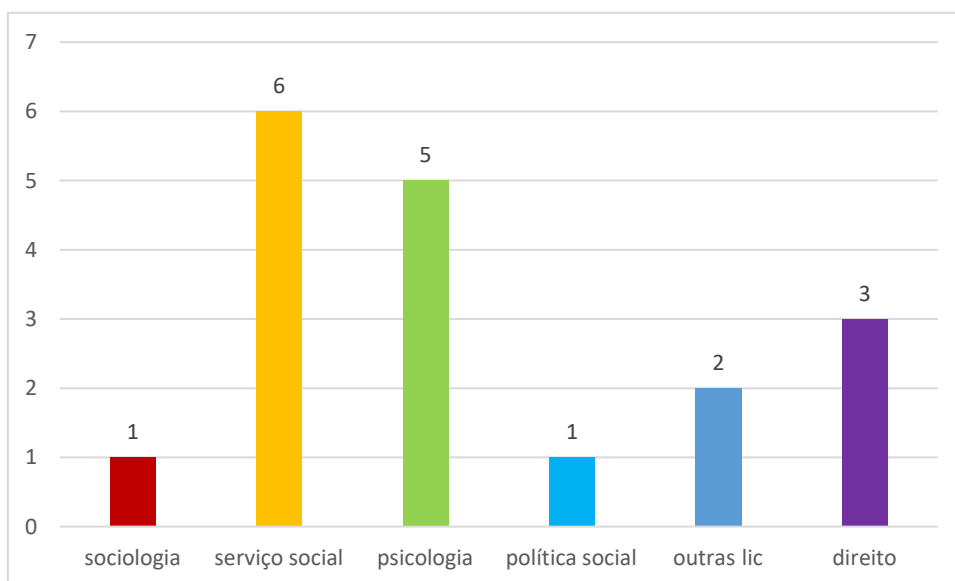
Gráfico 1: Distribuição etária dos participantes (nº de participantes/faixa etária)



Esta ação de formação contou com 19 participantes do sexo feminino.

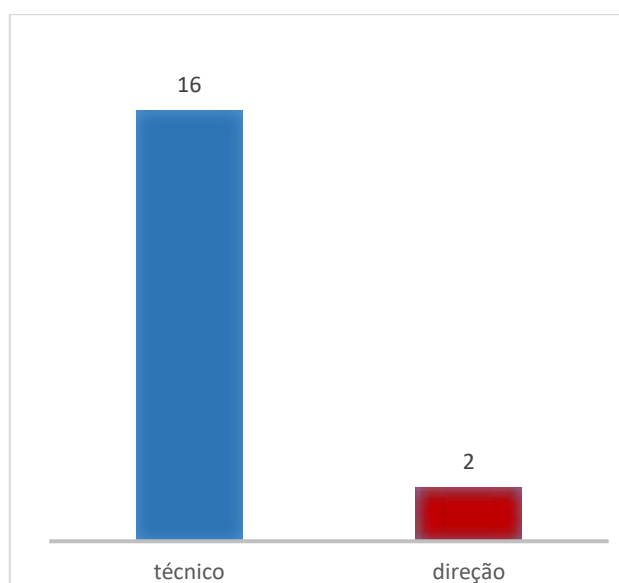
Relativamente às áreas de formação dos formandos, apesar de bastante diversificadas, predominam a Psicologia e o Serviço Social.

Gráfico 3: Áreas de formação dos formandos



No que concerne ao cargo/função desempenhada, 89% dos formandos ocupam cargos de técnico.

Gráfico 4: Distribuição dos participantes por cargo/função que ocupam na Entidade



III. Avaliação da formação

1. Objetivos e metodologias de avaliação e de acompanhamento

A metodologia utilizada para avaliação da ação de formação foi feita através do método de “avaliação de reação”, ou seja, foi pedido aos formandos e ao formador que respondessem a um questionário que pretendia avaliar as condições em que a ação de formação decorreu, desde os conteúdos programáticos, recursos disponíveis, ao desempenho da formadora e/ou dos formandos. O objetivo é aferir a necessidade de, eventualmente, introduzir correções em todo o processo formativo.

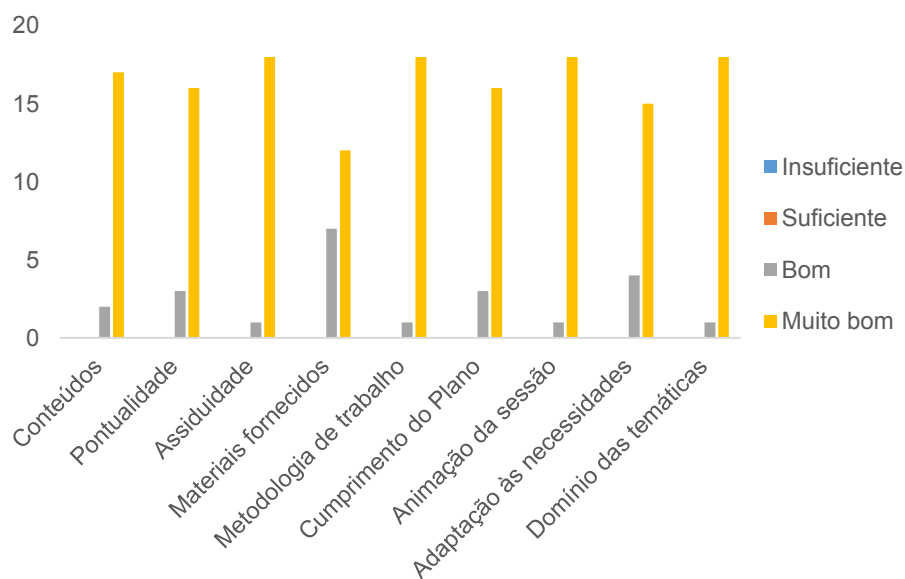
À coordenadora pedagógica (no caso, a técnica do núcleo), foi também solicitado o preenchimento de uma grelha de observação/avaliação da ação de formação. Esta grelha procura aferir vários aspetos, quer ao nível da prestação da formadora, quer dos formandos.

2. Resultados da avaliação

2.1. A avaliação realizada pelos formandos

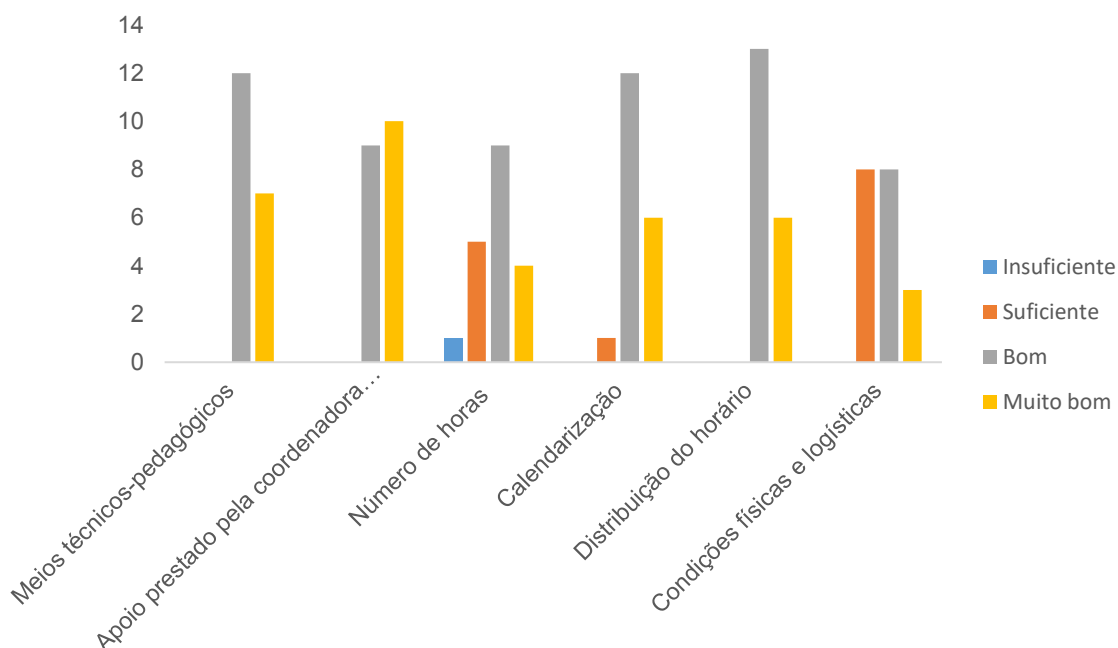
A ação de formação contou com um total de 19 formandos e 19 entregaram o questionário de avaliação. Da sua análise apurámos os seguintes resultados:

Gráfico 5: Elementos temáticos e pedagógicos avaliados pelos formandos



Pela análise do gráfico 5, podemos constatar que todos os elementos temáticos e pedagógicos foram avaliados entre o “muito bom”, o “bom”.

Gráfico 6: Elementos logísticos avaliados pelos formandos



Pela análise do gráfico 6 podemos constatar que a maioria dos itens está situada no “bom” e “muito bom”, no entanto 42% dos participantes avaliaram as condições físicas e logísticas em “suficiente”.

Em relação à pergunta se a ação de formação tinha correspondido às expetativas iniciais, a percentagem de respostas positivas foi de 100%.

2.2. A avaliação realizada pelo formador

Ao nível da organização, o formador classificou 7 itens, numa escala de 1 a 5, sendo que 1 corresponde ao menor grau e 5 ao maior. Cinco itens foram avaliados com a classificação de “muito bom” e 2 como “suficiente”, sendo que este último está relacionado com o “número de horas do módulo” e o “local de realização das sessões”.

Em relação às perguntas relacionadas com os formandos, o formador destacou pela positiva a adequação do perfil dos formandos ao tema do módulo, a curiosidade sobre o tema, a motivação e solicitação de mais informação, o espírito crítico e a participação.

2.3. A avaliação realizada pela coordenadora pedagógica

Da avaliação realizada pela coordenadora pedagógica podemos constatar que esta ação foi positiva, tendo 62% dos itens avaliados obtido a classificação de 5.

IV. Áreas de melhoria/ações corretivas

Analisando as avaliações dos formandos e da formadora, podemos concluir que a ação de formação como um todo foi muito positiva. Podemos, também, considerar que os objetivos iniciais foram alcançados, uma vez que os participantes consideraram ter adquirido conhecimentos e instrumentos de reflexão que pretendem aplicar na sua vida profissional.

Lisboa, 15 de Outubro de 2015

Maria José Domingos

Telma Rebelo

EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Lisboa

V. Anexos

1. Folheto de divulgação
2. Certificado de Formação

ANEXO 2





APRESENTAÇÃO E PALAVRAS – CHAVE

ECONOMIA SOCIAL AGENTE EMPREGADOR

VINCULOS CONTRATUAIS E APOSTAS FORMATIVAS

CONDIÇÕES E AMBIENTE DE TRABALHO

OUTRAS DIMENSÕES PLURAIS

O PAPEL DAS POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO NAS OES

RECURSO E CARACTERIZAÇÃO

PERFIL E DESEMPENHO DOS COLABORADORES

OBJETIVO DO RECURSO

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

ECONOMIA SOCIAL AGENTE PROMOTOR DE EMPREGABILIDADE

TIPO DE ATIVIDADES NA ÁREA DO EMPREGO/FORMAÇÃO

PÚBLICOS-ALVO

REDES DE PARCERIAS

RESULTADOS

OBSTÁCULOS

INOVAÇÃO

POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO INSTRUMENTO PROMOTOR DE EMPREGABILIDADE

ABRANGÊNCIA

ACESSO

MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO POSTERIOR

VANTAGENS E DESVANTAGENS



APRESENTAÇÃO E PALAVRAS – CHAVE

No quadro da sua Missão, Visão e Valores, a EAPN Portugal tem vindo a assumir um papel cada vez mais ativo na área da investigação e do conhecimento, não só das problemáticas associadas aos fenómenos de pobreza e exclusão social, mas também sobre as características e a especificidade das organizações do setor da Economia Social.

A relevância do setor social é hoje amplamente reconhecida quer por investigadores internacionais, que se têm dedicado ao estudo desta temática, quer pelas autoridades públicas, legislativas e institucionais, ainda mais, num contexto de profundas mudanças económicas e sociais.

Este sector, que pela sua natureza tende a procurar resposta para as necessidades reais da sociedade civil, tem, no contexto referido, vindo a ganhar relevância em domínios como a produção de bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica como por exemplo, os serviços sociais, saúde, ambiente, cultura, educação, desporto e a inserção social e profissional de públicos vulneráveis, enquadrados num caminho de combate ao desemprego, de criação de emprego, de luta contra a exclusão social e de desenvolvimento local.

Por outro lado, as designadas políticas ativas de emprego têm vindo a ganhar um papel crescente no quadro das políticas da promoção do crescimento e do emprego, assumindo cada vez maior importância no quadro dos instrumentos da política que procuram atenuar as disfunções no mercado de trabalho e promover um encontro mais eficiente entre a oferta e procura no mercado laboral.

De resto, sabemos o quão importante tem sido a sua intervenção no domínio dos apoios à integração económica e social de grupos de risco e desfavorecidos, quer por via da aquisição de competências pessoais, relacionais e socioprofissionais, visando melhorar a sua empregabilidade ou a criação do próprio emprego.

É neste contexto que se insere a elaboração deste estudo pela EAPN Portugal, na sequência de um desafio lançado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, parceiro institucional com o qual a EAPN mantém um acordo de cooperação há mais de dez anos.

ANEXO 3

Indicadores do Distrito de Lisboa- 2015

EAPN Portugal

1. Índice	
1. Índice	59
Mapa do distrito de Lisboa:	64
Indicadores do distrito de Lisboa:	65
1. Demografia	65
1.1 População Residente	65
Tabela 1: População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários	65
1.2 Proporção da População em Idade Ativa	66
Gráfico 1: Proporção da população em idade ativa	66
Tabela 2: Proporção da população em idade ativa	67
1.3 Índice de dependência de idosos	68
Gráfico 2: Índice de dependência de idosos	68
Tabela 3: Índice de dependência de idosos	69
1.4 Índice de envelhecimento	70
Gráfico 3: Índice de envelhecimento	70
Tabela 4: Índice de envelhecimento	71
1.5 Índice de dependência de jovens	72
Gráfico 4: Índice de dependência de jovens	72
Tabela 5: Índice de dependência de jovens	73
1.6 Índice de longevidade	74
Gráfico 5: Índice de longevidade	74
Tabela 6: Índice de longevidade	75
1.7 Índice de renovação da população ativa	76
Gráfico 6: Índice de renovação	76
Tabela 7: Índice de renovação	77
1.8 Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais	78
Tabela 8: Famílias Unipessoais com 65 ou mais anos (nº) 2011	78
2. Rendimentos	79
2.1 Ganho médio mensal	79
Tabela 9: Ganho médio mensal, total e por género (€) 2012	79

2.2 Poder de compra concelhio	80
Gráfico 7: Poder de compra concelhio	80
Tabela 10: Poder de compra concelhio	80
2.3 Indicador de poder de compra per capita	81
Gráfico 8: Poder de compra per capita	81
Tabela 11: Poder de compra per capita	82
3. Prestações Sociais	83
3.1 Subsídios de desemprego (beneficiários)	83
Tabela 12- Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social total	83
3.2 Subsídios de desemprego (valor processado por beneficiário)	84
Tabela 13: Valores médios mensais do subsídio processado por beneficiário (€)	84
3.3 Rendimento Social de Inserção (beneficiários/famílias)	85
Tabela 14: Beneficiários com Processamento de RSI	85
3.4 Rendimento Social de Inserção (valor médio por família/beneficiário)	86
Tabela 15: Valor médio processado de prestações de RSI por beneficiário em Dezembro de cada ano	86
Tabela 16: Valor médio processado de prestações de RSI por família em Dezembro de cada ano	86
3.5 Abono de Família (Titulares)	87
Tabela 17: Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados	87
3.6 Abono de Família (Valor processado)	88
Tabela 18: Nº de Requerentes com Processamento de Abono de Família	88
Tabela 19: Nº de Titulares com Processamento de Abono de Família	88
3.7 Complemento Solidário de Idosos (beneficiários/género)	89
Gráfico 9: Complemento Solidário de Idosos (beneficiários/género)	89
Tabela 20: Complemento Solidário de Idosos (beneficiários/género)	89
3.8 Pensões da Segurança Social e CGA no total da população residente com 15 anos e mais anos	90
Tabela 21: Pensões da Segurança Social e CGA na total da população residente com 15 e mais anos	90
3.9 Pensões da Segurança Social e CGA	91
Tabela 22: Pensões da Segurança Social e CGA	91

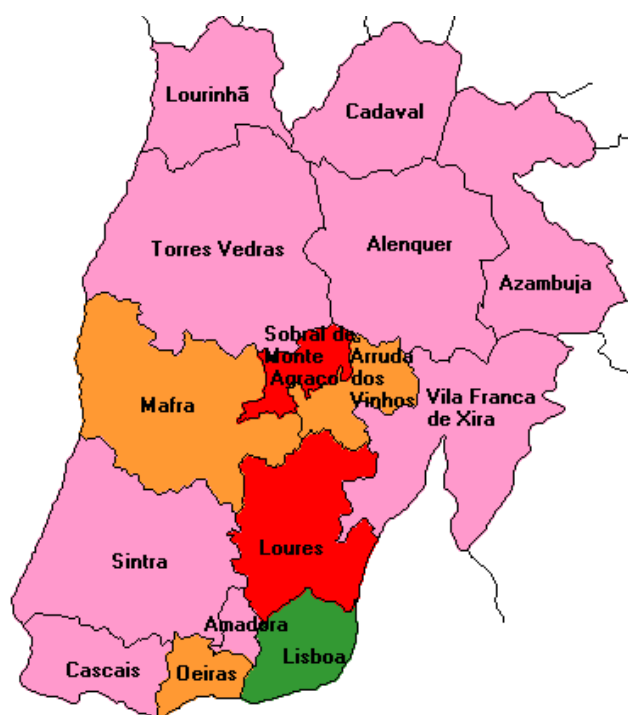
3.10	Total de Pensionistas (por tipologia de pensões)	92
	Tabela 23: Total de pensionistas por tipologia de pensões	92
3.11	Valor médio anual de pensões (por tipologia)	93
	Tabela 24: Valor médio anual de pensões	93
4.	Mercado de Trabalho	94
4.1	Taxa de atividade	94
	Gráfico 10: Taxa de atividade	94
	Tabela 25: Taxa de atividade	95
4.2	Taxa de emprego	96
	Tabela 26: Taxa de emprego	96
4.3	Taxa de desemprego	97
	Tabela 27: Taxa de desemprego	97
4.4	Taxa de desemprego por grupo etário	98
	Tabela 28: Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por grupo etário	98
4.5	Desemprego de longa duração	99
	Tabela 29: Desemprego Registrado por Concelhos	99
4.6	Taxa de inatividade	100
	Gráfico 11: Taxa de inatividade	100
	Tabela 30: Taxa de inatividade	101
4.7	Estabelecimentos	102
	Tabela 31: Estabelecimentos	102
4.8	Pessoal ao serviço dos estabelecimentos	103
	Tabela 32: Pessoal ao serviço dos estabelecimentos	103
4.9	Desempregados inscritos nos Centros de Emprego	104
	Tabela 33: Desempregados inscritos nos Centros de Emprego	104
4.10	Despedimentos Coletivos	105
	Tabela 34: Despedimentos Coletivos	105
5.	Educação	106
5.1	Taxa bruta de escolarização no ensino básico	106
	Gráfico 12: Taxa bruta de escolarização no ensino básico	106
	Tabela 35: Taxa bruta de escolarização no ensino básico	107

5.2 Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	108
Gráfico 13: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	108
Tabela 36: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	109
5.3 Taxa de retenção e desistência no ensino básico	110
Tabela 37: Taxa de retenção e desistência no ensino básico	110
5.4 Taxa de retenção e desistência no ensino secundário	111
Tabela 38: Taxa de retenção e desistência no ensino secundário	111
5.5 Taxa de analfabetismo	112
Gráfico 14: Taxa de analfabetismo	112
Tabela 39: Taxa de analfabetismo	112
5.6 Taxa de abandono escolar	113
Gráfico 15: Taxa de abandono escolar	113
Tabela 40: Taxa de abandono escolar	114
5.7 Nº de alunos matriculados por nível de ensino	115
Tabela 41: Nº de alunos matriculados por nível de ensino	115
5.8 Alunos matriculados em modalidades de formação/educação orientada para adultos	116
Tabela 42: Alunos matriculados em modalidades de formação/educação orientada para adultos	116
6. Habitação	117
6.1 Consumo de energia elétrica (consumidor doméstico)	117
Tabela 43: Consumo energia elétrica consumidor doméstico	117
6.2 Despesa anual média por agregado	118
Tabela 44: Despesas de consumo médias anuais dos agregados domésticos privados por Local de residência	118
6.3 Escalão do valor da renda dos alojados clássicos	119
Tabela 45: Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos	119
6.4 Alojamento segundo o tipo e forma de ocupação	120
Tabela 46: Alojamento segundo o tipo e forma de ocupação	120
6.5 Alojamentos familiares clássicos sobrelotados	121
Tabela 47: Alojamentos familiares clássicos sobrelotados	121
7. Justiça e Segurança	122
7.1 Violência Doméstica contra cônjuge e análogos	122

Tabela 48: Violência Doméstica contra cônjuge e análogos	122
7.2 Violência Doméstica (participações à GNR e PSP)	123
Tabela 49: Violência Doméstica- participações à GNR e PSP	123
7.3 Taxa de Criminalidade/criminalidade violenta e grave	124
Tabela 50: Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime	124
8. Saúde	125
8.1 Taxa de Mortalidade	125
Gráfico 16: Taxa de Mortalidade	125
Tabela 51: Taxa de Mortalidade	126
8.2 Saúde Mental	127
Tabela 52: População residente (n.º e %) que tem ou já teve depressão, por sexo e grupo etário, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006	127
Tabela 53: Óbitos por suicídio (n.º), por local de residência (Região de Lisboa e Vale do Tejo, Oeste, Grande Lisboa) 2009 a 2011, e Taxas de variação (%) 2009 a 2011 e bienal	127
8.3 Tuberculose, doenças respiratórias crónicas e infeções respiratória	128
Tabela 54: Casos notificados de doenças de declaração obrigatória (N.º) por Local de residência (Distrito/ Região) e Doenças de declaração obrigatória; Anual- 2008	128

Índice:

Mapa do distrito de Lisboa:



Indicadores do distrito de Lisboa:

1. Demografia

1.1 População Residente

Segundo os dados dos Censos registou-se um aumento geral da população residente no distrito de Lisboa entre o ano de 2001 a 2011. Os concelhos com maior concentração populacional são Lisboa (26,8%) e Sintra (18,5%). Os concelhos que apresentam menor concentração de população residente são Sobral de Monte Agraço (0,5%) e Arruda dos Vinhos (0,7%). Apesar de no geral haver um aumento populacional em todos os concelhos, Lisboa e Amadora apresentam um total de população residente no ano de 2011 inferior ao ano de 2001, isto deve-se possivelmente à elevada população envelhecida que o concelho tem. O concelho de Mafra e Cascais apresentam um aumento populacional com elevada acentuação entre o ano de 2001 e 2011, este aumento de 22.327 pessoas em Mafra e 35.796 em Cascais é o maior aumento populacional de todos os concelhos. Mafra é também o concelho com a população mais jovem, com 19% da população entre os 0-14 anos, seguido de Sintra com 18% da população na mesma faixa etária. Por sua vez o concelho mais envelhecido é Cadaval, com 26% da população com mais de 65 anos de idade, seguido de Lisboa com 24% da população com mais de 65 anos.

Tabela 1: População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários

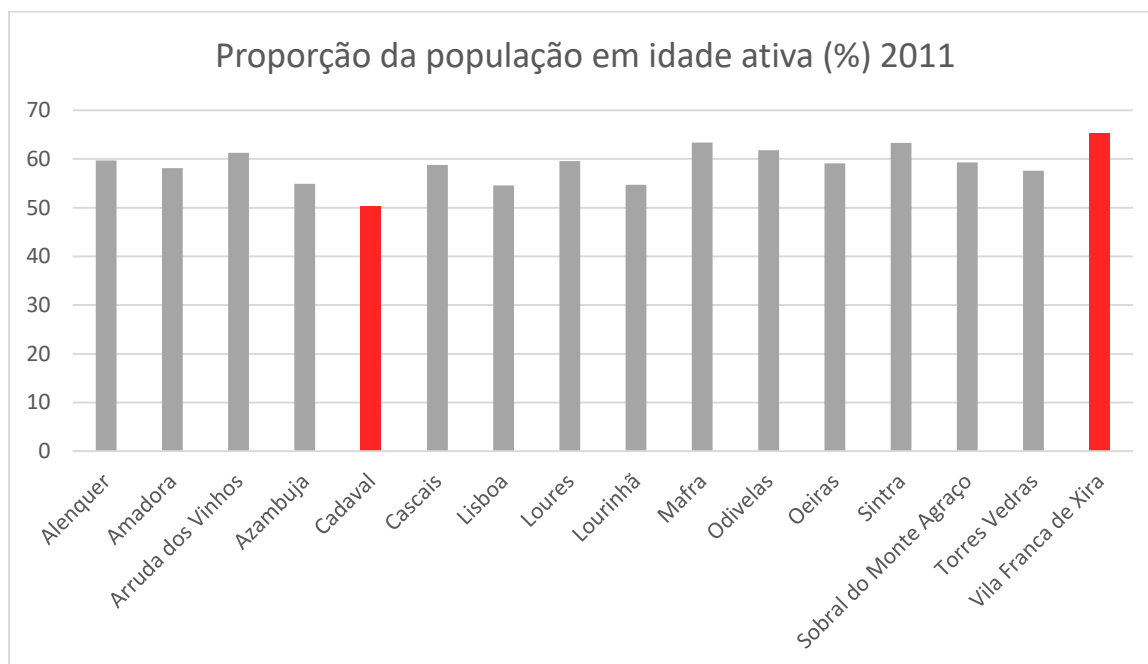
Âmbito Geográfico	População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários (nº)							
	Total		0-14		15-64		65+	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Distrito de Lisboa	1 936 954	2 045 479	284 030	314 661	1 335 713	1 352 103	317 211	378 715
Alenquer	39 180	43 267	6 190	7 137	26 227	28 553	6 763	7 577
Amadora	175 872	175 136	26 230	25 903	125 031	116 491	24 611	32 742
Arruda dos Vinhos	10 350	13 391	1 523	2 462	7 001	8 620	1 826	2 309
Azambuja	20 837	21 814	2 929	3 206	14 052	14 213	3 856	4 395
Cadaval	13 943	14 228	1 874	2 022	8 798	8 564	3 271	3 642
Cascais	170 683	206 479	25 801	32 655	119 125	137 110	25 757	36 714
Lisboa	564 657	547 733	65 548	70 494	365 805	346 279	133 304	130 960
Lourinhã	23 265	25 735	3 753	3 968	15 418	16 716	4 094	5 051
Mafra	54 358	76 685	8 746	14 365	37 144	50 976	8 468	11 344
Odivelas	133 847	144 549	19 771	21 912	98 042	99 136	16 034	23 501
Oeiras	162 128	172 120	22 685	26 559	115 290	112 592	24 153	32 969
Sintra	363 749	377 835	65 987	66 633	260 451	259 545	37 311	51 657
Sobral de Monte Agraço	8 927	10 156	1 384	1 690	5 930	6 643	1 613	1 823
Torres Vedras	72 250	79 465	11 311	12 141	48 375	51 786	12 564	15 538
Vila Franca de Xira	122 908	136 886	20 298	23 514	89 024	94 879	13 586	18 493

Fonte: PORDATA

1.2 Proporção da População em Idade Ativa

A população em idade ativa corresponde aos indivíduos que se encontram aptos para exercer mão-de-obra para a produção de bens e serviços dentro do sector económico. No gráfico podemos encontrar as percentagens da população em idade ativa do distrito de Lisboa em 2011, o concelho com maior proporção de população em idade ativa é Vila Franca de Xira, com 65,2% da população em idade ativa. O concelho de Cadaval encontra-se com a menor percentagem de população ativa, com 50,2% da população.

Gráfico 1: Proporção da população em idade ativa



Fonte: Anuários Estatísticos, INE

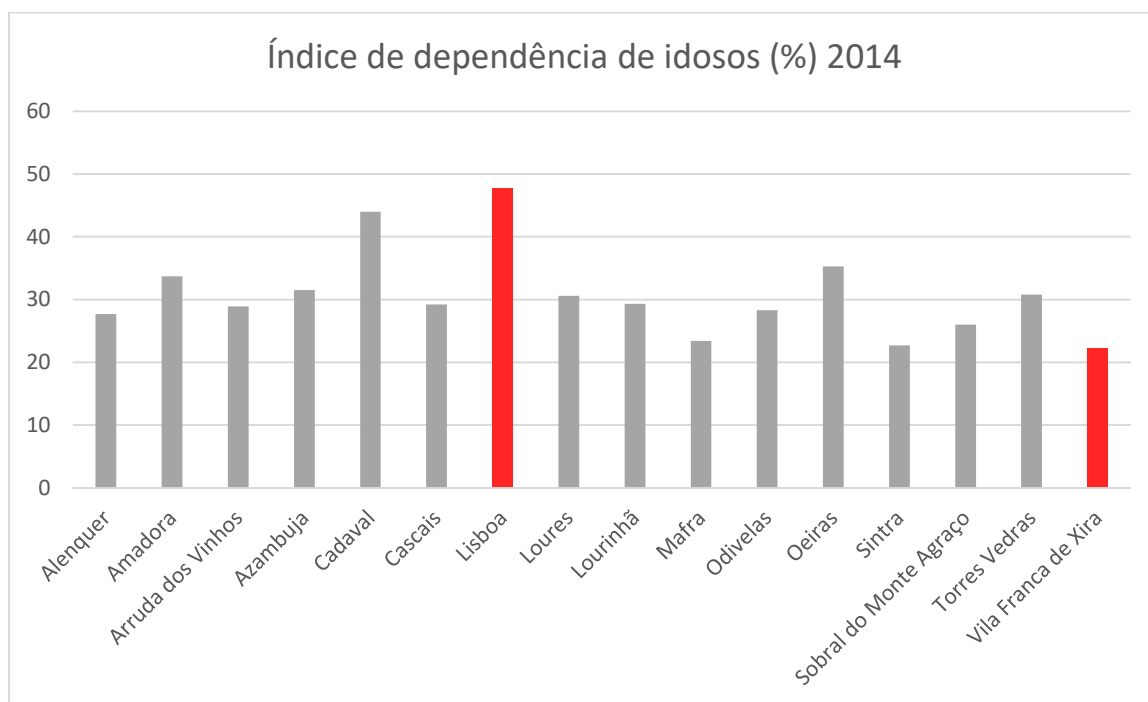
Tabela 2: Proporção da população em idade ativa

Proporção da população em idade ativa (%) 2011	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	59,7
Amadora	58,1
Arruda dos Vinhos	61,3
Azambuja	54,9
Cadaval	50,2
Cascais	58,8
Lisboa	54,6
Loures	59,6
Lourinhã	54,7
Mafra	63,4
Odivelas	61,8
Oeiras	59,1
Sintra	63,3
Sobral do Monte Agraço	59,3
Torres Vedras	57,6
Vila Franca de Xira	65,2

1.3 Índice de dependência de idosos

O índice de dependência de idosos é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa. O gráfico 2 indica o índice de dependência de idosos no distrito de Lisboa em 2014. O concelho com maior índice de dependência de idoso é Lisboa com 47,7% da população, Vila Franca de Xira é o concelho com o índice mais baixo de 22,2%.

Gráfico 2: Índice de dependência de idosos



Fonte: INE, PORDATA

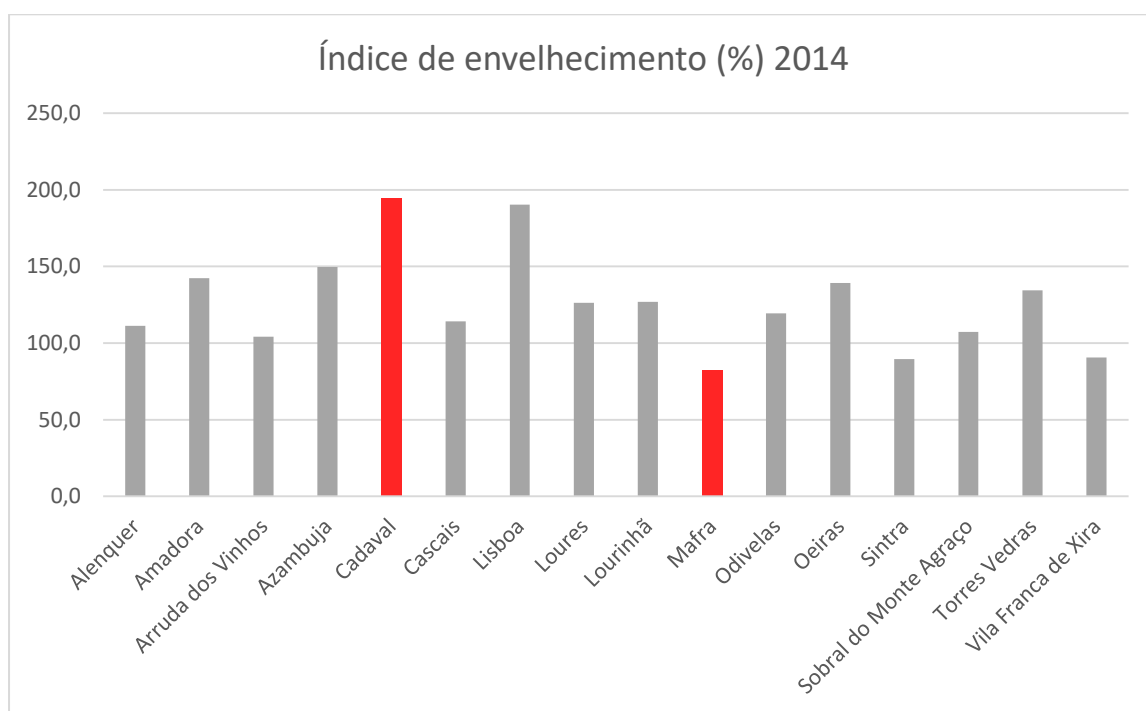
Tabela 3: Índice de dependência de idosos

Índice de dependência de idosos (%) 2014	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	27,7
Amadora	33,7
Arruda dos Vinhos	28,9
Azambuja	31,5
Cadaval	44
Cascais	29,2
Lisboa	47,7
Loures	30,6
Lourinhã	29,3
Mafra	23,4
Odivelas	28,3
Oeiras	35,3
Sintra	22,7
Sobral do Monte Agraço	26
Torres Vedras	30,8
Vila Franca de Xira	22,2

1.4 Índice de envelhecimento

O índice de envelhecimento é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens. O gráfico 3 demonstra o índice de envelhecimento do Distrito de Lisboa em 2014. O concelho com o índice de envelhecimento mais elevado é Cadaval com 194,6%. Na sua maioria os concelhos do distrito de Lisboa apresentam um índice de envelhecimento elevado do qual se pode entender que a população é envelhecida, isto é, há mais idosos do que jovens. No entanto, os valores do índice de envelhecimento alteram-se nos concelhos de Sintra e Mafra, que demonstram um índice de envelhecimento baixo, Sintra com 89,6% e Mafra com 82,2%, o índice mais baixo do distrito, o que significa que há mais jovens nestes concelhos do que idosos.

Gráfico 3: Índice de envelhecimento



Fonte: INE, PORDATA

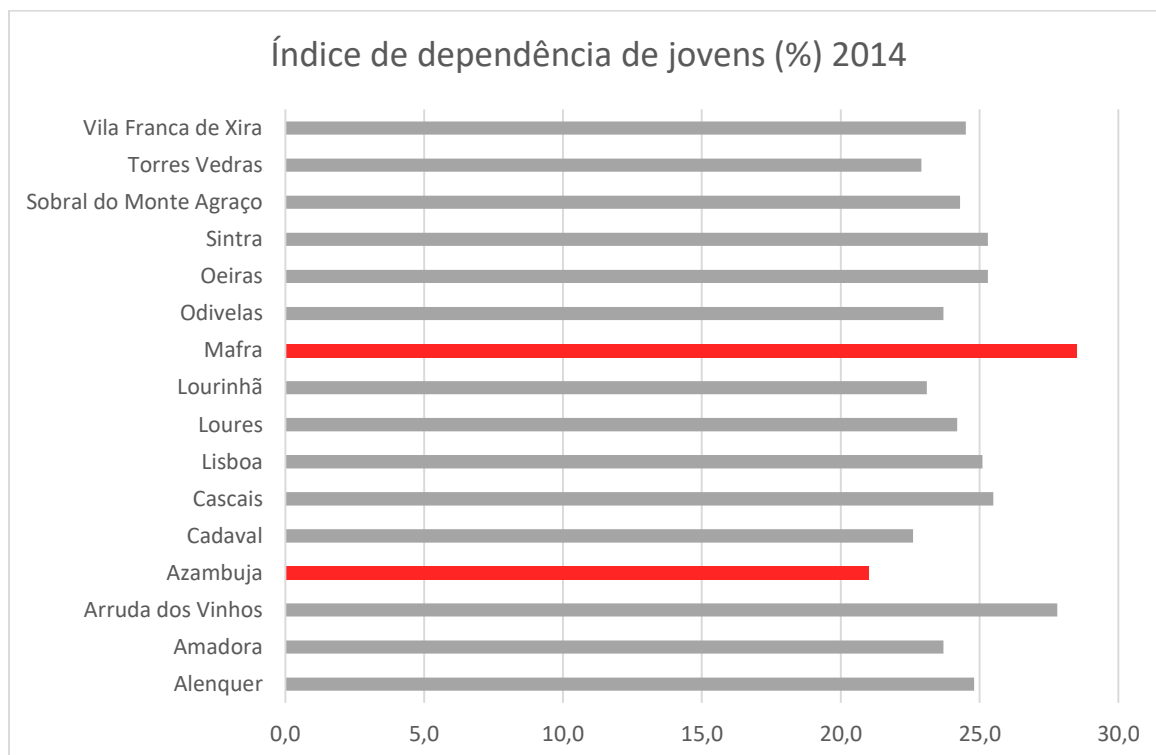
Tabela 4: Índice de envelhecimento

Índice de envelhecimento (%) 2014	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	111,3
Amadora	142,3
Arruda dos Vinhos	104,2
Azambuja	149,6
Cadaval	194,6
Cascais	114,2
Lisboa	190,3
Loures	126,3
Lourinhã	127
Mafra	82,2
Odivelas	119,4
Oeiras	139,3
Sintra	89,6
Sobral do Monte Agraço	107,3
Torres Vedras	134,4
Vila Franca de Xira	90,6

1.5 Índice de dependência de jovens

O índice de dependência de jovens é o número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos jovens do que pessoas em idade ativa. Este gráfico demonstra o índice de dependência de jovens no distrito de Lisboa em 2014. O concelho com o maior índice de dependência de jovens é Mafra, com 28,5%, e o concelho da Azambuja apresenta o índice de dependência de jovens mais baixo, com 21%.

Gráfico 4: Índice de dependência de jovens



Fonte: INE, PORDATA

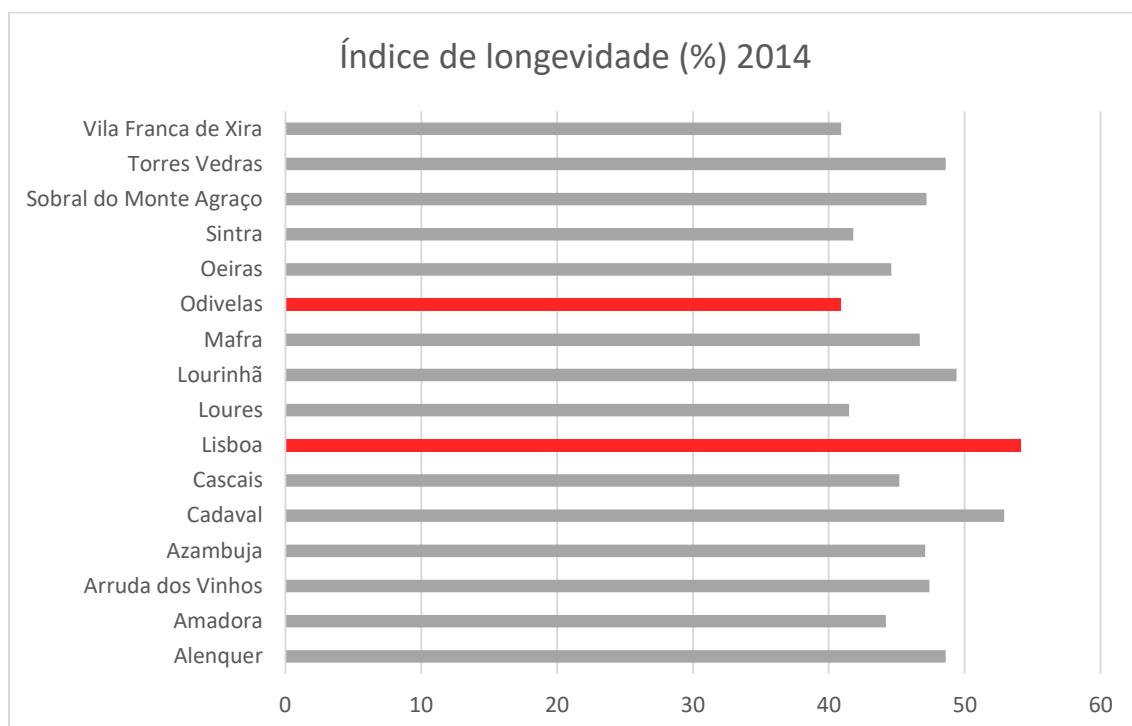
Tabela 5: Índice de dependência de jovens

Índice dependência jovens (%) 2014	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	24,8
Amadora	23,7
Arruda dos Vinhos	27,8
Azambuja	21
Cadaval	22,6
Cascais	25,5
Lisboa	25,1
Loures	24,2
Lourinhã	23,1
Mafra	28,5
Odivelas	23,7
Oeiras	25,3
Sintra	25,3
Sobral do Monte Agraço	24,3
Torres Vedras	22,9
Vila Franca de Xira	24,5

1.6 Índice de longevidade

O índice de longevidade corresponde ao número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos. Quanto mais alto é o índice, mais envelhecida é a população idosa. Este gráfico demonstra o índice de longevidade do distrito de Lisboa em 2014. O concelho de Lisboa tem o índice de longevidade mais elevado com 54,1%, o que significa que tem a população mais envelhecida, por sua vez Odivelas tem o valor mais baixo com 40,9%.

Gráfico 5: Índice de longevidade



Fonte: INE, PORDATA

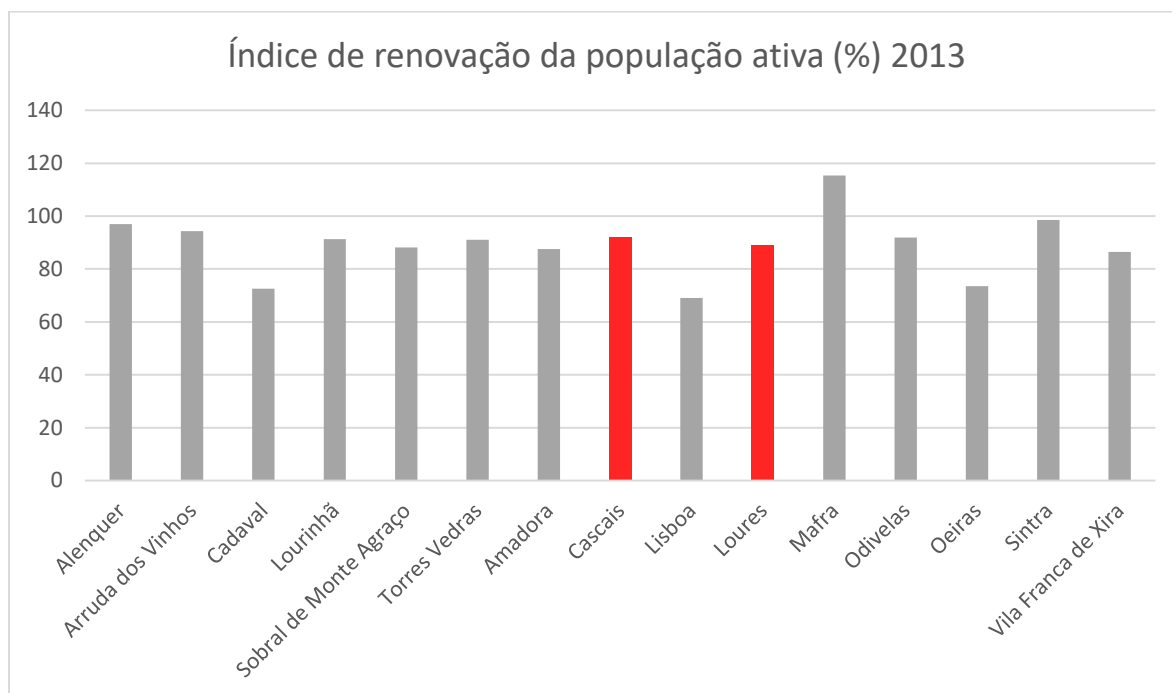
Tabela 6: Índice de longevidade

Índice de longevidade (%) 2014	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	48,6
Amadora	44,2
Arruda dos Vinhos	47,4
Azambuja	47,1
Cadaval	52,9
Cascais	45,2
Lisboa	54,1
Loures	41,5
Lourinhã	49,4
Mafra	46,7
Odivelas	40,9
Oeiras	44,6
Sintra	41,8
Sobral do Monte Agraço	47,2
Torres Vedras	48,6
Vila Franca de Xira	40,9

1.7 Índice de renovação da população ativa

O índice de renovação da população ativa corresponde à relação entre a população que está potencialmente a entrar (idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos) e a que está a sair do mercado de trabalho (55 e os 64 anos). Este gráfico demonstra o índice de renovação no distrito de Lisboa em 2013. O concelho de Mafra tem o índice mais elevado com 115,4%. O concelho de Lisboa tem o menor índice de renovação com 69%.

Gráfico 6: Índice de renovação



Fonte: INE

Tabela 7: Índice de renovação

Índice de renovação (%) 2013	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	97
Arruda dos Vinhos	94,3
Cadaval	72,5
Lourinhã	91,3
Sobral de Monte Agraço	88,2
Torres Vedras	91,1
Amadora	87,6
Cascais	91,9
Lisboa	69
Loures	89
Mafra	115,4
Odivelas	91,9
Oeiras	73,5
Sintra	98,6
Vila Franca de Xira	86,4
Azambuja	83,6

1.8 Famílias Unipessoais com 65 anos ou mais

As famílias unipessoais correspondem ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. A tabela 8 mostra o nº de famílias unipessoais com 65 anos ou mais no distrito de Lisboa em 2011. Somando todos os concelhos o distrito de Lisboa tem cerca de 96.738 famílias unipessoais com 65 ou mais anos. O concelho com o maior número é Lisboa com 36.521 (37,8%) de famílias unipessoais com 65 anos ou mais. O concelho com menor número é Sobral de Monte Agraço com 373 (0,4%). O resultado destes números tem uma ligação com a densidade populacional, pois Lisboa tem o maior número de habitantes do distrito, enquanto Sobral de Monte Agraço tem a menor densidade populacional.

Tabela 8: Famílias Unipessoais com 65 ou mais anos (nº) 2011

Famílias Unipessoais com 65 ou mais anos (nº) 2011	
Distrito de Lisboa	96 738
Alenquer	1 626
Amadora	7 948
Arruda dos Vinhos	471
Azambuja	922
Cadaval	731
Cascais	8 021
Lisboa	36 521
Loures	6 990
Lourinhã	1 113
Mafra	2 261
Odivelas	4 663
Oeiras	7 602
Sintra	10 612
Sobral do Monte Agraço	373
Torres Vedras	3 040
Vila Franca de Xira	3 844

2. Rendimentos

2.1 Ganho médio mensal

A tabela 9 revela o ganho médio mensal total e por género no distrito de Lisboa em 2012. O concelho com maior ganho médio mensal para ambos os sexos é Oeiras. Os homens (H) têm em média um ganho mensal de 1.941€ enquanto nas mulheres (M) o valor cai para 1.416€, com um total no concelho de 1.705€. Por sua vez o concelho com o valor mais baixo de ganho médio mensal é a Lourinhã com um total de ganho médio mensal de 831€, o valor do ganho médio mensal dos Homens é cerca de 924€ e das Mulheres 729€, o mais baixo do distrito de Lisboa. O concelho em que os Homens têm um ganho médio mensal mais baixo é em Sobral de Monte Agraço com 888€. Verifica-se na generalidade em todos os concelhos uma desigualdade salarial entre géneros, em que as mulheres têm ganhos inferiores aos homens. O concelho de Oeiras apresenta a maior diferença salarial entre Homens e mulheres, o valor dessa diferença são cerca de 525€, seguido de Lisboa com uma diferença de 424€. Por sua vez o concelho que apresenta menor desigualdade salarial é Mafra, com uma diferença de 94€.

Tabela 9: Ganho médio mensal, total e por género (€) 2012

Ganho médio mensal, total e por género (€) 2012			
	H	M	Total
Distrito de Lisboa	19 316	15 399	17 555
Alenquer	1 115	874	1 025
Amadora	1 466	1 089	1 279
Arruda dos Vinhos	1 022	882	963
Azambuja	1 282	931	1 119
Cadaval	926	751	836
Cascais	1 238	1 081	1 161
Lisboa	1 802	1 377	1 591
Loures	1 230	994	1 138
Lourinhã	924	729	831
Mafra	923	828	890
Odivelas	993	846	926
Oeiras	1 941	1 416	1 705
Sintra	1 290	1 035	1 182
Sobral do Monte Agraço	888	770	838
Torres Vedras	1 002	832	923
Vila Franca de Xira	1 274	966	1 149

Fonte: INE

2.2 Poder de compra concelhio

O gráfico representa o poder de compra concelhio (IPC) do distrito de Lisboa em 2011.

O concelho com o IPC mais elevado é Lisboa com 216,9% e o concelho com o IPC mais baixo é Cadaval com 71,1%.

Gráfico 7: Poder de compra concelhio

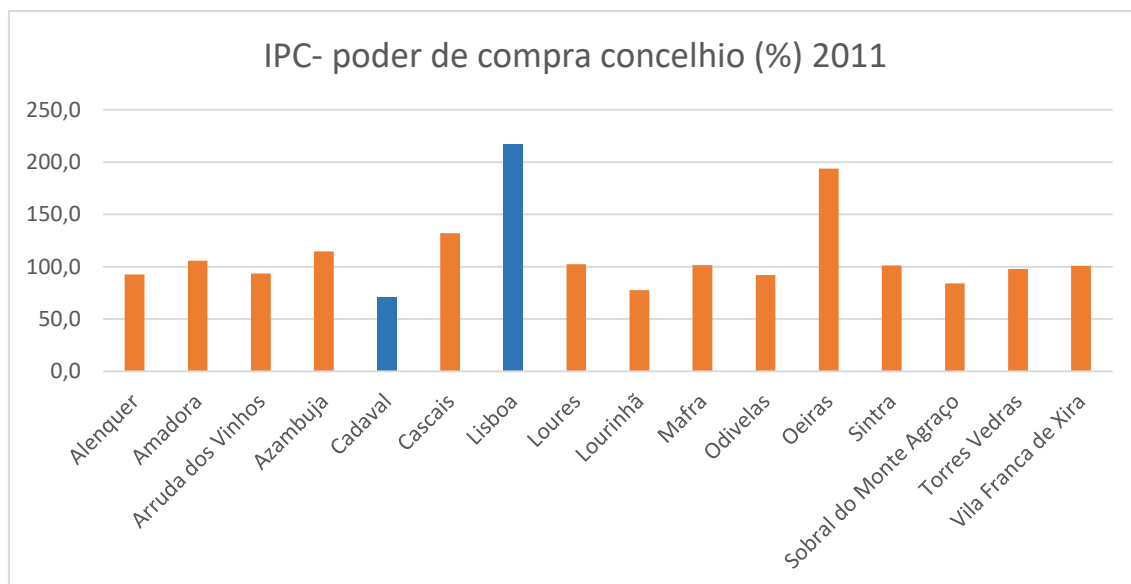


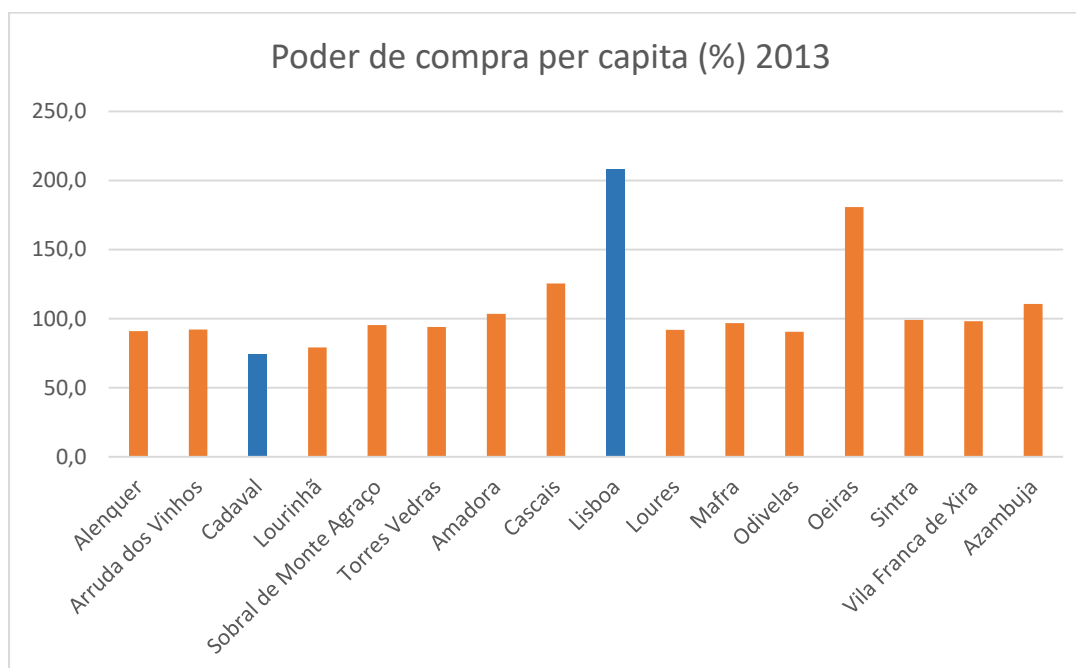
Tabela 10: Poder de compra concelhio

IPC- poder de compra concelhio (%) 2011	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	92,6
Amadora	105,7
Arruda dos Vinhos	93,4
Azambuja	114,8
Cadaval	71,1
Cascais	132,0
Lisboa	216,9
Loures	102,4
Lourinhã	77,8
Mafra	101,6
Odivelas	91,9
Oeiras	193,7
Sintra	101,3
Sobral do Monte Agraço	84,1
Torres Vedras	97,8
Vila Franca de Xira	100,9

2.3 Indicador de poder de compra per capita

O gráfico representa o indicador de compra per capita do distrito de Lisboa em 2013. O concelho com o poder de compra per capita mais elevado é Lisboa com 207,9%, e o concelho com o IPC mais baixo é Cadaval com 74,2%.

Gráfico 8: Poder de compra per capita



Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

Tabela 11: Poder de compra per capita

Poder de compra per capita (%) 2013	
Distrito Lisboa	
Alenquer	91,0
Arruda dos Vinhos	92,3
Cadaval	74,2
Lourinhã	79,3
Sobral de Monte Agraço	95,5
Torres Vedras	94,1
Amadora	103,6
Cascais	125,6
Lisboa	± 207,9
Loures	± 92,0
Mafra	96,9
Odivelas	90,6
Oeiras	180,7
Sintra	99,1
Vila Franca de Xira	98,2
Azambuja	110,8

3. Prestações Sociais

3.1 Subsídios de desemprego (beneficiários)

Na tabela 12 está descrito o número total de beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social do distrito de Lisboa entre o ano de 2009 e 2014. O concelho com maior número de beneficiários é Lisboa, que desde 2009 (9.848) até 2014 (10.863) apresenta sempre o nº mais elevado de beneficiários de todos os concelhos. Entre 2009 e 2010 o número de beneficiários foi reduzido de 9.848 para 9.416. Entre 2011 até 2012 teve um aumento significativo de 10.602 para 13.523, devido sobretudo á crise económica em Portugal que provocou o aumento do desemprego, no entanto este valor sofreu uma pequena redução em 2013 para cerca de 13.249, e em 2014 verifica-se uma maior queda para 10.863. O concelho que apresenta o menor número de beneficiários é Sobral de Monte Agraço, que mantém desde 2009 (154) até 2014 (200) o menor número de beneficiários de todos os concelhos. Num total o distrito de Lisboa tem atualmente 51.143 beneficiários do subsídio de desemprego, entre 2011 e 2012 houve um aumento significativo, que coincide com o início da crise em Portugal, no entanto desde 2013 os números tem vindo a descer.

Tabela 12- Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social total

	Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social total (nº)					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Distrito Lisboa	47 531	46 001	51 794	66 657	64 587	51 413
Alenquer	1 157	1 102	1 270	1 669	1 534	1 097
Arruda dos Vinhos	230	239	295	411	383	293
Cadaval	228	212	268	406	330	247
Lourinhã	394	388	468	757	697	498
Sobral de Monte Agraço	154	141	188	290	259	200
Torres Vedras	1 251	1 299	1 460	2 322	2 246	1 607
Amadora	4 233	4 064	4 375	5 494	5 213	4 203
Cascais	4 049	4 120	4 357	5 624	5 716	4 795
Lisboa	9 848	9 416	10 602	13 523	↓ 13 249	↓ 10 863
Loures	4 517	4 464	5 135	6 388	↓ 6 039	↓ 4 881
Mafra	1 320	1 277	1 571	2 277	2 220	1 662
Odivelas	3 134	3 087	3 554	4 456	4 381	3 462
Oeiras	3 205	3 103	3 554	4 491	4 456	3 536
Sintra	9 630	9 212	10 058	12 682	12 469	9 971
Vila Franca de Xira	3 613	3 398	4 058	5 190	4 692	3 601
Azambuja	568	479	581	677	703	497

Fonte: Segurança Social/ PORDATA

3.2 Subsídios de desemprego (valor processado por beneficiário)

No distrito de Lisboa, verifica-se que no geral houve oscilações dos valores médios mensais dos subsídios ao longo dos anos, com uma diminuição entre 2008 e 2009, seguido de um aumento de 2010 até 2012, seguido de uma nova diminuição de 2013 até 2014 provocada pela crise em Portugal que levou o Governo português a adotar medidas de austeridade, com grande impacto nas prestações sociais.

Tabela 13: Valores médios mensais do subsídio processado por beneficiário (€)

	Valores médios mensais do subsídio processado por beneficiário (€)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Distrito de Lisboa	556,28	550,05	560,01	619,67	640,31	570,68	553,01
TOTAL- Portugal	474,96	475,31	493,01	537,89	541,35	513,34	489,96

Fonte: Segurança Social

3.3 Rendimento Social de Inserção (beneficiários/famílias)

A tabela 14 apresenta o número de beneficiários com processamento do Rendimento Social de Inserção no Distrito de Lisboa e em Portugal. No distrito de Lisboa pode-se verificar que entre 2008 e 2010 houve um aumento significativo. Entre 2011 e 2014 houve uma diminuição dos beneficiários, uma consequência da crise económica em Portugal e das medidas de austeridade levadas a cabo pelo Governo nestes anos, a diminuição dos beneficiários deveu-se às alterações das condições de recurso às prestações sociais como o RSI.

Tabela 14: Beneficiários com Processamento de RSI

	Beneficiários com processamento de RSI						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Lisboa	63 213	80 942	93 795	85 038	80 649	70 371	59 927
TOTAL	417 465	485 643	525 886	447 502	420 742	360 356	320 712

Fonte: Segurança Social

3.4 Rendimento Social de Inserção (valor médio por família/beneficiário)

Segundo os dados da Segurança social registados na tabela 15, pode-se dizer que o valor do RSI entre 2008 e 2014 teve um aumento de pouca significância, com oscilações dos valores ao longo dos anos. Esta oscilação dos valores ao longo dos anos devem-se sobretudo à crise que Portugal enfrentou e às medidas de austeridade dos últimos anos, que levou à alteração das condições de acesso do RSI.

Tabela 15: Valor médio processado de prestações de RSI por beneficiário em Dezembro de cada ano

	Valor médio processado de prestações de RSI por beneficiário em Dezembro de cada ano (€)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Distrito de Lisboa	92,75	97,00	90,59	92,94	84,65	88,18	93,64
TOTAL- Portugal	87,58	92,54	87,60	89,07	83,47	86,41	91,68

Fonte: Segurança Social

Tabela 16: Valor médio processado de prestações de RSI por família em Dezembro de cada ano

O valor médio processado de prestações de RSI por família em Lisboa tem sofrido oscilações constantes entre 2008 e 2014. Com um ligeiro aumento em 2009, seguido de uma descida em 2010 e um aumento em 2011. Entre 2012 e 2013 sofreu uma queda significativa, provocada pela crise económica em Portugal e consequentemente pelas medidas de austeridade implementadas pelo Governo. Em 2014 verificou-se um ligeiro aumento.

	Valor médio processado de prestações de RSI por família em Dezembro de cada ano (€)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Lisboa	248,38	254,35	236,39	250,41	215,77	212,11	217,71
TOTAL- Portugal	230,99	239,64	228,07	242,01	214,68	210,85	215,37

Fonte: Segurança Social

3.5 Abono de Família (Titulares)

A tabela 17 apresenta o Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social (beneficiários/descendentes ou equiparados). No geral no Distrito de Lisboa o número de beneficiários caiu de 165.983 em 2013 para 164.320 em 2014. O número de descendentes/equiparados desceu de 247.299 em 2013 para 243.895 em 2014. Verifica-se na generalidade uma diminuição do nº de beneficiários e descendentes/equiparados de 2013 para 2014, com a exceção dos concelhos de Cascais, Mafra e Vila Franca de Xira que contrariam os valores dos restantes concelhos verificando-se um ligeiro aumento no nº de beneficiários e descendentes/equiparados de 2013 para 2014. O concelho com maior nº de beneficiários e descendentes/equiparados é Sintra. O concelho com os valores mais baixos é Sobral de Monte Agraço. A diminuição do número de beneficiários deve-se sobretudo à crise económica e às medidas de austeridade que o governo implementou, que veio alterar as condições de recurso das prestações sociais.

Tabela 17: Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados

Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados (nº)				
	Beneficiários		Descendentes ou equiparados	
Anos	2013	2014	2013	2014
Distrito Lisboa	165 983	164 320	247 299	243 895
Alenquer	3 786	3 731	5 524	5 403
Arruda dos Vinhos	958	964	1 443	1 447
Cadaval	1 109	1 057	1 631	1 577
Lourinhã	2 428	2 382	3 597	3 506
Sobral de Monte Agraço	848	845	1 252	1 251
Torres Vedras	6 702	6 596	9 955	9 786
Amadora	15 264	15 037	22 817	22 282
Cascais	13 185	13 208	19 690	19 767
Lisboa	31 127	30 523	46 176	45 348
Loures	16 875	16 535	25 568	24 839
Mafra	6 170	6 241	9 196	9 330
Odivelas	11 448	11 407	16 677	16 580
Oeiras	9 007	8 964	13 365	13 328
Sintra	34 892	34 614	52 349	51 428
Vila Franca de Xira	10 476	10 522	15 518	15 519
Azambuja	1 708	1 694	2 541	2 504

Fonte: Segurança Social

3.6 Abono de Família (Valor processado)

O nº de Requerentes com Processamento de Abono de Família no distrito de Lisboa (tabela 18) apresenta uma subida em 2009 seguido de uma descida entre 2010 e 2012, verifica-se um aumento em 2013 seguido de uma pequena queda em 2014. Estas oscilações dos valores são possivelmente explicadas com a crise económica que se iniciou em 2011 em Portugal, ano em que o número de requerentes com processamento de abono de família diminuiu bastante, devido às medidas de austeridade que alteraram as condições de recurso ao abono de família.

Tabela 18: Nº de Requerentes com Processamento de Abono de Família

	Nº de Requerentes com Processamento de Abono de Família						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Distrito de Lisboa	260 703	272 089	270 452	183 485	162 319	164 962	164 023
TOTAL- Portugal	1 217 333	1 262 908	1 260 994	926 601	857 667	855 803	859 563

Fonte: Segurança Social

Tabela 19: Nº de Titulares com Processamento de Abono de Família

A tabela 19 apresenta o nº de titulares com processamento de Abono de Família. No distrito de Lisboa o valor aumentou em 2009, mas depois sofreu uma queda até 2010. Em 2013 houve um pequeno aumento mas seguido de uma queda em 2014.

	Nº de Titulares com Processamento de Abono de Família						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Lisboa	399 696	412 435	406 354	285 580	252 293	254 891	250 715
TOTAL- Portugal	1 806 085	1 859 232	1 845 000	1 400 283	1 297 177	1 285 791	1 283 812

Fonte: Segurança Social

3.7 Complemento Solidário de Idosos (beneficiários/género)

Neste gráfico está representado o complemento social de idosos por número de beneficiário e género no distrito de Lisboa e em Portugal. No geral o nº de beneficiários do género feminino é superior ao masculino. O ano com maior número de beneficiários foi 2010 com 35.389 beneficiários, por sua vez o ano com menor número de beneficiários foi 2008 com 28.518 beneficiários. No distrito de Lisboa verificou-se até 2010 um aumento significativo do nº de beneficiários, seguido de uma diminuição significativa até 2014, devido sobretudo às alterações nas regras de acesso.

Gráfico 9: Complemento Solidário de Idosos (beneficiários/género)

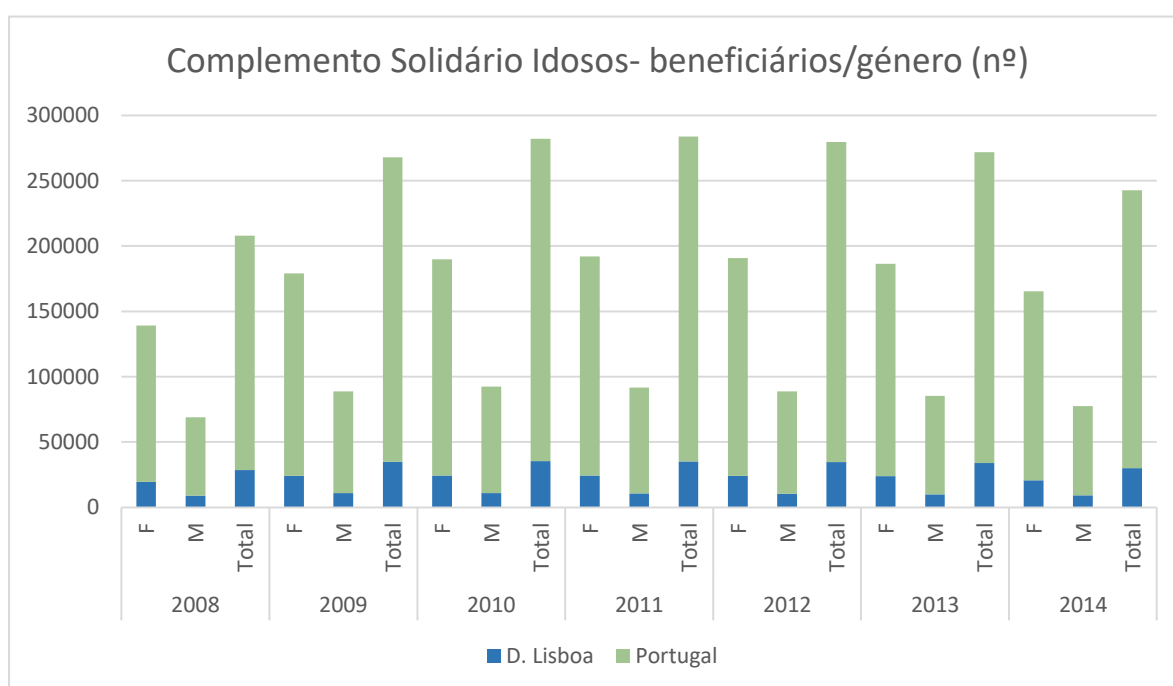


Tabela 20: Complemento Solidário de Idosos (beneficiários/género)

Complemento Solidário Idosos - beneficiários/género (nº)																					
	2008			2009			2010			2011			2012			2013			2014		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
D. Lisboa	19 551	8 967	28 518	24 062	10 986	35 048	24 475	10 914	35 389	24 428	10 707	35 135	24 246	10 399	34 645	23 824	10 059	33 883	20 852	9 219	30 071
Portugal	119 507	60 012	179 519	155 062	77 763	232 825	165 269	81 452	246 721	167 697	81 094	248 791	166 481	78 445	244 926	162 593	75 306	237 899	144 451	68 182	212 633

3.8 Pensões da Segurança Social e CGA no total da população residente com 15 anos e mais anos

Através da análise da tabela 21 pode-se concluir que no geral o concelho com maior percentagem de pensões de Segurança social em 2013 é Lisboa com 63,4%, e o concelho com menor percentagem é Odivelas com 29,6%. No entanto em relação às pensões da CGA o concelho que apresenta menor percentagem é Arruda dos Vinhos com 4% e Lisboa a maior percentagem com 21,7%.

Tabela 21: Pensões da Segurança Social e CGA na total da população residente com 15 e mais anos

Pensões da Segurança Social e CGA na total da população residente com 15 e mais anos (%) 2013			
Distrito de Lisboa	Total de pensões	Pensões da Segurança Social	Pensões da CGA
Alenquer	39,9	35,6	4,3
Arruda dos Vinhos	33,2	29,2	4,0
Cadaval	42,2	37,3	4,9
Lourinhã	37,1	33,0	4,1
Sobral de Monte Agraço	35,8	31,6	4,2
Torres Vedras	35,1	30,2	4,9
Amadora	40,2	31,4	8,8
Cascais	36,5	27,4	9,1
Lisboa	⊥ 63,4	⊥ 41,7	⊥ 21,7
Loures	⊥ 41,5	⊥ 33,6	⊥ 7,9
Mafra	29,8	25,3	4,5
Odivelas	29,6	21,3	8,4
Oeiras	40,3	27,5	12,8
Sintra	31,3	24,4	6,8
Vila Franca de Xira	31,0	24,2	6,9
Azambuja	40,7	34,8	6,0

Fonte: PORDATA

Simbologia: ⊥ Quebra de Série

3.9 Pensões da Segurança Social e CGA

Na tabela 22 está representado o nº de pensões da Segurança Social e CGA em 2013. No total o distrito de Lisboa tem 510.369 pessoas a receber pensões da Segurança Social e da CGA. O concelho de Lisboa é o que tem maior nº de pensionistas com um total de 280.608 (35,5%), o concelho com o menor número de pessoas a receber pensões da Segurança Social e da CGA é Sobral de Monte Agraço, com um total de 3.053 (0,4%). Em relação às pensões da Segurança Social o Alenquer tem a maior percentagem dos concelhos com 89,3% das pessoas a receberem pensões da Segurança Social e apenas 10,7% a receber pensões da CGA. No concelho de Lisboa as pensões da CGA representam 34,3% do total de pensões, a percentagem mais elevada de todos os concelhos, e as pensões da Segurança Social representam cerca de 65,7% a percentagem mais baixa de todos os concelhos, isto pode-se traduzir na elevada população envelhecida que se encontra reformada e a residir no concelho de Lisboa.

Tabela 22: Pensões da Segurança Social e CGA

Pensões da Segurança Social e CGA (nº) 2013			
	Total	Segurança Social	Caixa Geral de Aposentações
Distrito de Lisboa	510 369	582 374	208 603
Alenquer	14 377	12 833	1 544
Arruda dos Vinhos	3 860	3 392	468
Cadaval	5 104	4 507	597
Lourinhã	8 062	7 165	897
Sobral de Monte Agraço	3 053	2 696	357
Torres Vedras	23 624	20 321	3 303
Amadora	59 887	46 727	13 160
Cascais	63 412	47 605	15 807
Lisboa	⊥ 280 608	⊥ 184 428	⊥ 96 180
Loures	⊥ 71 176	⊥ 57 627	⊥ 13 549
Mafra	19 397	16 487	2 910
Odivelas	37 768	27 114	10 654
Oeiras	58 533	39 990	18 543
Sintra	98 297	76 773	21 524
Vila Franca de Xira	35 936	27 978	7 958
Azambuja	7 883	6 731	1 152

Fonte: PORDATA

Simbologia: ⊥ Quebra de Série

3.10 Total de Pensionistas (por tipologia de pensões)

A tabela 23 apresenta o nº total de pensionistas por tipologias de pensões em 2013. No distrito de Lisboa o número de pensionistas perfaz um total de 582.374 pessoas, dos quais 408.382 são pessoas a receber a pensão de velhice, 39.082 de invalidez e 134.910 de sobrevivência. A nível concelhio Lisboa é o concelho com maior número de pensionistas com 184.428 totalizando uma percentagem de 31,7% face ao distrito, dos quais 130.505 (70,8%) são pensões de velhice, 10.432 (5,7%) de invalidez e 43.491 (23,6%) de sobrevivência. O concelho com o menor número de pensionistas é Sobral de Monte Agraço, com um total de 2.696 pensionistas um total de 0,5% face ao distrito, em que 1.731 (64,2%) são pensões de velhice, 267 (9,9%) de invalidez e 698 (25,9%) de sobrevivência. O concelho com a percentagem mais elevada de pensões de velhice é Oeiras com 73,2%, e o concelho com a percentagem mais baixa é Sobral de Monte Agraço com 64,2%. Em relação às pensões de invalidez, o concelho com a percentagem mais elevada é a Lourinhã com 10,7% e Oeiras tem a percentagem mais baixa de 5,5%. O concelho com a maior percentagem de pensão de sobrevivência é o Alenquer com 26,3% e Odívetas tem a menor percentagem com 20,6%.

Tabela 23: Total de pensionistas por tipologia de pensões

Total de pensionistas por tipologia de pensões (nº) 2013				
	Total	Velhice	Invalidez	Sobrevivência
Distrito de Lisboa	582 374	408 382	39 082	134 910
Alenquer	12 833	8 409	1 045	3 379
Arruda dos Vinhos	3 392	2 296	220	876
Cadaval	4 507	2 936	403	1 168
Lourinhã	7 165	4 624	768	1 773
Sobral de Monte Agraço	2 696	1 731	267	698
Torres Vedras	20 321	13 442	1 957	4 922
Amadora	46 727	33 018	3 334	10 375
Cascais	47 605	34 306	2 722	10 577
Lisboa	⊥ 184 428	⊥ 130 505	⊥ 10 432	⊥ 43 491
Loures	⊥ 57 627	⊥ 40 787	⊥ 3 477	⊥ 13 363
Maфра	16 487	10 986	1 543	3 958
Odívetas	27 114	19 434	2 083	5 597
Oeiras	39 990	29 277	2 185	8 528
Sintra	76 773	52 879	6 180	17 714
Vila Franca de Xira	27 978	19 125	2 029	6 824
Azambuja	6 731	4 627	437	1 667

Fonte: PORDATA

Simbologia: ⊥ Quebra de Série

3.11 Valor médio anual de pensões (por tipologia)

Na tabela 24 encontra-se o valor médio anual de pensões em 2013. Segundo os dados do INE o concelho com o total do valor médio anual mais elevado é Oeiras com 7,796€, e o concelho com o valor total mais baixo é Cadaval com 4,230€

Tabela 24: Valor médio anual de pensões

Valor médio anual de pensões (€) 2013				
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Distrito de Lisboa	90 295	79 996	104 963	51 023
Alenquer	4 794	4 708	5 610	2 812
Amadora	6 047	5 060	6 975	3 458
Arruda dos Vinhos	4 926	5 378	5 741	2 718
Azambuja	4 873	4 722	5 645	2 802
Cadaval	4 230	4 423	4 878	2 580
Cascais	7 174	5 663	8 307	3 970
Lisboa	6 567	4 816	7 620	3 873
Loures	6 237	5 053	7 274	3 432
Lourinhã	4 363	4 347	5 070	2 566
Mafra	5 322	5 085	6 259	2 847
Odivelas	6 207	5 167	7 167	3 336
Oeiras	7 796	5 637	9 041	4 176
Sintra	6 125	5 257	7 153	3 421
Sobral de Monte Agraço	4 682	4 807	5 441	2 767
Torres Vedras	4 777	4 876	5 509	2 778
Vila Franca de Xira	6 175	4 997	7 273	3 487

Fonte: INE

4. Mercado de Trabalho

4.1 Taxa de atividade

A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados. A taxa de atividade permite definir o peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos. No gráfico 10 está representada a taxa de atividade do distrito de Lisboa em 2011. O concelho com maior taxa de atividade é Vila Franca de Xira com 65,2%. Cadaval é o concelho com menor taxa de atividade com 50,2%, explicado pela elevada população envelhecida do concelho (ver gráfico 3)

Gráfico 10: Taxa de atividade

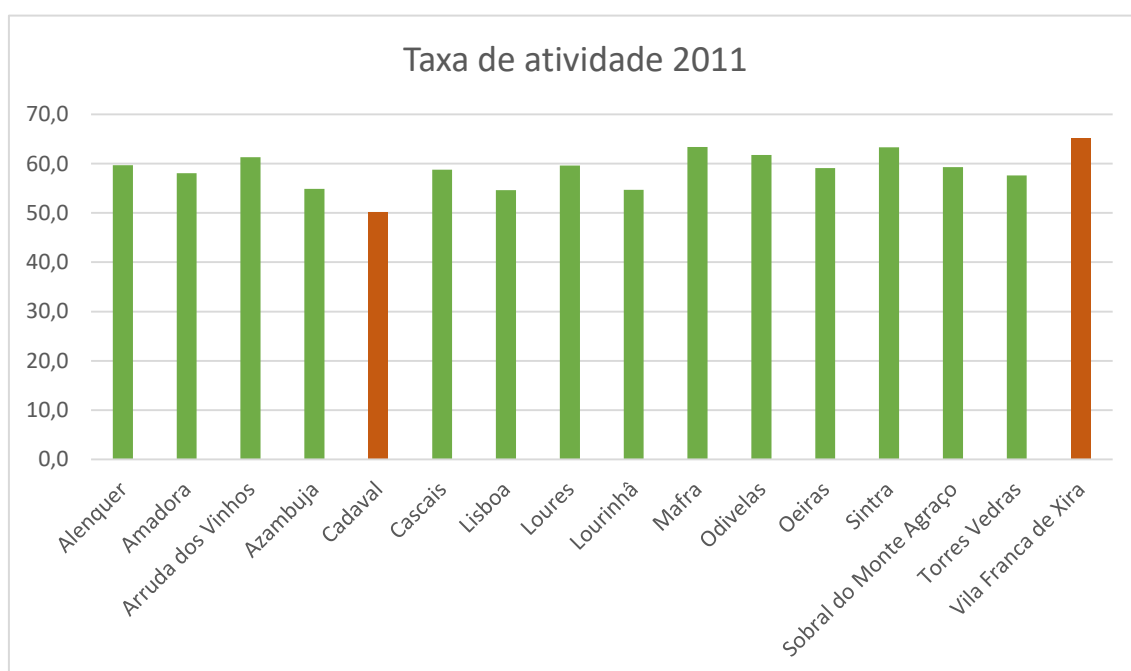


Tabela 25: Taxa de atividade

Taxa de atividade (%) 2011	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	59,7
Amadora	58,1
Arruda dos Vinhos	61,3
Azambuja	54,9
Cadaval	50,2
Cascais	58,8
Lisboa	54,6
Loures	59,6
Lourinhã	54,7
Mafra	63,4
Odivelas	61,8
Oeiras	59,1
Sintra	63,3
Sobral do Monte Agraço	59,3
Torres Vedras	57,6
Vila Franca de Xira	65,2

Fonte: Censos 2011

4.2 Taxa de emprego

A tabela 26 mostra a taxa de emprego no distrito de Lisboa em 2011. No geral verifica-se que as mulheres têm uma taxa de emprego inferior aos homens. O concelho com maior taxa de emprego é Mafra com 57,7%, por sua vez o concelho que apresenta a menor taxa de emprego é Lisboa com 48,1. O concelho em que a taxa de emprego nas mulheres é mais elevado é Vila Franca de Xira com 54,6%, e o concelho com a menor taxa de emprego nas mulheres é Cadaval. Em relação aos homens o concelho que tem maior taxa de homens empregados é Mafra, e o concelho em que a taxa é mais baixa é Amadora.

Tabela 26: Taxa de emprego

Taxa de emprego (%) 2011			
Distrito de Lisboa	Total	H	M
Alenquer	53,2	59,8	47,2
Amadora	49,4	51	48
Arruda dos Vinhos	56,6	62,5	51,1
Azambuja	48,5	51,9	45
Cadaval	44,9	52,2	38,3
Cascais	51,7	54,9	49
Lisboa	48,1	51,8	45
Loures	51,9	54,4	49,7
Lourinhã	48,7	54,9	43
Mafra	57,7	62,8	52,8
Odivelas	54,3	56,8	52,1
Oeiras	52,7	55,1	50,7
Sintra	54,7	57,4	52,3
Sobral do Monte Agraço	54	59,5	48,8
Torres Vedras	51,8	57,5	46,6
Vila Franca de Xira	57,8	61,3	54,6

Fonte: Censos 2011

4.3 Taxa de desemprego

Na tabela 27 verifica-se que a taxa de desemprego é mais elevada no concelho de Sintra (13,5%), e é mais baixa no concelho de Arruda dos Vinhos (7,7%). A taxa de desemprego sobre os homens é mais elevada na Amadora (16,6%) e menor em Arruda dos Vinhos (6,6%), em relação às mulheres o concelho com a taxa de desemprego mais elevada é Amadora (13,4%) e com a menor taxa é Arruda dos Vinhos (8,9%).

Tabela 27: Taxa de desemprego

Taxa de desemprego (%) 2011			
Distrito de Lisboa	Total	H	M
Alenquer	⊥10,9	⊥ 9,8	⊥ 12,2
Amadora	⊥15	⊥ 16,6	⊥ 13,4
Arruda dos Vinhos	⊥ 7,7	⊥ 6,6	⊥ 8,9
Azambuja	⊥ 11,6	⊥ 11,4	⊥ 11,8
Cadaval	⊥10,5	⊥ 9,7	⊥ 11,5
Cascais	⊥ 12,1	⊥ 12,5	⊥ 11,6
Lisboa	⊥11,8	⊥ 13,2	⊥ 10,6
Loures	⊥ 12,9	⊥ 13,8	⊥ 12,0
Lourinhã	⊥ 10,9	⊥ 10,3	⊥ 11,6
Mafra	⊥ 9,1	⊥ 8,5	⊥ 9,8
Odivelas	⊥ 12,1	⊥ 13,0	⊥ 11,3
Oeiras	⊥ 10,8	⊥ 11,4	⊥ 10,1
Sintra	⊥13,5	⊥ 13,7	⊥ 13,3
Sobral do Monte Agraço	⊥ 8,8	⊥ 8,5	⊥ 9,2
Torres Vedras	⊥ 10,1	⊥ 9,9	⊥ 10,3
Vila Franca de Xira	⊥ 11,3	⊥ 11,1	⊥ 11,6

Fonte: Censos 2011

Simbologia: ⊥ Quebra de Série

4.4 Taxa de desemprego por grupo etário

Tabela 28: Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por grupo etário

Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por grupo etário (%)														
	15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		65+		Total	
Distrito de Lisboa	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Alenquer	⊥ 9,7	⊥ 22,7	⊥ 4,2	⊥ 11,1	⊥ 5,1	⊥ 8,5	⊥ 4,9	⊥ 9,7	⊥ 4,9	⊥ 11,3	⊥ 0,0	⊥ 0,7	⊥ 5,4	⊥ 10,9
Amadora	⊥ 15,4	⊥ 32,0	⊥ 6,6	⊥ 14,4	⊥ 5,5	⊥ 13,3	⊥ 6,2	⊥ 12,6	⊥ 10,6	⊥ 13,7	⊥ 1,0	⊥ 0,5	⊥ 7,8	⊥ 15,0
Arruda dos Vinhos	⊥ 9,1	⊥ 21,6	⊥ 3,8	⊥ 7,6	⊥ 3,2	⊥ 6,7	⊥ 4,3	⊥ 5,7	⊥ 5,4	⊥ 7,1	⊥ 0,0	⊥ 0,0	⊥ 4,6	⊥ 7,7
Azambuja	⊥ 9,4	⊥ 23,9	⊥ 5,1	⊥ 11,9	⊥ 4,9	⊥ 8,8	⊥ 5,9	⊥ 11,5	⊥ 7,2	⊥ 11,3	⊥ 0,9	⊥ 0,0	⊥ 6,0	⊥ 11,6
Cadaval	⊥ 12,4	⊥ 23,0	⊥ 5,1	⊥ 10,0	⊥ 4,0	⊥ 8,3	⊥ 4,4	⊥ 9,7	⊥ 4,6	⊥ 11,3	⊥ 1,1	⊥ 0,0	⊥ 5,8	⊥ 10,5
Cascais	⊥ 15,1	⊥ 30,3	⊥ 6,0	⊥ 11,1	⊥ 5,3	⊥ 9,7	⊥ 5,8	⊥ 10,9	⊥ 7,9	⊥ 13,0	⊥ 0,8	⊥ 0,7	⊥ 6,9	⊥ 12,1
Lisboa	⊥ 17,1	⊥ 30,0	⊥ 7,0	⊥ 11,7	⊥ 5,7	⊥ 10,2	⊥ 5,5	⊥ 10,7	⊥ 7,8	⊥ 10,4	⊥ 0,9	⊥ 0,3	⊥ 7,4	⊥ 11,8
Loures	⊥ 13,1	⊥ 29,6	⊥ 6,0	⊥ 11,9	⊥ 4,8	⊥ 10,7	⊥ 5,9	⊥ 11,1	⊥ 10,1	⊥ 12,9	⊥ 0,7	⊥ 0,8	⊥ 7,0	⊥ 12,9
Lourinhã	⊥ 11,1	⊥ 24,1	⊥ 5,3	⊥ 11,4	⊥ 4,7	⊥ 9,2	⊥ 3,6	⊥ 7,6	⊥ 2,7	⊥ 10,8	⊥ 1,4	⊥ 0,0	⊥ 5,5	⊥ 10,9
Mafra	⊥ 8,9	⊥ 21,2	⊥ 4,1	⊥ 8,2	⊥ 3,6	⊥ 7,4	⊥ 3,5	⊥ 8,1	⊥ 4,2	⊥ 11,3	⊥ 1,6	⊥ 0,5	⊥ 4,5	⊥ 9,1
Odivelas	⊥ 14,6	⊥ 27,8	⊥ 5,7	⊥ 10,8	⊥ 4,8	⊥ 10,1	⊥ 4,8	⊥ 11,0	⊥ 8,0	⊥ 12,0	⊥ 1,4	⊥ 1,0	⊥ 6,7	⊥ 12,1
Oeiras	⊥ 16,7	⊥ 31,1	⊥ 5,9	⊥ 10,7	⊥ 4,5	⊥ 8,2	⊥ 5,8	⊥ 9,4	⊥ 9,4	⊥ 10,8	⊥ 1,5	⊥ 0,4	⊥ 7,1	⊥ 10,8
Sintra	⊥ 14,8	⊥ 30,7	⊥ 5,9	⊥ 12,5	⊥ 5,1	⊥ 11,3	⊥ 5,9	⊥ 11,9	⊥ 9,8	⊥ 13,5	⊥ 1,1	⊥ 0,7	⊥ 7,1	⊥ 13,5
Sobral de Monte Agraço	⊥ 9,8	⊥ 22,2	⊥ 3,4	⊥ 8,4	⊥ 3,5	⊥ 6,9	⊥ 4,3	⊥ 7,3	⊥ 4,1	⊥ 8,9	⊥ 0,0	⊥ 0,0	⊥ 4,7	⊥ 8,8
Torres Vedras	⊥ 10,1	⊥ 23,3	⊥ 5,0	⊥ 9,9	⊥ 4,7	⊥ 8,2	⊥ 3,6	⊥ 8,1	⊥ 4,1	⊥ 10,3	⊥ 0,5	⊥ 0,0	⊥ 5,3	⊥ 10,1
Vila Franca de Xira	⊥ 13,2	⊥ 26,7	⊥ 5,4	⊥ 10,3	⊥ 4,4	⊥ 9,2	⊥ 5,8	⊥ 9,7	⊥ 10,6	⊥ 12,3	⊥ 0,5	⊥ 0,7	⊥ 6,7	⊥ 11,3

Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por grupo etário (%)

Fonte: PORDATA

Simbologia: ⊥ Quebra de Série

4.5 Desemprego de longa duração

Segundo o IEFP em 2014 havia um total de 105.079 pessoas no desemprego no distrito de Lisboa. No total o número de homens no desemprego é ligeiramente superior ao das mulheres. No entanto nos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cascais, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira o número de mulheres desempregadas é superior ao dos homens. O concelho de Lisboa tem a maior percentagem de população desempregada do distrito com cerca de 27.334 pessoas (26%), Sobral de Monte agraço tem o número de desempregados mais baixo com apenas 355 pessoas (0,3%). O concelho de Lisboa tem também o maior número de pessoas à procura do primeiro emprego e de novo emprego. Em relação ao desemprego de longa duração existem 48.020 pessoas no distrito de Lisboa inscritas no centro de emprego há mais de 1 ano, cerca de 45,7% do total de inscritos nos centros de emprego estão numa situação de desemprego de longa duração. Arruda dos Vinhos tem a percentagem mais alta de pessoas registadas há mais de 1 ano no centro de emprego, com cerca de 51,7% dos inscritos no centro de emprego nesta situação.

Tabela 29: Desemprego Registado por Concelhos

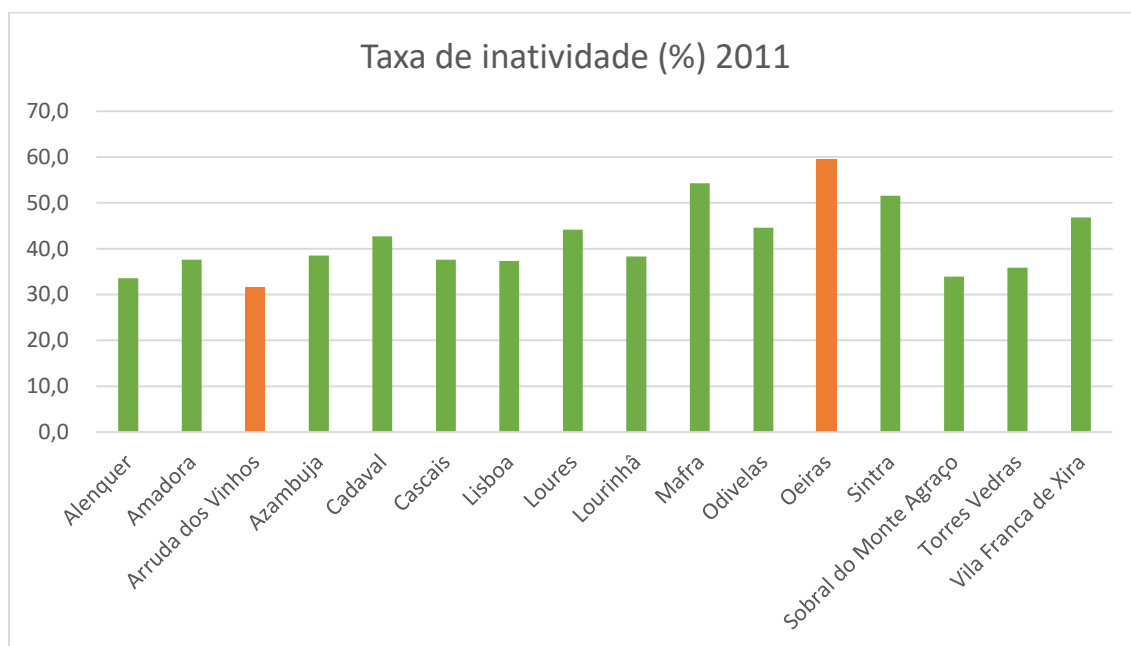
Desemprego (nº) 2014	Género Tempo de Inscrição				Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Distrito de Lisboa	52 831	52 248	57 059	48 020	9 040	96 039	105 079
Alenquer	786	889	873	802	79	1 596	1 675
Amadora	4 884	4 600	5 571	3 913	744	8 740	9 484
Arruda dos Vinhos	202	239	213	228	29	412	441
Azambuja	349	445	498	296	46	748	794
Cadaval	253	201	223	231	33	421	454
Cascais	4 799	5 174	5 318	4 655	875	9 098	9 973
Lisboa	14 336	12 998	14 284	13 050	3 103	24 231	27 334
Loures	5 040	4 835	5 354	4 521	925	8 950	9 875
Lourinhã	491	523	563	451	87	927	1 014
Mafra	1 475	1 561	1 496	1 540	170	2 866	3 036
Odivelas	3 678	3 477	3 545	3 610	493	6 662	7 155
Oeiras	3 242	3 427	3 374	3 295	546	6 123	6 669
Sintra	8 465	8 997	10 320	7 142	1 183	16 279	17 462
Sobral do Monte Agraço	198	157	202	153	28	327	355
Torres Vedras	1 732	1 633	1 805	1 560	305	3 060	3 365
Vila Franca de Xira	2 901	3 092	3 420	2 573	394	5 599	5 993

Fonte: IEFP

4.6 Taxa de inatividade

A taxa de inatividade representa o número de inativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. A taxa de inatividade permite definir a relação entre a população inativa em idade ativa (com 15 ou mais anos de idade) e a população total em idade ativa. É inativo quem não está empregado nem desempregado, como é o caso da população estudantil, doméstica e reformada. O gráfico 11 demonstra a taxa de inatividade no distrito de Lisboa em 2011. Verifica-se que o concelho com a taxa de inatividade mais elevada é Oeiras (59,6%), e o concelho com menor taxa é Arruda dos Vinhos (31,6%)

Gráfico 11: Taxa de inatividade



Fonte: Anuários Estatísticos, INE

Tabela 30: Taxa de inatividade

Taxa de inatividade (%) 2011	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	33,6
Amadora	37,6
Arruda dos Vinhos	31,6
Azambuja	38,5
Cadaval	42,7
Cascais	37,6
Lisboa	37,3
Loures	44,2
Lourinhã	38,3
Mafra	54,3
Odivelas	44,6
Oeiras	59,6
Sintra	51,6
Sobral do Monte Agraço	33,9
Torres Vedras	35,9
Vila Franca de Xira	46,8

Fonte: Anuários Estatísticos, INE

4.7 Estabelecimentos

Na tabela 31 está o total de número de estabelecimentos do distrito de Lisboa em 2012. Verifica-se que o concelho com maior número de estabelecimentos é Lisboa com 98.755 estabelecimentos. O concelho com menor número de estabelecimentos é Sobral de Monte Agraço com 1.065 estabelecimentos.

Tabela 31: Estabelecimentos

Estabelecimentos (nº) 2012	
Distrito de Lisboa	276 085
Alenquer	3 892
Amadora	16 259
Arruda dos Vinhos	1 508
Azambuja	1 657
Cadaval	1 434
Cascais	26 371
Lisboa	98 755
Loures	19 671
Lourinhã	3 018
Mafra	9 087
Odivelas	14 036
Oeiras	22 584
Sintra	35 746
Sobral do Monte Agraço	1 065
Torres Vedras	9 399
Vila Franca de Xira	11 603

Fonte: Anuários Estatísticos, INE

4.8 Pessoal ao serviço dos estabelecimentos

Na tabela 32 está representado o número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos no distrito de Lisboa em 2012. O concelho com maior nº de pessoas ao serviço de estabelecimentos é Lisboa com 419.429 pessoas, e o concelho com o nº mais baixo de pessoas é Sobral de Monte Agraço com 2.434 pessoas.

Tabela 32: Pessoal ao serviço dos estabelecimentos

Pessoal ao serviço dos estabelecimentos (nº) 2012	
Distrito de Lisboa	960 839
Alenquer	14 319
Amadora	53 736
Arruda dos Vinhos	3 723
Azambuja	7 229
Cadaval	3 401
Cascais	62 627
Lisboa	419 429
Loures	66 833
Lourinhã	7 118
Mafra	26 362
Odivelas	31 382
Oeiras	92 860
Sintra	100 621
Sobral do Monte Agraço	2 434
Torres Vedras	25 948
Vila Franca de Xira	42 817

Fonte: Anuários Estatísticos, INE

4.9 Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

O número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego em 2014 no distrito de Lisboa perfazem um total de 105.079 pessoas, das quais 52.831 são homens e 52.248 são mulheres. O concelho que apresenta o nº mais elevado de inscritos é Lisboa com 27.334 pessoas inscritas, o concelho com o nº mais baixo de inscritos é Sobral de Monte Agraço com 355 inscritos.

Tabela 33: Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego (nº) 2014			
	Total	H	M
Distrito de Lisboa	105 079	52 831	52 248
Alenquer	1 675	786	889
Amadora	9 484	4 884	4 600
Arruda dos Vinhos	441	202	239
Azambuja	794	349	445
Cadaval	454	253	201
Cascais	9 973	4 799	5 174
Lisboa	27 334	14 336	12 998
Loures	9 875	5 040	4 835
Lourinhã	1 014	491	523
Mafra	3 036	1 475	1 561
Odivelas	7 155	3 678	3 477
Oeiras	6 669	3 242	3 427
Sintra	17 462	8 465	8 997
Sobral do Monte Agraço	355	198	157
Torres Vedras	3 365	1 732	1 633
Vila Franca de Xira	5 993	2 901	3 092

Fonte: IEFP

4.10 Despedimentos Coletivos*

Tabela 34: Despedimentos Coletivos

Despedimentos Coletivos (nº) 2014							
		Empresas	Trabalhadores				
			Total	A despedir	Despedidos	Revogação	Outras medidas
Distrito de Lisboa	Micro empresas	95	546	382	368	5	9
	Pequenas empresas	122	2 886	1 046	1 025	2	19
	Médias empresas	64	7 953	806	766	5	35
	Grandes empresas	23	36 883	711	702	1	8
	Total	304	48 268	2 945	2 861	13	71
Concelho de Lisboa	Micro empresas	53	298	218	210	5	3
	Pequenas empresas	63	1 432	614	596	2	16
	Médias empresas	33	3 542	429	403	16	10
	Grandes empresas	9	14 546	367	366	0	1
	Total	158	19 818	1 628	1 575	23	30

Fonte: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

* Estes dados foram fornecidos pela DGERT ao Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, que por sua vez só foi fornecido acesso a dados referentes ao distrito e concelho de Lisboa.

5. Educação

5.1 Taxa bruta de escolarização no ensino básico

A taxa bruta de escolarização define-se como a proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, é relacionada com o total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino. O gráfico 12 demonstra a taxa bruta de escolarização no ensino básico em 2013 no distrito de Lisboa. Evidencia-se o concelho de Lisboa por ter a taxa de escolarização mais elevada, com 164,1%, e o Cadaval com a menor taxa de escolarização de 90,6%.

Gráfico 12: Taxa bruta de escolarização no ensino básico

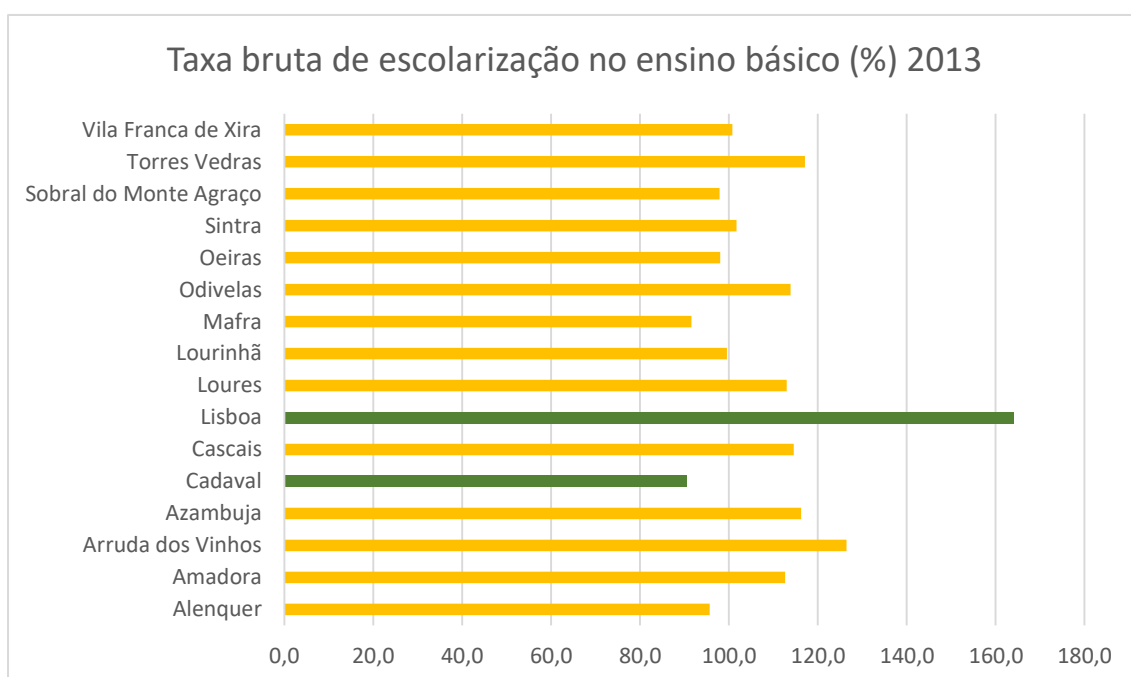


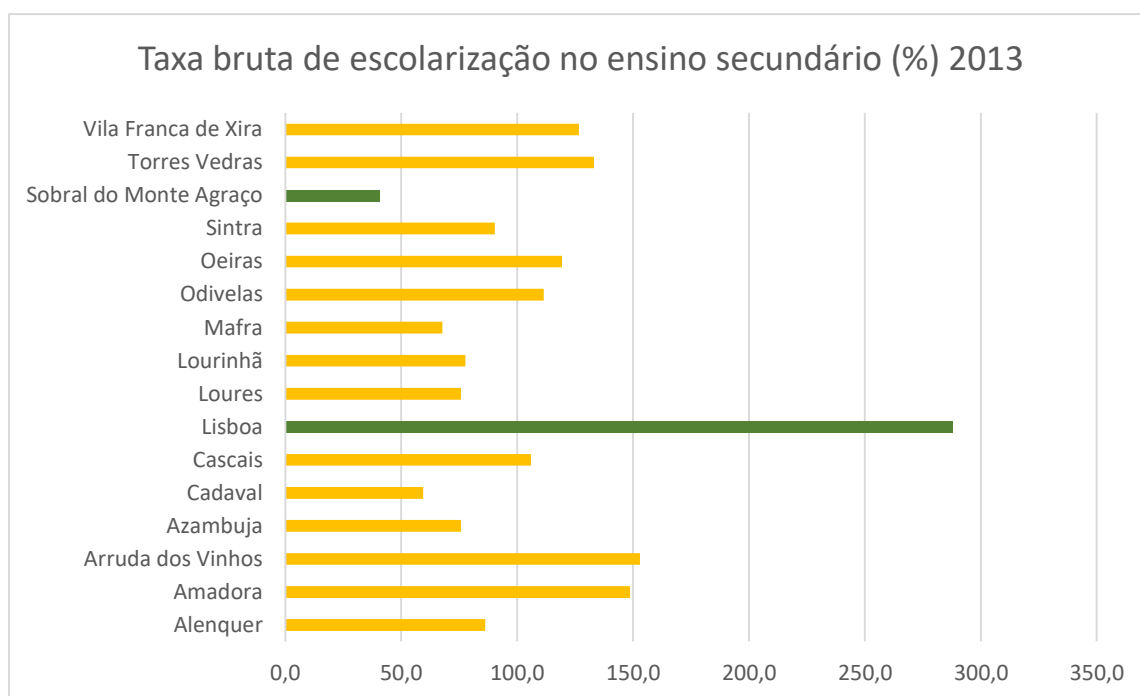
Tabela 35: Taxa bruta de escolarização no ensino básico

Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%) 2013	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	95,7
Amadora	112,7
Arruda dos Vinhos	126,5
Azambuja	116,3
Cadaval	90,6
Cascais	114,6
Lisboa	164,1
Loures	113,0
Lourinhã	99,6
Mafra	91,6
Odivelas	113,9
Oeiras	98,1
Sintra	101,7
Sobral do Monte Agraço	97,9
Torres Vedras	117,1
Vila Franca de Xira	100,8

5.2 Taxa bruta de escolarização no ensino secundário

O gráfico 13 demonstra a taxa bruta de escolarização no ensino secundário em 2013 no distrito de Lisboa. O concelho de Lisboa têm a taxa de escolarização no ensino secundário mais elevada com cerca de 287,7%. O concelho de Sobral de Monte Agraço tem a taxa mais baixa de todos os concelhos com 41%.

Gráfico 13: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário



Fonte: PORDATA

Tabela 36: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário

Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) 2013	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	86,3
Amadora	148,7
Arruda dos Vinhos	153,0
Azambuja	75,7
Cadaval	59,5
Cascais	105,9
Lisboa	287,7
Loures	75,8
Lourinhã	77,7
Mafra	67,8
Odivelas	111,5
Oeiras	119,4
Sintra	90,4
Sobral do Monte Agraço	41,0
Torres Vedras	133,2
Vila Franca de Xira	126,7

5.3 Taxa de retenção e desistência no ensino básico

A tabela 37 demonstra a taxa de retenção e desistência no ensino básico em 2013 no distrito de Lisboa. No geral a taxa de retenção e desistência no ensino básico vai aumentando conforme o ciclo de ensino. O concelho que apresenta a maior taxa de retenção e desistência é Loures, com 15,2%, o concelho com a taxa de retenção e desistência mais baixa é Cascais com 6,5%. Em relação ao 1º ciclo a taxa de retenção com valor mais elevado situa-se no concelho de Cadaval, e o valor mais baixo no concelho Oeiras. No 2º ciclo o concelho da Lourinhã apresenta a taxa de retenção e desistência mais elevada com 24,1%, e o concelho de Cascais a taxa mais baixa de 2,6%. É no 3º ciclo que os valores da retenção e desistência são mais elevados em todos os concelhos, em especial atenção para o concelho da Amadora que detém a taxa mais elevada de 23,3% seguida de Loures com 22,8%, por sua vez o concelho que apresenta a taxa de retenção e desistência mais baixa é Cascais com 10,9%.

Tabela 37: Taxa de retenção e desistência no ensino básico

Taxa de retenção e desistência ensino básico (%) 2013				
Distrito de Lisboa	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Alenquer	9,0	5,2	9,6	13,3
Amadora	14,8	7,1	18,7	23,3
Arruda dos Vinhos	10,8	4,7	13,4	15,7
Azambuja	10,6	7,2	12,0	14,6
Cadaval	13,2	8,4	10,8	22,2
Cascais	6,5	2,6	7,6	10,9
Lisboa	10,7	5,1	14,1	16,1
Loures	15,2	7,4	20,4	22,8
Lourinhã	14,4	5,7	24,1	20,1
Mafra	10,3	3,7	12,8	17,6
Odivelas	13,4	4,9	15,8	21,7
Oeiras	8,3	2,9	11,8	13,4
Sintra	11,7	5,0	14,0	18,5
Sobral do Monte Agraço	12,8	7,4	13,7	18,8
Torres Vedras	10,1	5,0	12,0	15,4
Vila Franca de Xira	10,4	4,1	12,4	18,2

5.4 Taxa de retenção e desistência no ensino secundário

É normalmente no ensino secundário que os valores da desistência e retenção são mais elevados, como podemos evidenciar na tabela 38. No ano letivo de 2010/2011 a Amadora registou-se o concelho com a maior taxa de desistência e retenção (34,3%), no inverso o concelho que registou a taxa mais baixa neste período foi Arruda dos Vinhos (9,1%). No ano letivo de 2011/2012 a Amadora continua a ter a taxa de desistência e retenção mais elevada (33,5%) e Sobral de Monte Agraço a taxa mais baixa (13,7%). No ano letivo de 2012/2013 a Amadora volta-se a destacar como o concelho com a taxa de retenção e desistência mais elevada (29,4%), mas no entanto o valor tem vindo a descer ao longo dos anos. Sobral de Monte Agraço tem novamente com a taxa mais baixa (12,6%). No ano letivo de 2013/2014 destaca-se o concelho de Cadaval com a taxa mais alta de 28,2% e Sobral de Monte Agraço com a taxa mais baixa de 9,6%.

Tabela 38: Taxa de retenção e desistência no ensino secundário

Taxa de retenção e desistência ensino secundário (%)				
Distrito de Lisboa	Ano letivo			
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Alenquer	26,8	24,9	27,8	19,1
Amadora	34,3	33,5	29,4	25,0
Arruda dos Vinhos	9,1	17,6	18,5	16,0
Azambuja	18,9	20,9	20,1	19,4
Cadaval	25,2	20,3	21,5	28,2
Cascais	19,8	18,6	19,2	17,7
Lisboa	22,1	21,2	20,5	20,6
Loures	29,1	26,2	23,3	24,1
Lourinhã	23,0	20,9	17,3	17,0
Mafra	21,7	23,7	18,1	18,6
Odivelas	27,0	28,0	27,6	27,3
Oeiras	23,2	23,8	22,4	19,9
Sintra	28,2	26,4	25,5	24,7
Sobral do Monte Agraço	29,3	13,7	12,6	9,6
Torres Vedras	20,6	27,1	19,9	19,4
Vila Franca de Xira	24,7	24,5	24,2	19,4

5.5 Taxa de analfabetismo

O gráfico 14 demonstra a taxa de analfabetismo no distrito de Lisboa em 2011. Cadaval regista a taxa de analfabetismo mais elevada com 7,7% da população analfabeta. Em último lugar e com a taxa mais baixa está o concelho de Oeiras com 2,2% da população analfabeta.

Gráfico 14: Taxa de analfabetismo

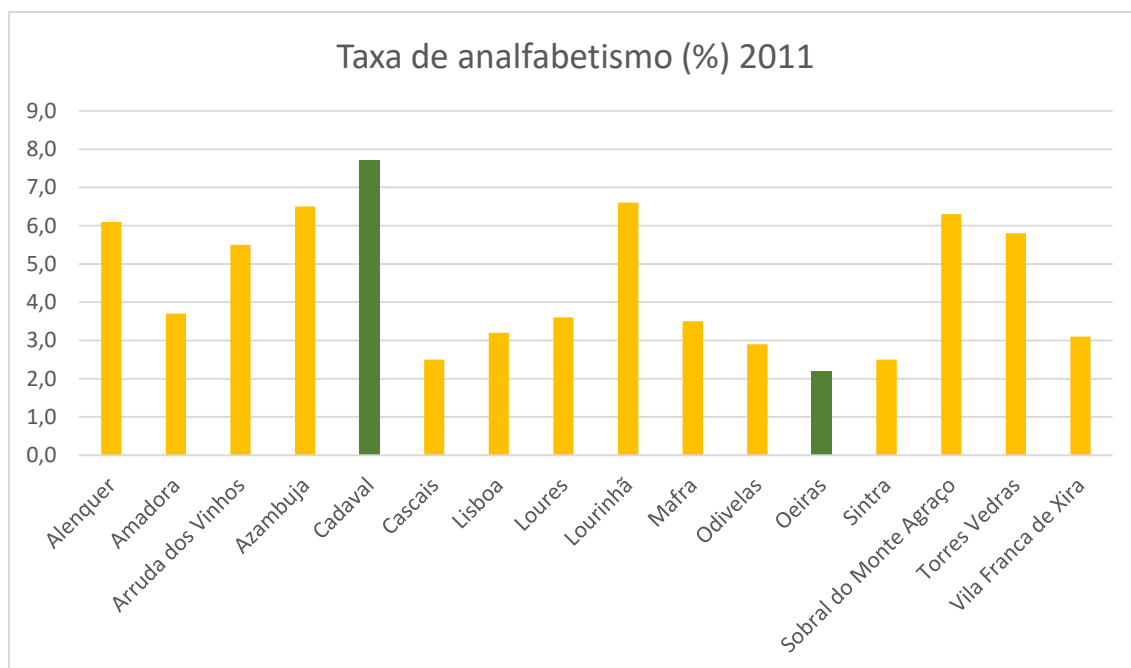


Tabela 39: Taxa de analfabetismo

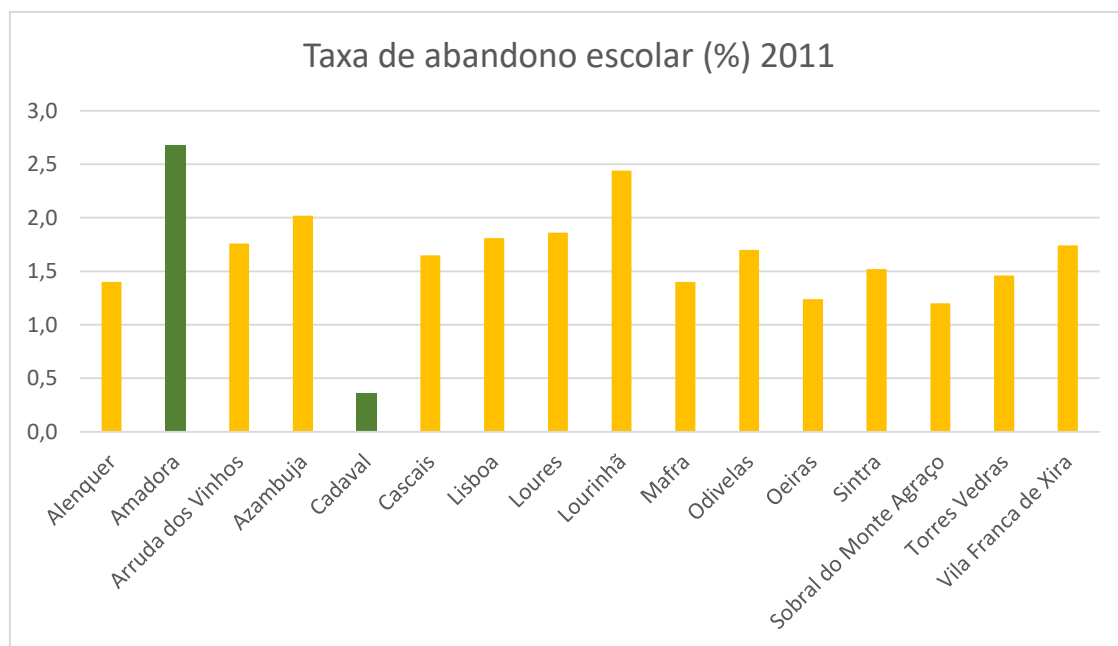
Taxa de analfabetismo (%) 2011	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	6,1
Amadora	3,7
Arruda dos Vinhos	5,5
Azambuja	6,5
Cadaval	7,7
Cascais	2,5
Lisboa	3,2
Loures	3,6
Lourinhã	6,6
Mafra	3,5
Odivelas	2,9
Oeiras	2,2
Sintra	2,5
Sobral do Monte Agraço	6,3
Torres Vedras	5,8
Vila Franca de Xira	3,1

Fonte: Censos 2011

5.6 Taxa de abandono escolar

O abandono escolar entende-se como a saída do sistema do ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários que estão previstos na lei. O gráfico 15 demonstra a taxa de abandono escolar no distrito de Lisboa em 2011. De acordo com a análise do gráfico o concelho que tem a taxa de abandono escolar mais elevada é a Amadora, com 2,7%. O concelho com a menor taxa de abandono escolar é o Cadaval, com apenas 0,4%.

Gráfico 15: Taxa de abandono escolar



Fonte: Censos 2011

Tabela 40: Taxa de abandono escolar

Taxa de abandono escolar (%) 2011	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	1,4
Amadora	2,7
Arruda dos Vinhos	1,8
Azambuja	2,0
Cadaval	0,4
Cascais	1,7
Lisboa	1,8
Loures	1,9
Lourinhã	2,4
Mafra	1,4
Odivelas	1,7
Oeiras	1,2
Sintra	1,5
Sobral do Monte Agraço	1,2
Torres Vedras	1,5
Vila Franca de Xira	1,7

Fonte: Censos 2011

5.7 N° de alunos matriculados por nível de ensino

Na tabela 41 está apresentado o n° de alunos matriculados por nível de ensino no distrito de Lisboa em 2013. No geral o distrito de Lisboa tem 393.690 alunos matriculados, o maior número de alunos encontra-se no 1º ciclo do ensino básico, e o menor número de alunos encontra-se no CET. O concelho de Lisboa apresenta o maior número de alunos a nível distrital, com uma percentagem total face ao distrito de 29,5%, os concelhos com a percentagem mais baixa são Cadaval e Sobral de Monte Agraço com 0,4%.

Tabela 41: N° de alunos matriculados por nível de ensino

	N° de alunos matriculados por nível de ensino (n°) 2013							
	Nível de ensino							
	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário	CET	Ensino Superior
Distrito de Lisboa	393 690	61 389	101 743	56 414	85 546	86 933	1 665	1 792
Alenquer	6 420	1 067	1 669	1 037	1 491	1 156	-	-
Amadora	28 115	3 798	6 929	4 000	6 039	7 096	253	435
Arruda dos Vinhos	3 232	469	746	493	782	742	-	-
Azambuja	3 454	663	992	508	830	461	-	-
Cadaval	1 738	345	498	260	382	253	-	-
Cascais	37 354	6 070	9 963	5 387	8 561	7 145	228	2.331
Lisboa	⊥ 116 143	⊥ 18 009	⊥ 27 039	⊥ 14 954	⊥ 22 336	⊥ 32 642	⊥ 1 163	⊥ 114.770
Loures	⊥ 31 426	⊥ 5 047	⊥ 9 354	⊥ 5 096	⊥ 7 340	⊥ 4 568	⊥ 21	21
Lourinhã	3 889	682	1 126	596	836	649	-	0
Mafra	12 869	2 517	3 670	2 032	2 816	1 834	-	0
Odivelas	22 317	3 011	5 737	3 408	5 567	4 594	-	838
Oeiras	26 303	4 868	6 896	3 674	5 284	5 581	-	4.921
Sintra	60 630	8 252	16 949	9 418	14 675	11 336	-	350
Sobral do Monte Agraço	1 462	279	393	285	370	135	-	-
Torres Vedras	14 671	2 189	3 621	2 125	3 280	3 456	-	148
Vila Franca de Xira	23 667	4 123	6 161	3 141	4 957	5 285	-	-

Fonte: PORDATA

Simbologia: ⊥ Quebra de Série

5.8 Alunos matriculados em modalidades de formação/educação orientada para adultos

Na tabela 42 encontra-se o número de alunos matriculados em modalidades de formação ou educação orientada para adultos no distrito de Lisboa. Verifica-se que no geral o número de alunos matriculados nestas modalidades de formação vai aumentando conforme o nível de ensino progride. O ensino secundário detém o maior número de alunos matriculados em todos os concelhos.

Tabela 42: Alunos matriculados em modalidades de formação/educação orientada para adultos

Alunos matriculados em modalidades de formação/educação orientada para adultos (nº)				
	Ensino básico			Ensino secundário
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
	Total	Total	Total	Total
Distrito de Lisboa	434	842	3698	9511
Alenquer	0	30	82	179
Amadora	54	151	440	688
Arruda dos Vinhos	0	0	0	28
Azambuja	0	3	113	178
Cadaval	0	0	0	58
Cascais	41	50	373	502
Lisboa	121	236	1 100	4 099
Loures	79	148	364	755
Lourinhã	0	0	51	122
Mafra	0	0	9	101
Odivelas	50	53	247	586
Oeiras	26	26	164	350
Sintra	52	124	341	1 206
Sobral do Monte Agraço	0	0	0	0
Torres Vedras	0	4	173	343
Vila Franca de Xira	11	17	241	316

Fonte: Anuários Estatísticos, INE

6. Habitação

6.1 Consumo de energia elétrica (consumidor doméstico)

A tabela 43 demonstra o consumo de energia elétrica feito pelos consumidores domésticos no distrito de Lisboa. Os concelhos com o maior consumo elétrico são Cascais e Arruda dos Vinhos. O conselho com o consumo mais baixo é a Amadora. Em Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos os valores do consumo de eletricidade domésticos podem ser justificados com o maior número de reformados, que normalmente permanecem mais tempo em casa. No geral os consumos elétricos seguem uma norma que coincide com os ganhos mensais dos diferentes concelhos. Os conselhos com os consumos mais elevados são também por norma os que têm rendimentos mais elevados ou a população mais envelhecida.

Tabela 43: Consumo energia elétrica consumidor doméstico

Consumo energia elétrica consumidor doméstico (KW) 2013	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	2.241,4
Amadora	1.755,4
Arruda dos Vinhos	2.765,6
Azambuja	2.354,6
Cadaval	2.295,5
Cascais	2.778,1
Lisboa	2.234,3
Loures	2.126,5
Lourinhã	2.165,2
Mafra	2.600,2
Odivelas	1.942,8
Oeiras	2.318,7
Sintra	2.176,0
Sobral do Monte Agraço	2.612,3
Torres Vedras	2.224,4
Vila Franca de Xira	1.975,0

Fonte: Anuários Estatísticos, INE

6.2 Despesa anual média por agregado

Segundo os dados do INE as despesas médias anuais dos agregados domésticos privados aumentaram entre o período de 2005/2006 a 2010/2011 nas regiões referidas na tabela 44. A região com o maior aumento foi o Centro que aumentou as despesas de consumo em cerca de 3.225€ seguido da região do Alentejo com um aumento de 2.707€, e Lisboa com um aumento de 1.669€. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento do custo de vida em Portugal nos últimos anos.

Tabela 44: Despesas de consumo médias anuais dos agregados domésticos privados por Local de residência

	Despesas de consumo médias anuais dos agregados domésticos privados por Local de residência (€)	
	Período de referência dos dados	
	2005 / 2006	2010 / 2011
Centro	15 958	19 183
Lisboa	20 715	22 384
Alentejo	14 067	16 774

Fonte: INE

6.3 Escalão do valor da renda dos alojados clássicos

Na tabela 45 está apresentado o escalão do valor da renda dos alojados clássicos no distrito de Lisboa. O concelho de Lisboa tem 38.809 pessoas com rendas no valor de menos de 100€ o que apresenta a maior percentagem de pessoas no concelho (39%), pode se entender que, com estes valores existem muitas pessoas que com os seus rendimentos são incapazes de pagar alojamentos com rendas superiores. O concelho de Cadaval apresenta o menor nº de pessoas a pagar renda neste valor com apenas 60 pessoas, a menor percentagem face ao concelho (15%). Em relação às rendas entre 100€-199,99€ o concelho que apresenta a maior percentagem de pessoas face a todos os concelhos é Cadaval com 115 pessoas (28%), o concelho com a menor percentagem é Sintra com 2.400 pessoas (8%). Nas rendas com o valor de 200€-299,99€ o concelho da Lourinhã apresenta a percentagem mais alta face ao total (40%) 476 pessoas, o concelho com a percentagem mais baixa é Oeiras com 1.113 pessoas (7%). O concelho que apresenta maior número de pessoas com renda entre os 300€-399,99€ é Torres Vedras com 1.503, 35% face ao total. O concelho com o menor número e percentagem é Cascais (2.525) e Lisboa (12.686) com 13%. No concelho de Sintra apresenta-se o maior número de pessoas com rendas equivalente a 400€-499,99€, 5.441 pessoas (18%), os concelhos com o menor número de pessoas a pagar rendas neste valor são Cadaval (10) e Lourinhã (26) ambos com uma percentagem de 2% face ao total. Cascais é o concelho que têm o maior número de pessoas a pagar rendas de 500€ ou mais, com 6.184 pessoas que equivale a 31% do total, por outro lado o concelho de Cadaval tem a menor percentagem com apenas 3 pessoas a pagar rendas neste valor (1%).

Tabela 45: Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos

Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos 2011							
	Total	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 499,99€	500€ ou mais
Distrito de Lisboa	253 532	83 671	29 401	26 170	46 931	26 214	41 145
Alenquer	2 185	530	235	476	612	233	99
Amadora	21 833	81 68	2 041	2113	5 093	2 695	1 723
Arruda dos Vinhos	738	197	88	161	191	73	28
Azambuja	990	244	105	242	295	64	40
Cadaval	408	60	115	159	61	10	3
Cascais	19 859	5 118	1 989	1 653	2 525	2 390	6 184
Lisboa	100 241	38 809	14 196	7 927	12 686	6 796	19 827
Loures	23 368	7 412	2 580	3 191	5 686	2 384	2 115
Lourinhã	1 199	211	213	476	247	26	26
Mafra	4 991	904	459	884	1 404	613	727
Odivelas	15 013	5 014	1 552	1 954	3 064	1 992	1 437
Oeiras	16 674	5 031	1 845	1 113	2 769	1 885	4 031
Sintra	30 060	7 087	2 400	3 394	8 074	5 441	3 664
Sobral do Monte Agraço	630	103	76	206	204	20	21
Torres Vedras	4 248	710	391	728	1 503	430	486
Vila Franca de Xira	11 095	4 073	1 116	1 493	2 517	1 162	734

Fonte: PORDATA

6.4 Alojamento segundo o tipo e forma de ocupação

A tabela 46 refere-se ao alojamento segundo tipo e forma de ocupação no distrito de Lisboa em 2013. No total o distrito de Lisboa tem 1.182.453 alojamentos, dos quais 1.029.467 (87,2%) estão ocupados, 27.583 (2,3%) vagos para aluguer e 125.403 (10,6%) vagos para outros casos. Em termos percentuais o concelho de Lisboa tem cerca de 27,3% do total de alojamentos face ao distrito, é o concelho com o maior número de alojamentos (322.865) seguido de Sintra com 182.489 alojamentos (15,4%). O concelho de Cadaval tem 90,5% dos alojamentos ocupados a maior percentagem de todos os concelhos, por outro lado Sobral de Monte Agraço tem a menor percentagem de 82,1%. Dos alojamentos vagos para aluguer o concelho de Lisboa tem a maior percentagem com 3,4%, e Sobral de Monte Agraço a menor percentagem com 1,2%. Em relação aos alojamentos vagos para outros casos Sobral de Monte Agraço tem a maior percentagem com 16,6% e Odivelas é o concelho onde a percentagem deste tipo de alojamentos se encontra em menor, com 8%.

Tabela 46: Alojamento segundo o tipo e forma de ocupação

Alojamento segundo o tipo e forma de ocupação (nº) 2013				
	Total	Ocupados	Vagos para aluguer	Vagos outros casos
Distrito de Lisboa	1 182 453	1 029 467	27 583	125 403
Alenquer	23 530	19 542	391	3 597
Amadora	87 939	78 636	1 425	7 878
Arruda dos Vinhos	6 703	5 714	102	887
Azambuja	11 913	9 946	178	1 789
Cadaval	8 731	7 902	119	710
Cascais	108 840	95 156	2 169	11 515
Lisboa	322 865	272 656	10 903	39 306
Loures	99 060	87 390	2 132	9 538
Lourinhã	17 004	14 574	377	2 053
Mafra	42 867	37 898	922	4 047
Odivelas	69 042	62 068	1 432	5 542
Oeiras	86 015	77 340	1 240	7 435
Sintra	182 489	159 357	4 229	18 903
Sobral do Monte Agraço	5 294	4 347	66	881
Torres Vedras	45 242	39 293	918	5 031
Vila Franca de Xira	64 919	57 648	980	6 291

Fonte: PORDATA

6.5 Alojamentos familiares clássicos sobrelotados

Segundo a tabela 47 demonstra, o distrito de Lisboa tem 124.619 alojamentos familiares sobrelotados no ano de 2011. O concelho de Lisboa e Sintra são os que apresentam maior número de alojamentos sobrelotados, enquanto Cadaval e Sobral de Monte Agraço são os concelhos com menor número de alojamentos sobrelotados.

Tabela 47: Alojamentos familiares clássicos sobrelotados

Alojamentos familiares clássicos sobrelotados (nº) 2011	
	Total
Distrito de Lisboa	124 619
Alenquer	1 922
Amadora	13 580
Arruda dos Vinhos	534
Azambuja	953
Cadaval	396
Cascais	10 044
Lisboa	30 704
Loures	12 104
Lourinhã	1 055
Mafra	2 954
Odivelas	8 439
Oeiras	8 379
Sintra	23 128
Sobral do Monte Agraço	397
Torres Vedras	3 416
Vila Franca de Xira	6 614

Fonte: PORDATA

5. 7. Justiça e Segurança

7.1 Violência Doméstica contra cônjuge e análogos

A tabela 48 demonstra o nº de casos de violência doméstica contra cônjuges e análogos no ano de 2013. No geral o distrito de Lisboa teve em 2013, 4.873 casos de violência doméstica. O concelho com o maior número de casos foi Lisboa com 1.464 e Loures com 654. Por outro lado os concelhos que registam um menor número de casos são Cadaval com 16 casos e Sobral de Monte Agraço com 13 casos. Estes valores justificam-se devido às elevadas concentrações populacionais no concelho de Lisboa onde os casos aumentam devido à elevada concentração populacional, por outro lado nos concelhos com menos casos a população é também minoritária.

Tabela 48: Violência Doméstica contra cônjuge e análogos

Violência Doméstica contra cônjuge e análogos (nº) 2013	
Distrito de Lisboa	4 873
Alenquer	64
Amadora	275
Arruda dos Vinhos	18
Azambuja	47
Cadaval	16
Cascais	450
Lisboa	1 464
Loures	654
Lourinhã	31
Mafra	94
Odivelas	332
Oeiras	483
Sintra	487
Sobral de Monte Agraço	13
Torres Vedras	123
Vila Franca de Xira	322

Fonte: PORDATA

7.2 Violência Doméstica (participações à GNR e PSP)

A tabela 49 mostra o número de participações de casos de violência doméstica à GNR e PSP em 2013. No total de distrito foram contabilizados 4.873 casos de violência doméstica reportados à polícia. O concelho de Lisboa têm o maior número de casos participados, e Sobral de Monte Agraço o menor número de participações. Estes números são proporcionais com a concentração populacional, pois os concelhos com maiores números de participações são os que têm uma maior concentração populacional.

Tabela 49: Violência Doméstica- participações à GNR e PSP

Violência Doméstica- participações à GNR e PSP (nº) 2013	
Distrito de Lisboa	4873
Alenquer	64
Amadora	275
Arruda dos Vinhos	18
Azambuja	47
Cadaval	16
Cascais	450
Lisboa	1 464
Loures	654
Lourinhã	31
Mafra	94
Odivelas	332
Oeiras	483
Sintra	487
Sobral de Monte Agraço	13
Torres Vedras	123
Vila Franca de Xira	322

Fonte: PORDATA

7.3 Taxa de Criminalidade/criminalidade violenta e grave

De acordo com a tabela 50 o total de crimes registados pela polícia em 2013 no distrito de Lisboa foi de 90.572, dos quais os crimes de furto em veículo motorizado foram cerca de 9,7% do total de crimes, seguido do crime de violência doméstica, cerca de 5,4% do total de crimes registados, os furtos em residência foram 4,2% e o furto em edifícios comerciais de 2%. O concelho de Lisboa regista o maior número de crimes de todos os concelhos, proporcional com a elevada concentração populacional do concelho. Em todos os concelhos os crimes de furto em edifícios comerciais/industriais têm os números e as percentagens mais baixas das tipologias de crimes apresentadas na tabela. O crime de furto em veículo motorizado é o crime com maior prevalência em todos os concelhos, com maior percentagem nos concelhos da Amadora (8,1%), Cascais (13,6%), Lisboa (9,7%), Mafra (12,9%), Odivelas (11,2%) e Sintra (11,4%). O furto a residência tem maior percentagem nos concelhos de Alenquer (6,6%), Arruda dos Vinhos (8,3%), Cadaval (14,4%), Lourinhã (9,3%), Sobral de Monte Agraço (8,2%), Torres Vedras (7,3%) e Azambuja (7,8%). O crime de violência doméstica encontra-se, dentro do tipo de crimes apresentados na tabela, com maior percentagem nos concelhos de Loures (9%), Oeiras (9,2%) e Vila Franca de Xira (8,5%).

Tabela 50: Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime

Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime 2013					
	Total	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	Furto em veículo motorizado	Furto em residência	Furto em edifício comercial ou industrial
Distrito de Lisboa	90 572	4 873	8 754	3 808	1 717
Alenquer	1 139	64	73	75	33
Amadora	7 246	275	590	166	57
Arruda dos Vinhos	351	18	22	29	6
Azambuja	821	47	45	64	26
Cadaval	479	16	17	69	9
Cascais	6 809	450	927	591	167
Lisboa	⊥ 36 903	⊥ 1 464	⊥ 3 579	⊥ 1 027	⊥ 570
Loures	⊥ 7 270	⊥ 654	⊥ 540	⊥ 288	⊥ 140
Lourinhã	702	31	37	65	15
Mafra	2 196	94	284	205	91
Odivelas	3 742	332	420	188	103
Oeiras	5 231	483	454	190	57
Sintra	11 495	487	1 315	557	275
Sobral de Monte Agraço	329	13	7	27	7
Torres Vedras	2 064	123	146	150	70
Vila Franca de Xira	3 795	322	298	117	91

Fonte: PORDATA

Simbologia: ⊥ Quebra de Série

8. Saúde

8.1 Taxa de Mortalidade

O gráfico 16 mostra a taxa de mortalidade nos concelhos do distrito de Lisboa. O concelho com a maior taxa de mortalidade é o Cadaval com 15,4% e o concelho com a menor taxa de mortalidade é Sintra com 6,8%. Cadaval têm o maior índice de envelhecimento de todos os concelhos (ver tabela 4) o que pode justificar a elevada taxa de mortalidade no concelho. Sintra por outro lado tem um dos índices de envelhecimento mais baixos, e das populações mais jovens.

Gráfico 16: Taxa de Mortalidade

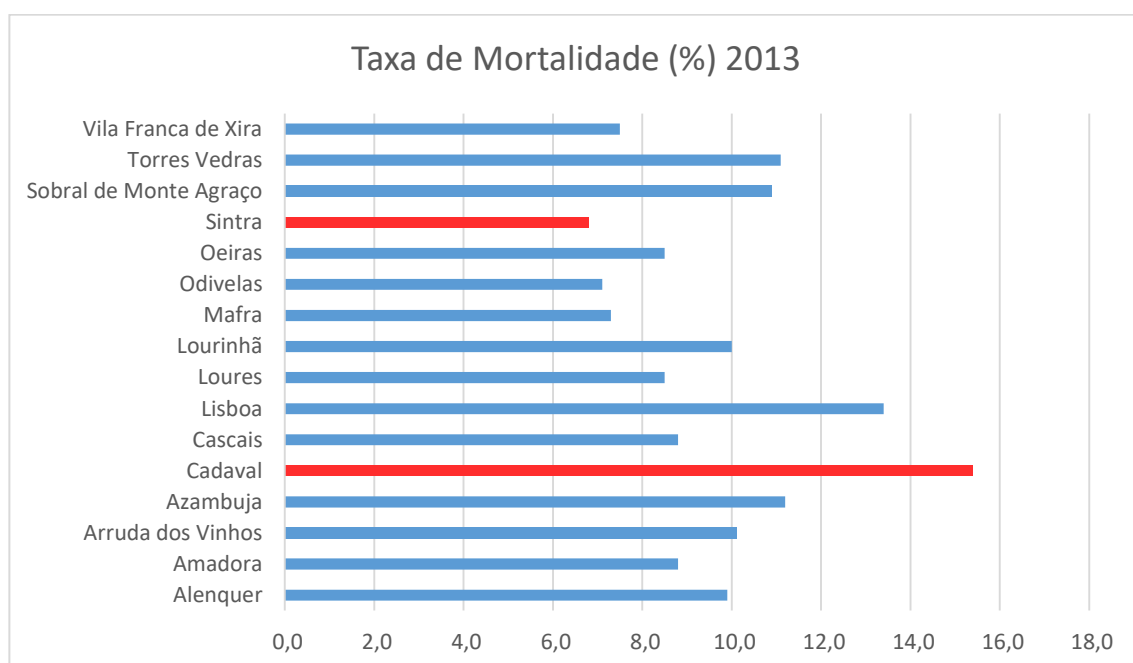


Tabela 51: Taxa de Mortalidade

Taxa de mortalidade (%) 2013	
Distrito de Lisboa	
Alenquer	9,9
Arruda dos Vinhos	10,1
Cadaval	15,4
Lourinhã	10
Sobral de Monte Agraço	10,9
Torres Vedras	11,1
Amadora	8,8
Cascais	8,8
Lisboa	13,4
Loures	8,5
Mafra	7,3
Odivelas	7,1
Oeiras	8,5
Sintra	6,8
Vila Franca de Xira	7,5
Azambuja	11,2

Fonte: PORDATA

8.2 Saúde Mental

Na tabela 52 podemos encontrar os dados da população residente que tem ou já teve depressão na região de Lisboa e Vale do Tejo no ano de 2005/2006. Pode-se afirmar com a análise da tabela 52 que no total cerca de 311.178 pessoas na região de Lisboa e Vale do Tejo já tiveram ou têm depressão. O número de mulheres que tem ou tiveram depressão é bastante superior ao dos homens. Em todas as faixas etárias as mulheres apresentam valores muito superiores ao dos homens, chegando a ser mais do dobro dos casos de depressão masculinos. Dados mais recentes relativamente aos óbitos por suicídio (tabela 53) registam que entre 2009 e 2010 o número de óbitos por suicídios aumentou na região de Lisboa e Vale do Tejo, no Oeste e na Grande Lisboa, o aumento pode ser explicado pelo eclodir da crise económica e social em Portugal que expôs muitas pessoas a situações vulneráveis, como o desemprego, falta de apoios sociais, endividamentos, aumento do custo de vida. No entanto de 2010 para 2011 estes valores tiveram uma ligeira redução, possivelmente pelo alerta dado na população portuguesa em relação aos impactos que doenças como a depressão têm na Saúde mental, esta redução pode ser explicada com o aumento do nível de alerta para estes casos e possíveis apoios e tratamentos, visto que nesta altura o país encontrava-se no auge da crise económica.

Tabela 52: População residente (n.º e %) que tem ou já teve depressão, por sexo e grupo etário, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2005/2006

População residente que tem ou já teve depressão (N.º e %)						
Grupo etário	Total		Masculino		Feminino	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	311 178	8,6	74 585	4,3	236 593	12,7
Menos de 15 anos	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x
15 a 24 anos	6 247	1,5	14 32	0,7	4 815	2,4
25 a 34 anos	47 113	8,1	12 680	4,3	34 432	12
35 a 44 anos	52 659	10,1	7 401	2,9	45 258	17,2
45 a 54 anos	60 397	12,5	16 154	7	44 244	17,6
55 a 64 anos	64 109	14,5	16 112	7,7	47 997	20,5
65 a 74 anos	50 429	14,1	14 761	9,2	35 668	18,1
75 anos ou mais	30 224	11,6	6 046	6,2	24 178	14,7

Fonte: INE, IP/INSA, IP - Quarto Inquérito Nacional de Saúde (2005/2006)

Tabela 53: Óbitos por suicídio (n.º), por local de residência (Região de Lisboa e Vale do Tejo, Oeste, Grande Lisboa) 2009 a 2011, e Taxas de variação (%) 2009 a 2011 e bienal

Óbitos por suicídio (n.º), por local de residência (Região de Lisboa e Vale do Tejo, Oeste, Grande Lisboa) 2009 a 2011, e Taxas de variação (%) 2009 a 2011 e bienal						
Local de residência	Suicídios			Taxa de Variação (%)		
	2009	2010	2011	2009-2010	2010-2011	2009-2011
RLVT	370	418	386	13	-7,7	4,3
Oeste	57	59	50	3,5	-15,3	-12,3
Grande Lisboa	167	206	185	23,4	-10,2	10,8

Fonte: PORDATA

8.3 Tuberculose, doenças respiratórias crônicas e infecções respiratória

Nos casos notificados de doenças de declaração obrigatória no distrito de Lisboa em 2008 enumerados na tabela 54, verifica-se que a tuberculose respiratória perfaz cerca 51,3% dos casos, a doença com maior número de casos. A hepatite por vírus B apresenta 1,8 % dos casos, a doença com menor incidência.

Tabela 54: Casos notificados de doenças de declaração obrigatória (N.º) por Local de residência (Distrito/ Região) e Doenças de declaração obrigatória; Anual- 2008

	Casos notificados de doenças de declaração obrigatória (N.º) por Local de residência (Distrito/ Região) e Doenças de declaração obrigatória; Anual- 2008						
	Doenças de declaração obrigatória						
	Total	Tuberculose respiratória	Outras salmoneloses	Febre escaro-nodular	Parotidite epidémica	Hepatite por vírus B	Outros casos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Distrito de Lisboa	737	378	64	24	18	13	240

Fonte: INE

ANEXO 4



RELATÓRIO ANUAL DE FORMAÇÃO 2015

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório Anual de Formação 2015

Autor

EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Lisboa

Índice

I. Introdução	4
II. Atividade formativa:	
1. Objetivos das ações de formação	5
2. Público-alvo	6
3. Modalidades de formação	6
4. Formas de organização da Formação	6
5. Diagnóstico das necessidades formativas	6
6. Caracterização da intervenção formativa e execução da formação	7
7. Perfil dos formandos	11
III. Avaliação da formação:	
1. Objetivos e metodologias de avaliação e de acompanhamento	18
2. Resultados da avaliação	18
IV. Áreas de melhoria/ações corretivas	21
V. Anexos	22

I. Introdução

Dentro das áreas de intervenção da **EAPN Portugal**, a formação tem-se revelado dinâmica e com uma grande capacidade de mobilização. O número de solicitações de informação relacionado com o Plano de Formação e o número de inscrições recebidas é um bom indicador desta constatação. O desafio que se coloca ao Núcleo é o de conseguir dar resposta às solicitações, tendo sempre em conta que, o planeamento das intervenções formativas, deve, por um lado, responder às necessidades espelhadas pelos membros do Núcleo, e, por outro, promover a aquisição de novos instrumentos, sensibilizar e esclarecer por forma a modificar representações sociais existentes sobre as questões e os modelos de intervenção sobre a pobreza e a exclusão social, alterar práticas institucionais de intervenção social, identificando novas formas de ação, e contribuir para práticas inovadoras.

Assim sendo, o objetivo geral das ações de formação organizadas pelo Núcleo prende-se com a promoção da aquisição de conhecimentos e competências nas áreas identificadas pelos membros do Núcleo, tal como foi referido anteriormente, e pelas necessidades formativas identificadas pelos formandos.

O Plano de Formação de 2015 do **Núcleo Distrital de Lisboa da EAPN / Portugal** previa 84 horas de formação, divididas por três ações 24 horas para o **Ciclo de workshops formativos**. No entanto, assinámos seis protocolos (dois com a Câmara Municipal da Amadora, um com o CEPAC, um com a GEBALIS, um com a SCML e um com a Câmara Municipal de Oeiras) num total de 175 horas, e além destas, organizámos no âmbito do Ciclo de *Workshops* Formativos, mais três workshops, num total de 18 horas, e mais 2 ações de formação, com o tema Angariação de fundos, com um total de 36 horas. Ou seja, durante 2015, o Núcleo realizou um total de 271 horas.

Este relatório pretende fazer um balanço da execução desta área de intervenção do **Núcleo Distrital de Lisboa**. Nomeadamente, serão avaliados os seguintes pontos: a atividade formativa, desde a conceção do Plano de Formação à sua operacionalização e os seus impactos imediatos. É feita uma análise global do

perfil dos formandos, dos processos de divulgação e uma avaliação da formação, bem como uma reflexão sobre as áreas de melhoria.

II. Atividade formativa

1. Objetivos das ações de formação

No quadro das atividades da **EAPN Portugal**, tal como se sabe, a formação é considerada como uma atividade fundamental para o cumprimento dos objetivos formativos que se pretendem atingir, encarados como princípios estratégicos, consubstanciam-se em:

- Capacitar e qualificar os agentes sociais e institucionais para um trabalho mais eficaz;
- Sensibilizar e esclarecer de forma a modificar representações sociais existentes sobre as questões e os modelos de intervenção sobre a pobreza e exclusão social;
- Contribuir para a alteração de práticas institucionais de intervenção social, identificando novas formas de ação e procurando identificar práticas inovadoras;
- Desenvolver uma nova postura de ação junto dos nossos associados através do debate e discussão de problemáticas inerentes à intervenção social em rede.

A importância deste pilar na organização tem vindo a ser reconhecida publicamente pelo Instituto para a Qualidade na Formação que tem acreditado a EAPN Portugal enquanto entidade formadora desde 1997. No último processo de acreditação – com efeitos a partir de Maio de 2010 - foi reconhecida a competência da organização nos seguintes domínios:

- Planeamento de intervenções ou atividades formativas;
- Conceção de intervenções, programas, instrumentos e suportes formativos;
- Organização e promoção de intervenções ou atividades formativas;
- Desenvolvimento/execução de intervenções ou atividades formativas;

- Outras formas de intervenção sociocultural ou pedagógica, preparatórias ou complementares da atividade formativa ou facilitadoras do processo de socialização profissional.

2. Público-alvo

As ações de formação organizadas pela **EAPN Portugal** tiveram como público-alvo os técnicos, dirigentes, voluntários e outros colaboradores com ação direta nas organizações de intervenção social.

3. Modalidades de formação

A modalidade de formação é determinada pelas características e necessidades específicas do público-alvo e pela natureza dos objetivos de aprendizagem apostando numa formação contínua/de atualização presencial. A mudança social e organizacional impõe que a formação dê a conhecer novas metodologias, novos instrumentos, em suma, que contribua para a atualização de conhecimentos e de boas práticas, melhorando as práticas profissionais.

4. Formas de organização da Formação

A forma de organização adequada a esta modalidade de formação é a formação-ação, de caráter presencial e centrada em metodologias dinâmicas e de grupo, favorecendo a autonomia e o desenvolvimento pessoal através de trocas de experiências organizacionais e pessoais.

5. Diagnóstico das necessidades formativas

No final de cada ação de formação procedeu-se a uma auscultação das necessidades formativas, através de um questionário, que tem como preocupação fundamental a fundamentação e seleção da oferta formativa do Núcleo.

Com base nos Diagnósticos de Necessidades Formativas recolhidos em 2014 e, juntamente, com os associados em reuniões de Núcleo alargadas, escolheram-se os temas das ações programadas. Desta

forma, procurou-se responder às solicitações dos associados e promover a aquisição de conhecimentos e competências em áreas relacionadas com a atividade dos associados da EAPN Portugal, aumentando, sobretudo, a eficácia das intervenções.

6. Caraterização da intervenção formativa e execução da formação

O Plano de Formação, delineado pelo Núcleo, previa a realização das seguintes ações de formação:

Quadro 1: Plano de formação 2015

Ação de formação	Duração (horas)	Data	Formador/a
Perspetivar o novo período de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)	24	Fevereiro	Susana Monteiro
Angariação de fundos	12	Março	João Mesquita
Intervenção em crise em Saúde mental Comunitária	6	Abril	Maria João Vargas
Toxicod dependência na perspetiva da redução de danos	6	Maio	Américo Nave
Intervenção na crise em processos de envelhecimento	6	Maio	Pedro Macedo
Intervenção em Situação de crise no pós-reclusão	6	Junho	José Brites
Intervenção Sistémica com Famílias	18	Setembro, Outubro	Catarina Rivero
Total	84		

Devido ao número elevado de inscrições na ação de formação *Angariação de fundos* foram organizadas mais duas ações, tendo sucedido o mesmo com duas outras ações previstas no Ciclo de workshops formativos, mais uma no caso da *Intervenção na crise em processos de envelhecimento* e mais duas no caso da *Intervenção em crise em Saúde mental Comunitária*. Por outro lado, foram formalizados seis protocolos de cooperação, a saber: com a Câmara Municipal da Amadora para uma ação de 24 horas com o tema *Gestão de Casos como estratégia colaborativa na intervenção com clientes muito vulneráveis*; com a

Câmara Municipal de Oeiras com uma ação de 21 horas com o tema *Avaliação do Impacto de Projetos Sociais*; com a GEBALIS para uma ação de 24 horas com o tema *Planear, Intervir e Avaliar*, com o CEPAC, no âmbito de uma candidatura ao FEINT, abrangendo quatro ações, com os temas, *Resolução de conflitos, Ética e Sigilo Profissional na Intervenção Social e Atendimento ao Cliente e estratégias de comunicação e Interculturalidade*, com um total de 48 horas; um outro com a Câmara Municipal da Amadora, também no âmbito do FEINT, com um total de 44 horas e que abrangeu os seguintes temas: *a Lei da imigração, Sensibilização sobre a Lei da Imigração, Especificidades culturais dos grupos residentes na Amadora e Lei da imigração e especificidades culturais*; e finalmente um com a SCML, com o tema _____ que previa duas ações com um total de 14 horas.

Posto isto, foi necessário reajustar o Plano de Formação Anual e o Núcleo organizou 14 ações de formação e 17 workshops, num total de 295 horas de formação, abrangendo 500 formandos.

Quadro 2: Formação executada em 2015

Ação de formação	Duração (horas)	Data	Formador/a
Perspetivar o novo período de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)	24	Fevereiro	Susana Monteiro
Angariação de fundos	12	Março	João Mesquita
Resolução de conflitos	12	Março/ Abril	Susana Maria
Ética e Sigilo Profissional na Intervenção Social	6	Abril	Catarina Rivero
Angariação de fundos	12	Abril	João Mesquita
Atendimento ao Cliente e Estratégias de Comunicação	18	Abril	Catarina Rivero
Intervenção em crise em Saúde mental Comunitária	6	Abril	Maria João Vargas

Intervenção na crise em processos de envelhecimento	6	Maio	Pedro Macedo
Lei da Imigração	4	Maio	Dina Cruz
Lei da Imigração	4	Maio	Dina Cruz
Lei da Imigração	4	Maio	Dina Cruz
Toxicodependência na perspetiva da redução de danos	6	Maio	Américo Nave
Lei da Imigração	4	Maio	Dina Cruz
Lei da Imigração	4	Maio	Dina Cruz
Lei da Imigração	4	Maio	Dina Cruz
Intervenção em crise em Saúde mental Comunitária	6	Maio	Maria João Vargas
Angariação de fundos	12	Maio	João Mesquita
Intervenção na crise em processos de envelhecimento	6	Junho	Pedro Macedo
Sensibilização sobre a Lei da Imigração	4	Junho	Dina Cruz
Interculturalidade	12	Junho	Dina Cruz
Especificidades culturais dos grupos residentes na Amadora	4	Junho	Dina Cruz
Lei da Imigração e Especificidades culturais	4	Junho	Dina Cruz
Intervenção em Situação de crise no pós-reclusão	6	Junho	José Brites
Especificidades culturais dos grupos residentes na Amadora	4	Junho	Dina Cruz
Especificidades culturais dos grupos residentes na Amadora	4	Junho	Dina Cruz
Ecomapa e Genograma	7	Julho	Catarina Rivero
Ecomapa e Genograma	7	Setembro	Catarina Rivero
Intervenção Sistémica com Famílias	18	Setembro, Outubro	Catarina Rivero
Planear, Intervir e Avaliar	24	Setembro, Outubro	Maria João Vargas, Paulo Teixeira, João Mesquita

Avaliação do Impacto de Projetos Sociais	21	Novembro	Paulo Teixeira
Intervenção em crise em Saúde mental Comunitária	6	Novembro	Maria João Moniz
Gestão de Casos como estratégia colaborativa na intervenção com clientes muito vulneráveis	24	Novembro, Dezembro	Sofia Rodrigues
Total	183		

Os objetivos gerais e a escolha dos formadores foram feitos pelos membros do Núcleo nas reuniões alargadas. Quanto aos conteúdos programáticos, foram discutidos e definidos com os formadores. Os contactos com os formadores para a calendarização e programação das diferentes ações de formação foram tarefas desenvolvidas ao longo do ano pela técnica afeta ao Núcleo.

A organização dos dossiês pedagógicos foram assegurados pela técnica do Núcleo, que esteve presente nas sessões prestando apoio ao nível do secretariado. Foram, também, produzidos contratos de formação para os formandos, por indicação da DGERT.

Sempre que disponibilizados pelos formadores, os conteúdos das ações de formação foram fotocopiados ou copiados para CD e fornecidos aos formandos.

No final de cada sessão, foi entregue aos formadores e aos formandos um inquérito de avaliação. Dos dados recolhidos será feita a sua análise nos pontos seguintes deste relatório. Apesar de terem sido entregues inquéritos de avaliação a todos os formandos, nem todos os entregaram. Foram feitos e enviados aos participantes das diferentes formações, um certificado de participação. Para a sua obtenção foi necessário que o grau de assiduidade fosse igual ou superior a 80% do tempo previsto.

Nas diferentes sessões foi sempre entregue aos formandos um questionário de diagnóstico das necessidades formativas. Estes questionários, depois de analisados, têm influenciado a delineação do Plano de Formação, no que diz respeito aos temas a abordar.

A técnica, enquanto, coordenadora pedagógica, procedeu ao registo das Grelhas de Observação. A divulgação das ações planeadas no Plano de Formação foi da responsabilidade da técnica do Núcleo. Para todas as ações de formação foram feitas bases de dados temáticas para uma divulgação mais eficaz, assim como, os respetivos folhetos de divulgação. A divulgação foi feita por *email* e alcançou cerca de 2805 entidades e pessoas singulares.

Quadro 3: Divulgação das ações de formação por correio electrónico

Entidades	
Misericórdias	46
Centros Sociais e Paroquiais	101
ONGs	735
Câmaras Municipais	70
Juntas de Freguesia	257
Outros organismos	121
Associados	198
Escolas/universidades	68
Pessoas singulares	1027
Fundações	40
Organismos Públicos	142
Total	2805

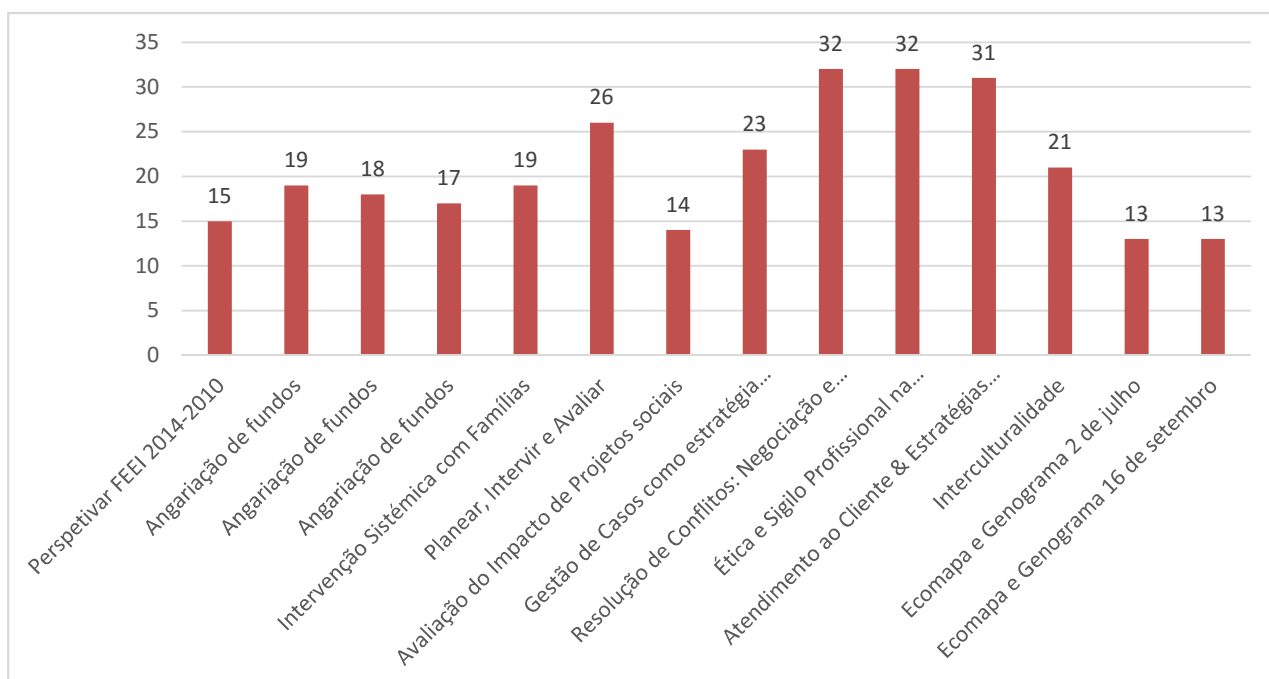
As ações de formação foram, também, divulgadas pelo *site* da EAPN Portugal, da Plataforma Portuguesa das ONGD e pela Rede Social de Lisboa.

As metodologias de formação identificadas foram participativas, expositivas e recorreram a dinâmicas de grupo. Quanto à estratégia avaliativa adotada pelo Núcleo, esta propôs-se a entregar aos formadores e aos formandos um inquérito de avaliação no final de cada ação de formação, também já mencionado. As metodologias de formação adotadas permitiram, sobretudo, que os participantes partilhassem as suas experiências profissionais e institucionais, contribuindo para a divulgação de boas práticas institucionais.

7. Perfil dos formandos

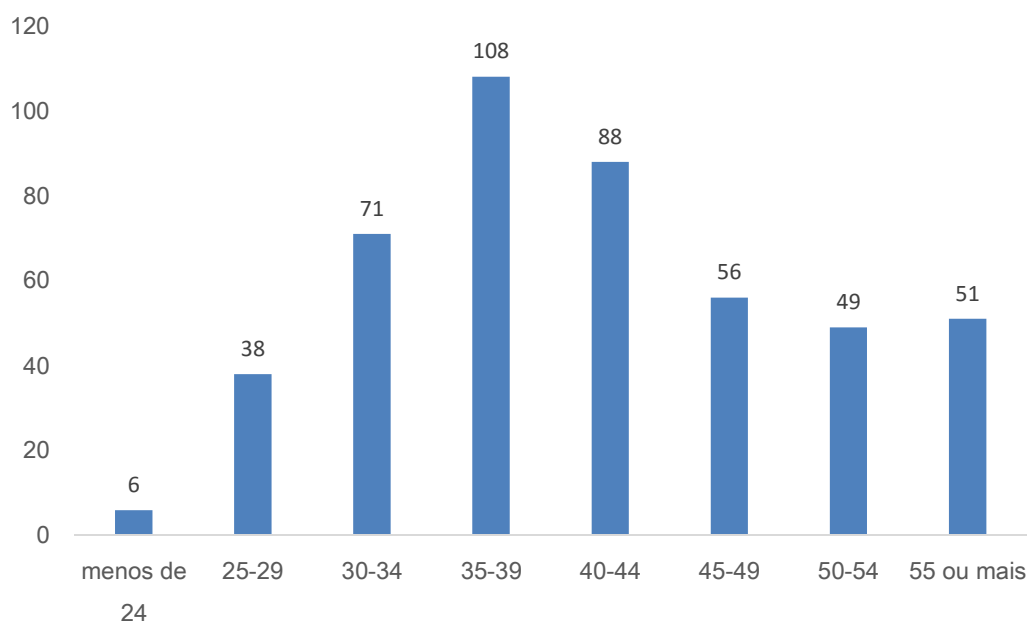
O número de participantes nem sempre correspondeu ao número de inscritos. No gráfico que se segue, optou-se por contabilizar somente aqueles que participaram e entregaram ficha de formando.

Gráfico 1: Número de participantes por ação



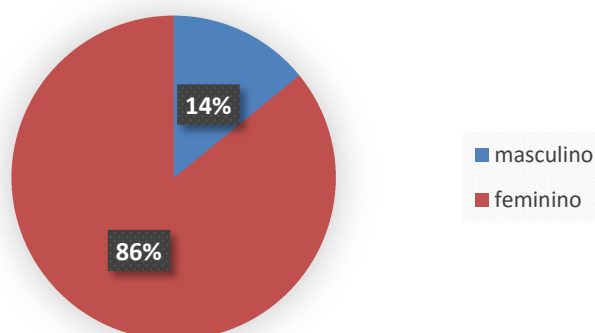
O gráfico 2 apresenta a distribuição dos participantes por faixa etária. A média de idades foi de 41 anos.

Gráfico 2: Distribuição etária dos participantes (nº de participantes/faixa etária)



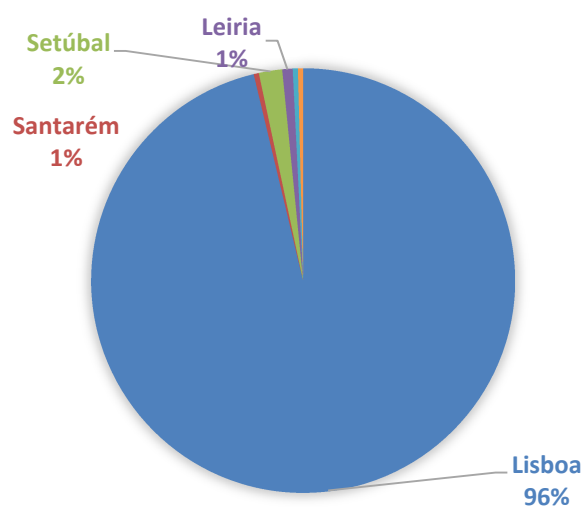
Apenas 66 dos participantes eram do sexo masculino.

Gráfico 3: Distribuição dos participantes por género



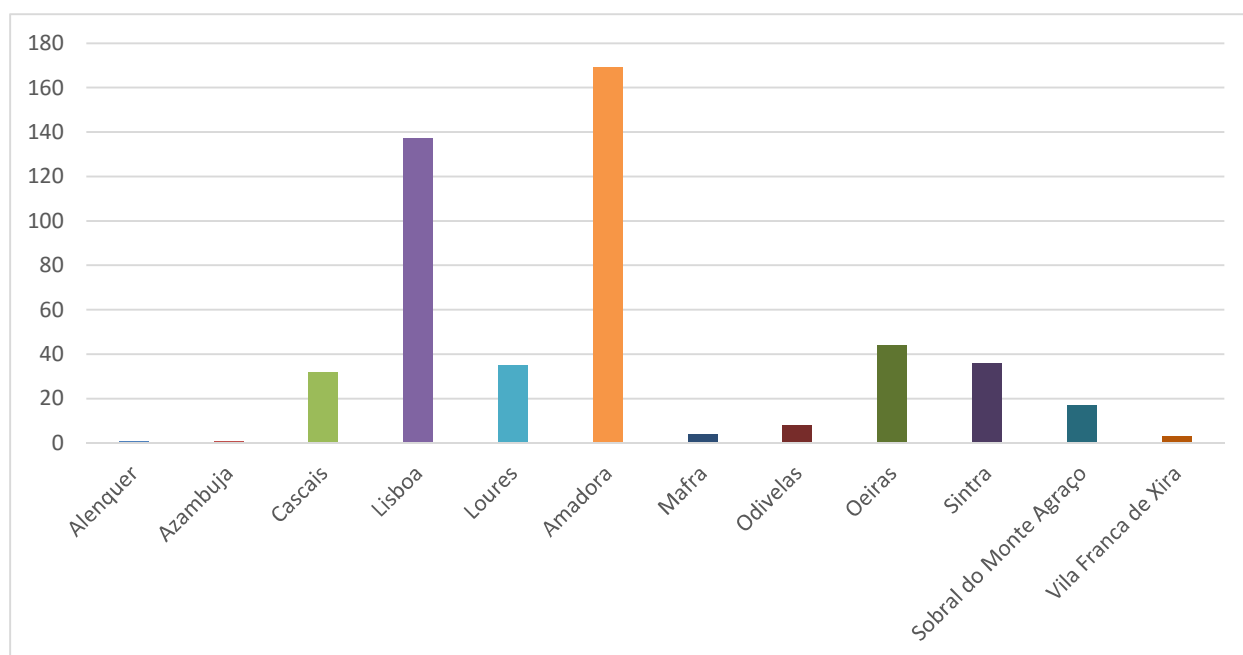
Quanto à distribuição geográfica, constatamos que 96% das entidades que participaram nas ações de formação são do distrito de Lisboa, 2% do distrito de Setúbal, 1% do distrito de Leiria e Santarém.

Gráfico 4: Distribuição dos participantes por distrito



No que diz respeito à participação no distrito de Lisboa, podemos constatar que as ações de formação, no distrito de Lisboa, abrangeram 12 concelhos, sendo o concelho da Amadora o que teve mais participantes, seguindo-se o concelho de Lisboa com 28% dos participantes e Oeiras com 9%.

Gráfico 5: Distribuição dos participantes por concelho no distrito de Lisboa



Participaram nas diferentes ações de formação 153 entidades.

Quadro 2: Entidades que frequentaram a formação

Entidades	Nº de participantes
ABA	1
ACES Amadora	11
ACES Lisboa	4
ACITMMM	1
Acreditar	3
ADFA	1
AFID	1
AIDGLOBAL	1
Agrupamento Escolas Amadora 3	5
Agrupamento Escolas de Alfofnelos	5
Agrupamento Escolas Damaia	2
Agrupamento Escolas D.João V	6
Agrupamento Escolas Mães d'Água	2
Agrupamento Escolas Miguel Torga	6
Agrupamento Vertical Almeida Garret	1
AJEJDeus	1
Ajuda de Mãe	1

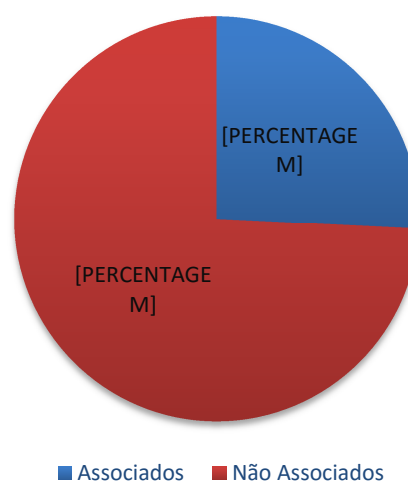
ALPM	1
AMU	1
APPACDM de Lisboa	2
APF	2
APERCIM	1
ARIA	3
Associação Beneficência Evangélica	2
Associação Crianças SOS de Portugal	1
Associação Cultural Moinho da Juventude	2
Associação Fénix	1
Associação Freixe Luminoso	1
Associação do Hospital Civil em Alhandra	1
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sintra	1
Associação Luis Pereira da Mota	3
Associação de Deficientes das Forças Armadas	4
Associação de Desenvolvimento de Espinho	1
Associação Meninos de Ouro	2
Associação Olho Vivo	1
Associação Olhar com Saber	2
Associação o Ninho	8
Associação Passo a Passo	2
Associação Planeamento da Família	1
Associação Portuguesa de Apoio e Prevenção à Sida	1
Associação Portuguesa do Síndrome de Asperger	1
Associação Promoção Desenvolvimento Juvenil	1
Associação Reformados, Pensionistas e Idosos da Buraca	2
Associação Remédios do Riso	1
BIPP inclusão para a deficiência	3
BVLA	1
CAIS	3
Câmara Municipal da Amadora	3
Câmara Municipal de Aljezur	2
Câmara Municipal da Azambuja	1
Câmara Municipal de Cascais	4
Câmara Municipal de Lisboa	3
Câmara Municipal de Loures	6
Câmara Municipal de Oeiras	24
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	3

Casa da Boavista	1
Casa das Marés	1
Casa da Praia	1
Casa do Gaiato de Lisboa	2
CASA Centro de Apoio ao Sem-Abrigo	1
Casa Seis	3
Cascais Envolvente	1
Cáritas Diocesana de Lisboa	1
CECD Mira Sintra	1
CEPAC	16
Centro de Assistência Paroquial da Amora	1
Centro Comunitário Arrentela	3
Centro Comunitário Santo António de Cavaleiros	4
Centro Cultural e Social de Santo António dos Cavaleiros	1
Centro de Alzheimer Portugal	1
Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Alcântara	3
Centro Paroquial Estoril	1
Centro Social Paroquial São Romão de Carnaxide	10
Centro Social Paroquial N.º Sr.ª Carmo do Alto	1
Centro Social Paroquial de Moscavide	7
Centro Social da Musgueira	3
Centro Social da Sagrada Família	2
Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Encarnação	1
Centro Social Paroquial N.ª Sra. Penha de França	1
Centro Social Paroquial N.ª Sra. Porto Salvo	2
Centro Social Paroquial da Póvoa Sto. Adrião	1
CERCI Lisboa	2
CESIS	2
Clube das Mulheres	1
Clube Gaivotas da Torre- Associação Juvenil	6
COMDIGNITATIS	1
Comunidade Vida e Paz	15
Cooperativa	3
Coração sem Fronteiras	1
Cresce Jardim Infantil o Caracol	1
Cruz Vermelha Portuguesa	13
Escola/Jardim de Infância 1º ciclo Alice Vieira	1
Escola EB1/Jardim de Infância da Brandoa	1

Escola EB23 Miguel Torga	2
Escola Prof. Pedro D'orey da Cunha	2
Escola Secundária de Peniche	2
Fundação Aju	3
Fundação AMI	1
Fundação Champagnat	1
Fundação Ciência e Tecnologia	1
Fundação Fé e Cooperação	1
Fundação O Século	3
Fundação Pão-de-Açúcar Auchan	1
Fundação S.João de Deus	1
GAT IN Mouraria Migrantes	1
GEBALIS	26
GEOTA	1
GIRA	5
Habicuidados	1
Hospital Fernando Fonseca	2
Infantário do Povo	2
Instituto de Apoio à Criança	2
Inválidos do Comércio	1
IKEA	1
ISS, IP	26
JRS	1
Junta de Freguesia de Arroios	2
Junta de Freguesia de Campolide	1
Junta de Freguesia da Falagueira Venda Nova	2
Junta de Freguesia de Marvila	1
Junta de Freguesia de Odivelas	2
Junta de Freguesia de Queluz e Belas	2
Junta de Freguesia da Venteira	2
LATI	1
Liga dos Combatentes	5
Médicos do Mundo	1
Ministério da Educação	1
MSV	2
OIKOS	1
Orientar - Associação Intervenção e Mudança	1
Pingo Doce SA	2

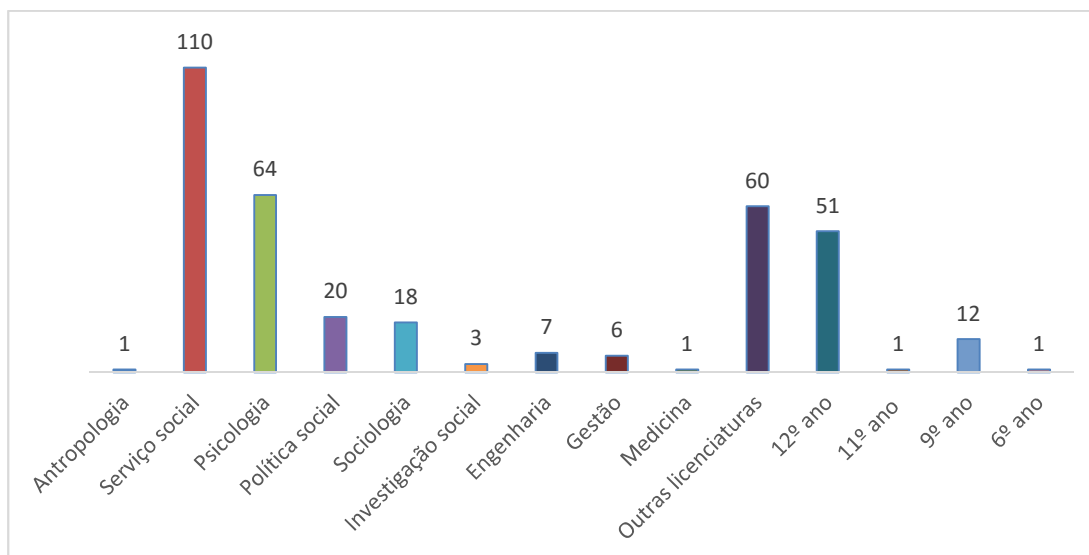
Recomeço	4
Santa Casa da Misericórdia da Amadora	11
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	22
Santa Casa da Misericórdia de Sintra	1
Santa Casa da Misericórdia Sobral de M. Agraço	3
Santa Casa Misericórdia Venda do Pinheiro	1
Serve the City	1
SFRAA	2
Sociedade de Beneficiencia e Intrução á Voz do Operário	1
Sociedade Portuguesa Grupanálise	2
União de Freguesias de Algés Linda-a-velha e Cruz Quebrada	2
União de Freguesias do Cacém e São Marcos	2
União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão	3
UCSP Brandoa	3
UCSP Amadora	3
USF Alma Mater	2
USF Amadora	1
USF Conde de Lousã	2
USF Venda Nova	3
União de Freguesias de Sto. António de Cavaleiros e Frielas	2
Zambeze Restaurante SA	1

Gráfico 6: Distribuição dos participantes por associados e não associados



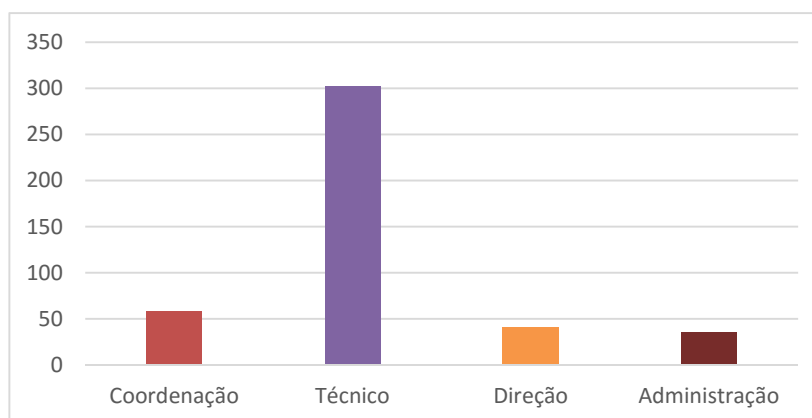
As habilitações literárias dos formandos são bastante diversificadas, predominando os participantes licenciados em áreas das ciências sociais.

Gráfico 7: Distribuição dos formandos por habilitações literárias



Quanto à distribuição dos participantes por cargo/função, podemos constatar que a maioria dos participantes ocupa cargos de técnico e coordenação.

Gráfico 8: Distribuição dos participantes por cargo/função que ocupam na Entidade



III. Avaliação da Formação

1. Objetivos e metodologias de avaliação e de acompanhamento

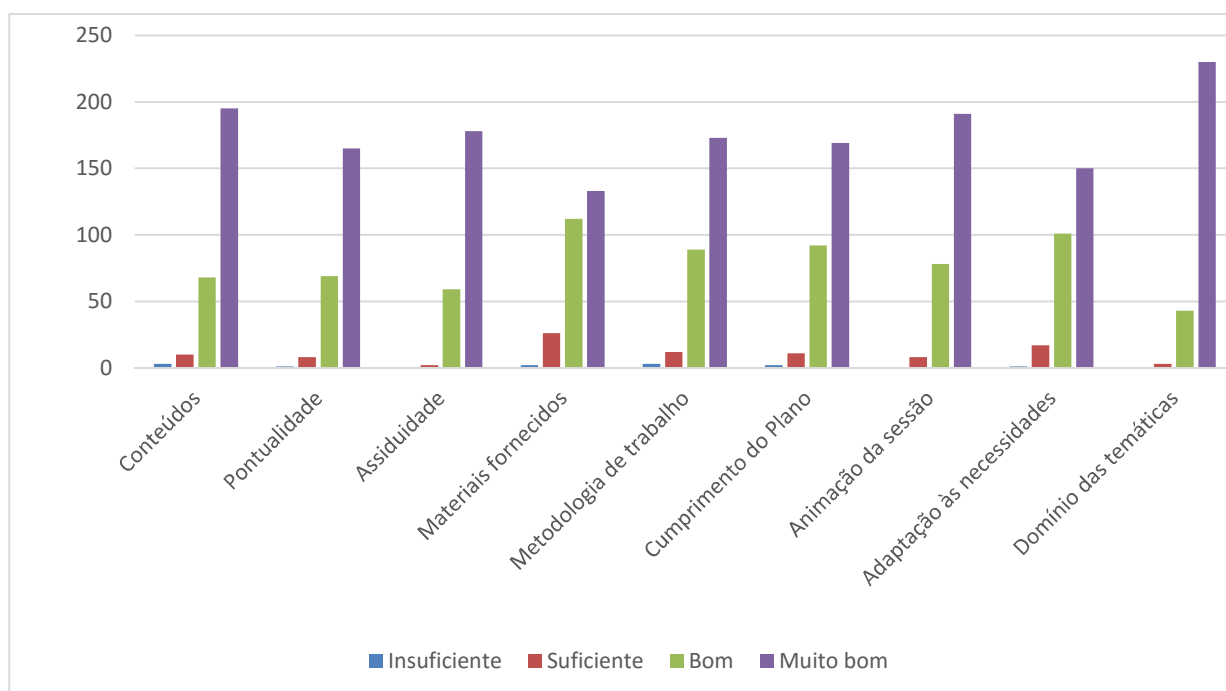
A avaliação das ações de formação foram feitas através do método de “Avaliação de reação”, ou seja, foi pedido aos formandos e aos formadores que respondessem a um questionário que pretendia avaliar as condições em que as ações de formação decorreram, os conteúdos programáticos, recursos disponíveis, o desempenho do formador e/ou dos formandos. O objetivo foi aferir a necessidade de, eventualmente, introduzir correções em todo o processo formativo.

2. Resultados da avaliação

2.1. A avaliação realizada pelos formandos

As ações de formação contaram com um total de 293 formandos, sendo que nem todos entregaram o questionário da avaliação. Da sua análise apuramos os seguintes resultados:

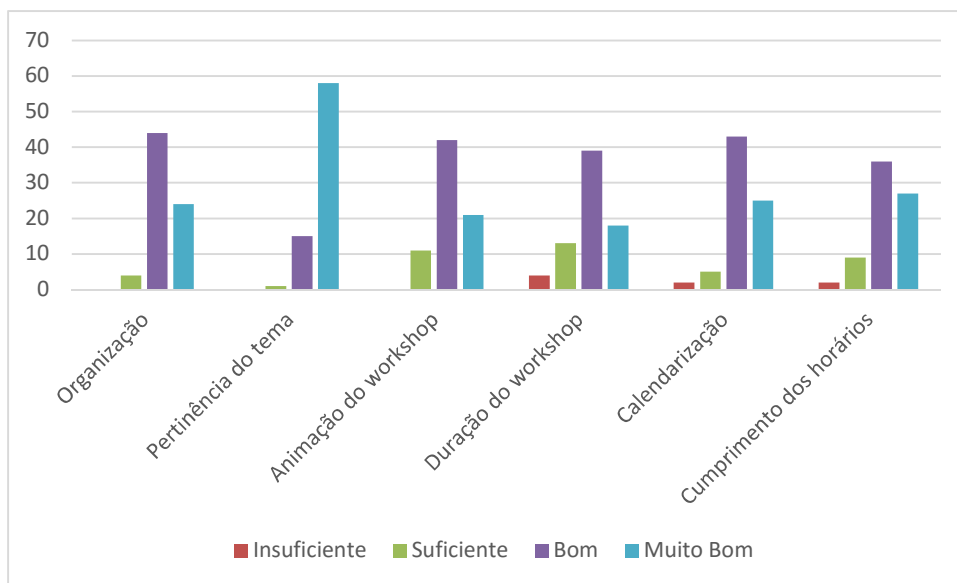
Gráfico 9: Elementos temáticos e pedagógicos avaliados pelos formandos



Os elementos temáticos e pedagógicos avaliados pelos formandos apresentam uma classificação geral entre o “muito bom” e o “bom”.

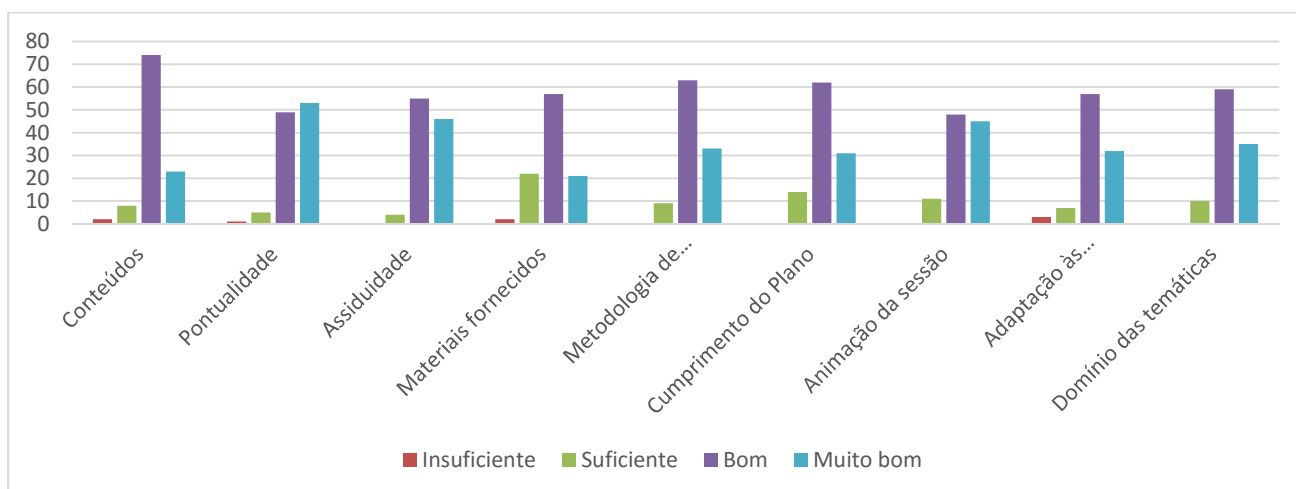
Os Workshops contaram com um total de 100 formandos, sendo que nem todos entregaram o questionário da avaliação. Da sua análise apuramos os seguintes resultados:

Gráfico 10: Elementos temáticos e pedagógicos avaliados pelos formandos nos Workshops



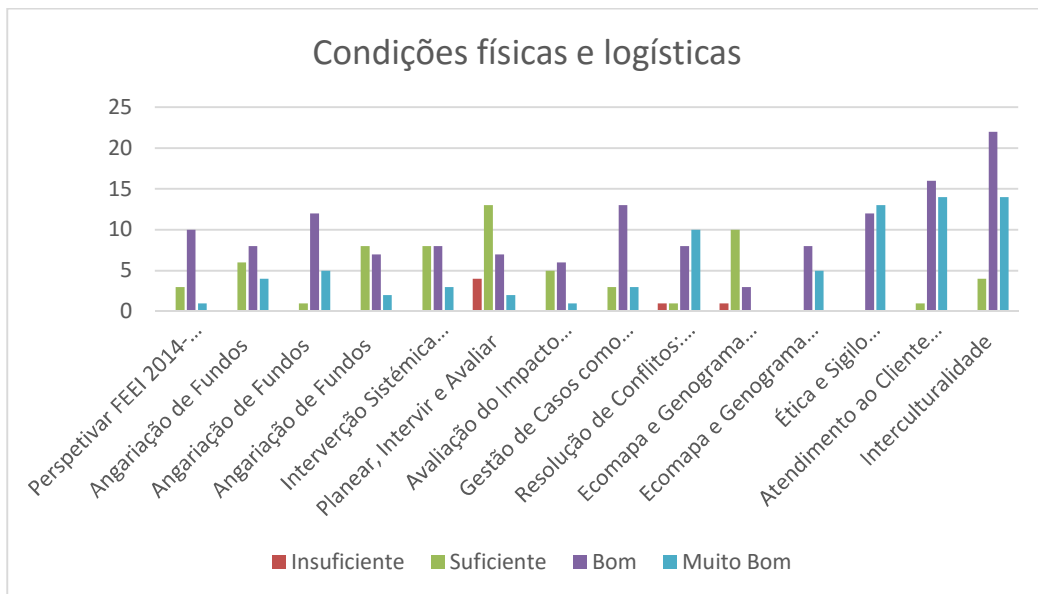
Os elementos temáticos e pedagógicos avaliados pelos formandos apresentam uma classificação geral entre o “muito bom” e o “bom”.

Gráfico 11: : Elementos temáticos e pedagógicos avaliados pelos formandos nos Workshops da CEPAC e FEINPT



Os elementos temáticos e pedagógicos avaliados pelos formandos nos Workshops da CEPAC e FEINPT apresentam uma classificação geral entre o “muito bom” e o “bom”

Gráfico 12: Elementos logísticos avaliados pelos formandos



Os elementos logísticos avaliados pelos formandos apresentam uma classificação geral de “bom”. O nível de satisfação dos elementos logísticos avaliados pelos formandos situa-se entre o “bom” o “muito bom” e “suficiente”.

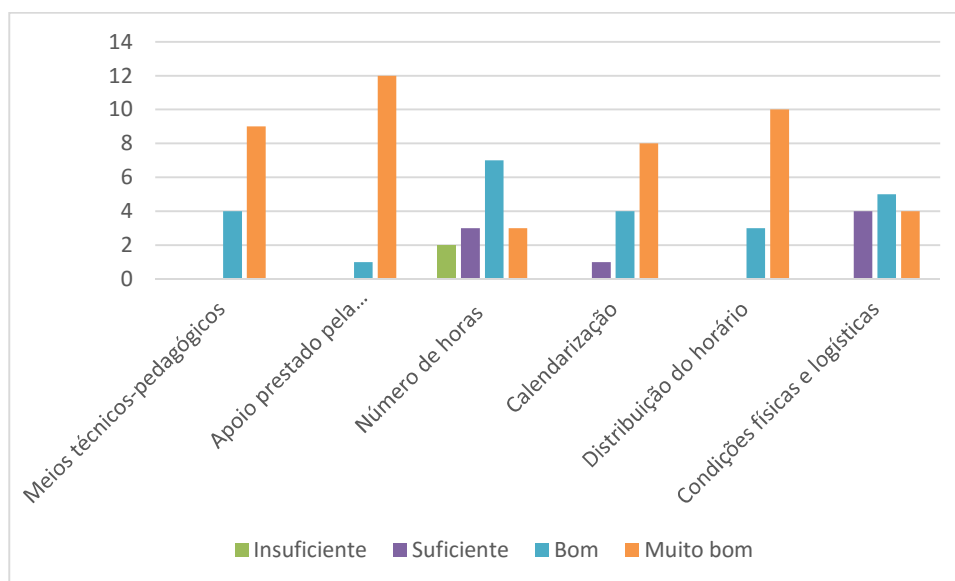
Da análise do questionário conclui-se que, em termos de motivação, a questão assinalada com maior percentagem de “bom”, foi a qualidade das intervenções dos/as participantes.

Às perguntas se as ações de formação tinham correspondido às expectativas iniciais, se o seu planeamento tinha resultado positivamente e se pretende aplicar os conhecimentos adquiridos na vida profissional, a totalidade dos participantes respondeu “sim”.

2.2. A avaliação realizada pelos formadores

A nível organizacional as avaliações feitas pelos formadores foram classificadas com elevadas taxas de “muito bom”, com exceção os itens “condições físicas e logísticas” e “número de horas”, que obtiveram uma classificação entre o “bom” e o “muito bom”.

Gráfico 8: Elementos organizacionais avaliados pelos formadores



A metodologia mais utilizada foi a combinação de métodos expositivos com métodos participativos, tendo em conta os temas abordados, os formadores optaram ora mais por um, ora mais por outro.

2.3. A avaliação realizada pela coordenadora pedagógica

Da avaliação realizada pela coordenadora podemos constatar que, as ações de formação foram muito positivas, tendo obtido uma média de “muito bom” i.e. nível 5, uma escala de 0 a 5 relativamente aos itens avaliados.

Este tópico no relatório final das ações de formação prende-se com facto deste possibilitar compreender, de uma forma mais sintética o desempenho de todas as formações, desde as taxas de satisfação por parte dos formandos com a formação às taxas de assiduidade.

A Taxa de Satisfação com as ações formação foi de 100% e o número médio de participantes por ação foi de 21 participantes. Verificou-se, também, que foram atribuídos 253 certificados, o que significa uma taxa de assiduidade de 95%.

IV. Áreas de melhoria/ações corretivas

Durante as ações de formação foi possível recolher 98% dos questionários, o que nos permite retirar considerações fidedignas. Da análise das avaliações dos formandos e dos formadores, podemos concluir que as ações de formação como um todo foram bastante positivas. As avaliações de cada ação podem ser consultadas nos relatórios em anexo.

Pela avaliação podemos considerar que o público-alvo das formações organizadas está adequado aos conteúdos programáticos. Não só pela avaliação feita pelos formadores, mas, também, pela feita pelos formandos. Todo o processo que esteve na base da preparação e planeamento das ações de formação resultou de forma bastante positiva. Por outro lado, a adesão às formações demonstra, não só que os temas são pertinentes, mas, também, que o trabalho de divulgação está a ser bem feito e bem dirigido, como tal, tivemos a necessidade de replicar duas ações de formação por 3 vezes. A adesão às formações e a diversificação das entidades presentes foram sem dúvida os factores mais positivos a realçar, uma vez que permitem divulgar a **EAPN Portugal** e as suas atividades.

Procurando dar resposta às necessidades diagnosticadas, promovemos um curso de formação com dez sessões, dirigidas sempre aos mesmos participantes e que funcionou como apoio às atividades desenvolvidas pelos participantes no âmbito da sua intervenção. Esta resposta inovadora teve um muito bom acolhimento por parte dos participantes e será, sem dúvida, uma atividade a manter no futuro.

Em 2013 foram, ainda, celebrados dois protocolos de cooperação para a organização de 3 ações de formação, um com a Câmara Municipal da Amadora e outro com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Finalmente, tendo em conta os objetivos da **EAPN Portugal** e os das ações de formação podemos dizer que estes foram alcançados.

Lisboa, 14 de janeiro de 2015

Telma Rebelo

Maria José Domingos

V. Anexos